



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 143, TERÇA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2019



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 174^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2019

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	8
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Registro do Dia Nacional do Agente de Trânsito. Voto de pesar pelo falecimento do Padre Roque Grazziotin. Preocupação com a diminuição de direitos trabalhistas em decorrência da aprovação da proposta da reforma da previdência.	8
Senador Paulo Rocha – Manifestação contrária à aprovação da reforma da previdência. Breve histórico sobre as conquistas da classe trabalhadora, refletidas na concretização de direitos previstos na Constituição de 1988.	12
Senador Eduardo Girão – Pesar pelo falecimento do Pe. Kazimierz, conhecido na sociedade brasiliense como Pe. Casemiro. Reflexão sobre a escalada da violência no País. Destaque à instalação, pela Câmara Municipal de Caucaia/CE, de CPI para investigar supostas fraudes em licitações do Município. Convite à população para que participe das manifestações previstas para ocorrerem em Brasília no próximo dia 25.	15
Senador Marcos Rogério – Pesar pela tragédia no Rio de Janeiro envolvendo a morte da menina Ágatha Felix. Cobrança de uma apuração célere para que as forças de segurança não sejam criminalizadas. ..	22
Senador Izalci Lucas – Pesar pelo falecimento do Pe. Casemiro, pároco da Igreja Nossa Senhora da Saúde, em Brasília. Registro da visita de S. Exa. ao Hospital Regional de Taguatinga/DF. Comentários sobre a participação de S. Exa. em reunião na Federação da Agricultura e Pecuária a fim de tratar de regularização fundiária de áreas rurais do DF. Defesa da criação de uma plataforma comum para facilitar a regularização fundiária no Brasil. Alegria com a premiação recebida pela jovem Anna Luísa Beserra, que criou um filtro para purificar água usando a luz solar.	23
Senador Acir Gurgacz – Preocupação com o contingenciamento de recursos previsto no Orçamento da União para 2020, especialmente nas áreas de educação e infraestrutura.	25
Senador Confúcio Moura – Satisfação com a participação dos jovens nas manifestações globais em defesa do meio ambiente realizadas no último dia 21.	28



Senador Telmário Mota – Reflexões sobre a crise política, social e migratória que enfrenta o Estado de Roraima.	31
Senador Wellington Fagundes – Considerações sobre audiência no MEC em que será discutida, dentre outros assuntos, a moratória que impede a criação de cursos de medicina por cinco anos no Brasil. Reflexão sobre a situação da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis/MT. Registro de sessão solene na Assembleia Legislativa do Mato Grosso em comemoração aos 50 anos do Conselho Regional de Medicina Veterinária.	34
Senador Styvenson Valentim – Registro da indicação, por S. Exa., de duas escolas no Rio Grande do Norte que estão em estado de vulnerabilidade para que se tornem escolas cívico-militares. Defesa da implementação do modelo de escolas cívico-militares, em razão dos seus bons resultados.	38

1.2.3 – Realização de sessão

Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, às 15 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.	41
--	----

1.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Marcos Rogério – Destaque para a importância estratégica da região amazônica para o País. Considerações sobre a necessidade de maiores investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia na citada Região. Registro da apresentação, por S. Exa., junto ao MEC, de projeto para a criação da Universidade Federal Rural da Amazônia Ocidental.	41
---	----

Senador Jean Paul Prates – Registro de convênio realizado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte para a criação da Rede RN de Educação Profissional, Ciência, Tecnologia e Inovação. Considerações sobre a história e a relevância do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, que completa 110 anos.	45
--	----

1.3 – ENCERRAMENTO	47
-------------------------	----

2 – ATA DA 175^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 23 DE SETEMBRO DE 2019

2.1 – ABERTURA	49
---------------------	----

2.2 – FINALIDADE

Destinada a homenagear a Professora Terezinha de Jesus Almeida da Silva Rêgo, pelos memoráveis e relevantes serviços prestados à ciência e à população carente maranhense.	49
---	----

2.2.1 – Oradores

Senador Weverton	49
Sr ^a Tânia Rego	51
Sr. José Antonio Almeida, ex-Deputado Federal	52
Deputado Gil Cutrim	53
Sr. Luciano Leitoa, Presidente do PSB no Maranhão	54
Sr. Sandro Monteiro, Representante do Secretário de Saúde do Estado do Maranhão	54
Sr. Forland Oliveira Silva, Representante do Conselho Federal de Farmácia	55
Sr ^a Kallyne Bezerra Costa, Coordenadora do Programa de Farmácia Viva do Maranhão	56



2.3 – ENCERRAMENTO	58
--------------------------	----

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 174^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de indicação de membro para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Ofício nº 66/2019). <i>Designado o membro.</i>	60
---	----

Da Liderança do MDB e da Maioria, de indicação de membro para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 215/2019). <i>Designado o membro.</i>	61
--	----

3.1.2 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno.	63
---	----

3.1.3 – Projetos de Lei

Nº 5180/2019 (apresentado como conclusão do Parecer nº 122/2019-CDH), que altera a <i>Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, para dispor sobre o trabalho de médicos brasileiros, formados em instituições de educação superior estrangeiras, na área de Atenção Básica em Saúde, em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências.</i>	67
--	----

<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 5180/2019.</i>	75
--	----

Nº 5181/2019, do Senador Jean Paul Prates, que altera o art. 473 da <i>Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que avô ou avó se afaste do trabalho por até cinco dias, por ocasião de nascimento de neto.</i>	76
--	----

3.1.4 – Requerimento

Nº 808/2019, do Senador Alvaro Dias, de informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública	82
--	----

3.1.5 – Término de prazo

Término do prazo, em 20 de setembro de 2019, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei nºs 1.056 e 2.013/2019 e dos Projetos de Lei do Senado nºs 369/2015 e 412/2018.	98
--	----

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 175^a SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Izalci Lucas – Homenagem à professora Terezinha de Jesus Almeida da Silva Rêgo	100
--	-----

5 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

5.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES



Nº 124/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1535/2019	105
Nº 125/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 3706/2019	115

PARTE III

6 – RESOLUÇÕES

Nºs 14 e 15/2019	125
------------------------	-----

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	129
---	-----

8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	132
--	-----

9 – LIDERANÇAS	133
-----------------------------	-----

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	135
---	-----

11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	139
--	-----

12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	140
---	-----

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	178
--------------------------------------	-----



Ata da 174^a Sessão, Não Deliberativa, em 23 de setembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas e Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 16 horas e 48 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide parte II do Sumário**)

Sessão não deliberativa.

Há oradores inscritos, e o primeiro orador é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu quero, nos termos do art. 221, requerer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Pe. Roque Grazziotin, lá na minha cidade, Caxias do Sul, bem como a apresentação de condolências a seus familiares e amigos.

Morreu nesse domingo, aos 73 anos, o padre e ex-Deputado Estadual Roque Grazziotin. Conhecido pelo trabalho na comunidade de Caxias do Sul, minha cidade natal, na Serra Gaúcha, ele estava na Casa do Padre, onde ficam religiosos que precisam de cuidados especiais. Pe. Roque sofreu um acidente vascular cerebral (AVC) no Natal de 2016, e desde então, tinha dificuldade para falar e se locomover. Eu era amigo pessoal do Pe. Roque.

Pe. Roque era natural de Antônio Prado, Rio Grande do Sul. Aos 11 anos foi para o Seminário Nossa Senhora Aparecida, em Caxias. Em 1964 ingressou no Seminário Maior de Viamão para estudar Filosofia, pela Universidade Católica de Pelotas, no Cepel. Nesse período se aproximou da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Operária Católica (JOC).

De volta à serra, organizou, em 1988, a 1ª Romaria dos Motociclistas do Santuário de Nossa Senhora do Caravaggio, de Farroupilha.

Em 1984 – terminando, Sr. Presidente –, Pe. Roque ajudou a oficializar o Centro de Direitos Humanos de Caxias do Sul; em 1986, o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, do qual foi membro da diretoria executiva nacional e conselheiro nacional.

Na década de 80, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores e concorreu a Prefeito de Caxias do Sul pela sigla, em 1988. Dez anos depois, em 1998, foi eleito Deputado Estadual.

O corpo do Pe. Roque Grazziotin será sepultado hoje à tarde.

Era isso, Sr. Presidente.

Encareço que encaminhe aos familiares e amigos este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Acato o pedido de V. Exa. e concedo a palavra a V. Exa. como primeiro inscrito na lista de oradores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Izalci Lucas, hoje, dia 23 de setembro, é o Dia Nacional do Agente de Trânsito. Os agentes de trânsito, no Brasil todo, hoje, lembram esta data. Recebi documento da categoria, que me pede que eu faça esse registro em Plenário.

Diz o documento:



Desde que o atual Código de Trânsito Brasileiro (CTB) entrou em vigor no ano de 1998, vários Municípios vêm, mesmo que ainda em ritmo lento, realizando concursos públicos para o cargo de Agente da Autoridade de Trânsito.

Diz ainda, Sr. Presidente:

Essa legislação fomentou e fortaleceu a figura do Agente de Autoridade Trânsito Civil, profissional que deve ser formado especificamente para a carreira de orientar, educar, organizar, regular, fiscalizar, autuar e aplicar as medidas administrativas estabelecidas para o fomento da harmonia, boa convivência e da manutenção da vida e incolumidade das pessoas no ambiente chamado trânsito.

Em 2010, cidadãos [homens e mulheres] que escolheram essa carreira, depois de muito padecerem pela inexistência de reconhecimento da profissão, passaram a sonhar em alterar a Constituição Federal para trazer a consolidação da carreira e fazer jus à proteção e legitimidade no texto da Lei Maior da Nação, [consagrando a categoria].

Do primeiro Encontro Nacional da categoria, em Salvador, à primeira mobilização nacional em 2011, em Brasília, nasceu, em 2014, a conquista da promulgação da Emenda nº 82, de 2014, que estabeleceu a segurança viária como parte das forças de segurança e sua função de preservação da incolumidade física das pessoas e de seus patrimônios, Constitucionalmente, o agente de trânsito nasceu em 2014 pelo §10 do art. 144 da Carta Magna, no entanto, sendo parte da família da segurança pública, este profissional ainda luta por reconhecimento e condições de cumprir seu ofício de forma digna e segura.

Em 2015, a categoria se organizou e fundou a Associação Nacional dos Agentes de Trânsito. Seus fundadores, na maior parte, são os mesmos agentes sonhadores do primeiro encontro, já citado anteriormente.[...]

A atuação da AGT Brasil junto aos Parlamentares e Comissões no Congresso Nacional trafega no sentido de orientar a formulação e aprovação de leis que abram caminho para condições jurídicas necessárias ao fortalecimento humano, funcional e profissional de todas as categorias dos agentes de trânsito, hoje composta por cerca de 30 mil trabalhadores na missão contínua de salvar vidas no trânsito e bem servir a toda a sociedade.

Esses agentes, Sr. Presidente, como também os vigilantes, os guardas municipais, os eletricitários e aqueles que trabalham com explosivos de alto risco estão muito preocupados com a reforma da previdência, porque atinge em cheio essa categoria, que vai perder a periculosidade.

Sr. Presidente, infelizmente, no texto que veio da Câmara, consta de forma explícita que não será garantido o direito à aposentadoria para pessoas que trabalham em áreas de risco, no caso a periculosidade.

Isso é lamentável, porque hoje eles têm assegurado esse direito e se aposentam com 25 anos de contribuição, pois é uma profissão de alto risco. Se colocarmos um, dois ou três dependentes na família, chegaremos a mais de 100 mil pessoas que serão prejudicadas de forma direta só nessa categoria dos profissionais de trânsito.

Se pegarmos os vigilantes, são 4 milhões de pessoas no País. Calculem, se pegarmos os dependentes: três vezes quatro são doze, então são doze milhões de pessoas. Calculemos ainda aí os guardas municipais, os eletricitários e quem trabalha em áreas consideradas de alto risco. Chegaremos, rapidamente, Sr. Presidente, a mais de 20 milhões de pessoas.



Por isso, Sr. Presidente, no dia de hoje, ao lembrar a data desta categoria, o Dia Nacional do Agente de Trânsito, 23 de setembro, praticamente o início da primavera, que começou no dia 21, eu quero mais uma vez fazer um apelo aos Senadores e Senadoras que acatem uma emenda supressiva de nossa autoria que retira da PEC nº 6 aquela parte que diz que quem trabalha em área de grande risco não poderá mais ter a aposentadoria especial.

Repto, vigilantes, guardas de trânsito, guarda municipal eletricitário e todos aqueles que atuam em áreas chamadas explosivas ou de alto risco.

Deixo na íntegra aqui este pronunciamento.

Já me referi aqui ao falecimento do meu amigo Padre Roque Grazziotin. Tive a satisfação de conhecê-lo e de militar com ele na defesa das grandes causas do povo brasileiro, mas já fiz a defesa ali do Plenário, da nota de solidariedade e de pesar junto aos familiares.

Por fim, Sr. Presidente, amanhã este Plenário está para votar, terça de manhã na CCJ, e a previsão é amanhã à tarde, não sei que horas, porque soube agora que foi convocada uma sessão do Congresso, mas, enfim, a CCJ vai votar amanhã a Emenda chamada PEC nº 6, reforma da previdência.

Sr. Presidente, eu creio que tanto o Plenário da CCJ como este Plenário – se não for amanhã, vai ser quarta – podem fazer os ajustes necessários e, pelo menos, diminuir o grau de prejuízos que os mais vulneráveis trabalhadores terão se essa proposta for aprovada. Eu tenho dito que, como ela está, ela trará um prejuízo enorme para todos os trabalhadores da área pública e da privada, para os já aposentados e os futuros aposentados. Se assim o fizermos, estaremos trazendo prejuízo para, no mínimo, 100 milhões de brasileiros.

Este é um apelo que eu faço a esta Casa, aos Senadores e Senadoras. Ainda há tempo: podemos modificar a proposta em pontos específicos, como, por exemplo, o tempo mínimo de contribuição. Eu entendo, devido ao desemprego e à alta rotatividade, que deveria ser mantido para todos o tempo mínimo de contribuição de 15 anos, considerando que, se for para 20 anos, significa que o cidadão vai ter que ter 40 anos em atividade, porque a alta rotatividade faz com que você tenha garantidos, em média – vou repetir esse dado –, seis meses em doze. Se quiser chegar a 40 anos de efetiva contribuição não só de carteira assinada entre a rotatividade de sai e entra, vai ter que trabalhar até os 80 anos.

Quero também defender mais uma vez, e vou defender aqui e na Comissão, no ato das votações, porque vai ser um ato truculento quando você acabar com a integralidade para a aposentadoria por incapacidade ou por invalidez... Eu repito sempre: hoje você se aposenta com salário integral, não importa se tenha 15 anos, 20 anos, 25 anos de contribuição. Nessa situação, você vai se aposentar com somente 60% da média de toda a vida laboral, que vai dar, num cálculo final, praticamente, a metade daquilo a que você tem direito hoje para se aposentar se ficar inválido ou incapacitado. É essa questão, Sr. Presidente, que me traz, entre tantas outras, uma enorme preocupação. Ninguém mede o dia e a hora em que vai ficar inválido. Se ficou inválido, ele tem um seguro social, que é a previdência, que hoje lhe garante a aposentadoria integral – eu digo integral as 80 maiores contribuições de 1994 para cá. Daqui para frente, ele não terá mais esse direito e vai se aposentar, se estiver nessa faixa a que aqui me referi, somente com 60%. E, como é a média de toda a vida, ele vai acabar ficando com somente 50%.

Eu sempre dou um exemplo: calcule um casal em que os dois trabalham, ou melhor, um casal em que um trabalha e o outro não. Se ficar inválido, vão ficar só com a metade da renda da família para viverem os dois com os filhos.



Na questão das cotas e também da pensão, não é garantida mais a reversibilidade, ou seja, retorna para a mãe ou para o pai quando o filho fica maior. Hoje é assim e vai desaparecer.

Cálculo do benefício. Hoje é 80% das maiores contribuições; daqui para frente, vai ser a média de toda a vida laboral, ou seja, vai se aposentar em inúmeras vezes, o que hoje é o princípio da integralidade praticamente com um percentual que pode trazer um prejuízo de 20%, 30%, 40%.

Contribuição dos servidores inativos, a partir de um salário mínimo. Hoje, é a partir de cinco salários mínimos ou a partir de R\$5,8 mil. Agora, o Regime Geral não paga até R\$5,9 mil e o servidor, nem que ele ganhe o mesmo que o trabalhador do regime geral, vai ter que começar a pagar o percentual correspondente à contribuição.

Ainda alíquota extraordinária para o servidor, toda vez que houver algum tipo de déficit atuarial. Isso, a qualquer momento, como é no condomínio. Quem conhece o rito do condomínio, será o mesmo para a atual aposentadoria. O Governo alega que está com problema de caixa e você vai ter que pagar um adicional a mais.

O abono salarial é outra questão gravíssima, no meu entendimento. O cidadão que ganha até dois salários, uma vez por ano, ele tem direito a um salário mínimo. É um abono que vai servir para o Natal, para o 1º dia do ano, enfim, para viver melhor aquele momento sagrado da ceia ou mesmo para dar um presente para as crianças. Treze milhões, com essa reforma, perderão o direito de receber um salário mínimo.

Contrato de trabalho intermitente. Aquela reforma trabalhista foi aprovada. Eu disse que ela não ia gerar nenhum emprego e não gerou mesmo nenhum emprego. Agora o cidadão que ficar no trabalho intermitente, se não fizer o número de hora correspondente ao salário mínimo, vai ter que pagar para a previdência do seu bolso para poder continuar na previdência. Hoje paga 20% o empregador e ele paga 8%; ele vai ter que pagar os 28%.

Privatização dos benefícios não programados, como auxílio-doença, auxílio-acidente, pensão, aposentadoria por incapacidade, até auxílio-maternidade. Quem vai dizer se você tem ou não direito é o seguro. E vocês todos sabem, quem faz seguro – eu mesmo, toda vez que precisei de seguro, foi uma briga. O seguro sempre vai alegar que você não tem direito. Calcule nessas situações, você tendo seguro garantido hoje pelo Sistema de Seguridade Social, ou seja, da previdência, e agora você vai depender de uma companhia de seguro privado.

Privatização da previdência complementar. Aí todo mundo sabe para onde vai, tipo essa dita capitalização, que os países que usaram já se arrependem. O exemplo mais conhecido é o do Chile, que quebrou e ninguém teve o direito à aposentadoria.

Conversão do tempo especial em comum. Você trabalhou anos em área considerada de alto risco. O alto risco eles já tiraram fora, mas permanece o em área insalubre e penosa. Se você resolve sair do emprego insalubre e vai para um serviço que não é insalubre, mas você teve dez anos lá, você podia levar 14 anos, para efeito de cálculo do benefício, e isso desaparece.

A PEC nº 06 acaba com a aposentadoria especial. Calcule a aposentadoria especial: mineiros, 15 anos; metalúrgicos, 25 anos; quem trabalha com produtos químicos, 20 anos. Só que eles a vinculam agora à idade. Para os mineiros, é 55 anos. Se você começou a trabalhar com 21 anos, mais 15 anos, são 36; para 55 anos, faltam 19 anos. Daí você não pode mais ser mineiro. Mas vai trabalhar onde? Tem que sair com os pulmões, infelizmente, debilitados.

Vamos pegar um metalúrgico que trabalhou 25 anos em área insalubre, tem que sair. O empregador diz: "Olha, aqui não dá mais, já está há 25 anos em área insalubre". Mas só pode se aposentar com 60 anos. Começou a trabalhar com 20 anos. Vinte mais 25 é igual a 45; 45 para 60



faltam 15 anos. Onde ele vai ficar esses 15 anos, já que ele não pode ser metalúrgico, que é o que ele sabe fazer, e, ao mesmo tempo, não pode se aposentar porque não tem idade? Parece mentira, mas é verdade. Essa é a realidade daqueles que têm direito à aposentadoria considerada em áreas insalubres ou penosas.

Quarenta anos de contribuição e 65 anos de idade. É só lembrar que, devido à alta rotatividade, para você conseguir 40 anos de contribuição, vai ter que trabalhar 80 anos. Começou a trabalhar com 20 anos; 20 mais 80 é igual a 100. Quando vai se aposentar com 40 anos? Nunca. Vai ter que se aposentar por idade, que seria 65 anos, com um cálculo que vai lhe dar, em média, 60% daquilo que teria de direito.

Enfim, Sr. Presidente, são tantos pontos que eu tenho esperança ainda de que amanhã lá, na CCJ, e, depois, no Plenário, seja na terça ou na quarta, a gente vá conseguir nos destaques alterar esses pontos. Eu aqui só listei os mais graves. Podia aqui falar da regra de transição. Em todas as reformas que tivemos, a ampla maioria foi contemplada pelas regras de transição. Por essa reforma, somente 20% dos assalariados brasileiros serão contemplados pela regra de transição. Vamos ter aqui inúmeros destaques. Eu estou esperançoso ainda de que nesses destaques nós poderemos retirar as partes mais graves, mais cruéis, que mais tiram direito dos trabalhadores da área pública, mas principalmente – eu diria – da área privada e daqueles que estão próximos de se aposentarem.

O cidadão vai se aposentar agora, em novembro. O cálculo dele é 80% das maiores contribuições. Aí não tem transição nenhuma. O cálculo dele vai ser 100% de toda a vida laboral e vai ter ainda um pedágio de 100%. O cálculo me preocupa muito, pois essa forma de cálculo vai fazer com que quem projetou o seu benefício, a sua aposentadoria para este ano ou para o ano que vem tenha um prejuízo muito grande com certeza absoluta.

Era isso, Presidente. Peço a V. Exa. a gentileza de considerar meus três pronunciamentos como lidos na íntegra porque eu mais comentei do que li.

Obrigado!

DISCURSOS NA ÍNTegra ENCaminhados PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.2 do Sumário)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa.

Já convidado para fazer uso da palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados, amanhã está posta, no calendário aqui do Senado Federal, a primeira votação da chamada reforma da previdência. E o Governo usa, como principal argumento para aprovar a reforma, o tal do ajuste fiscal para resolver o problema do déficit público, porque, assim, o País não cresce e, portanto, há que se cortar. Na verdade, a reforma da previdência é para cortar direitos já conquistados. A grande discussão é cortar de quem.

De novo, o Governo, que representa os interesses das elites e dos grandes grupos econômicos, principalmente dos rentistas, porque o nosso País está sendo pensado de novo para se desenvolver a partir do capital financeiro, a partir do rentismo, vem com esse discurso, de novo, sobre a



necessidade de fazer reforma da previdência para resolver o problema do desenvolvimento econômico do nosso País.

Esses mesmos argumentos a elite brasileira usa a todo momento que quer retomar o controle do País através da sua própria visão. Foi assim logo após o golpe, o *impeachment* da Presidenta Dilma, quando veio o Temer fazer a tal da reforma trabalhista com este mesmo argumento: precisávamos fazer uma reforma trabalhista capaz de resolver o problema do desenvolvimento porque os trabalhadores têm muitos direitos neste País. É a velha cantilena dessa concepção que tenta se impor de novo no nosso País.

É bom recuperar que essas conquistas fazem parte de um processo da luta do povo. Nossa geração conquistou isso através de muita luta, de consciência do povo, daqueles mais explorados, dos trabalhadores e das trabalhadoras. A elite brasileira sempre usou desse método para retomar o poder para eles. Este último foi o mais moderno, porque usou o processo de criminalização da política e dos políticos, o discurso da moralização e do fundamentalismo religioso, colocando-o nas mãos de alguns juízes para criminalizar a política e alguns políticos. Com isso, detonaram a Presidenta da República, que tinha conquistado democraticamente o seu poder político através da luta dos trabalhadores.

Por último, Paim, eu queria chamar a atenção exatamente do que V. Exa. listou: tudo aquilo que estão tirando através dessa reforma amanhã – e amanhã eles vão fazer isso – foi produto de luta, de história da nossa geração após o golpe militar de 1964, que tinha colocado o poder exatamente a serviço dos interesses dos grandes, da elite dos poderosos do nosso País. Foi com a consciência, com a organização do povo, dos trabalhadores que fomos conquistar de novo a democracia para a gente poder recuperar o direito de ser cidadão neste País. Afinal, um País com tanta riqueza como o Brasil tem condições de criar dignidade e cidadania para todos. Não é possível, em um País com tanta riqueza, com tanto potencial de desenvolvimento e de crescimento econômico, ainda haver essas diferenças entre o pobre e rico, entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres. Ainda há irmãos neste País que passam fome, que passam miséria. Foi a nossa geração – e a história não há de esconder –, fomos nós que construímos um processo de fortalecimento das organizações do povo, quer seja nos sindicatos, na construção da CUT, nos movimentos sociais, dos bairros.

E, dada a força da luta do povo, tivemos que fazer uma Constituição para mudar a Constituição brasileira, em 1988, e foi ali que se encontraram os grandes interesses, dos grandes, de todos, mas também do povo, dos trabalhadores, que se organizaram para estabelecer isso. E foi a partir da Constituição de 1988 que tivemos condições de colocar na Constituição brasileira a possibilidade de colocar este País, com todo esse potencial, com todas essas riquezas, a serviço de todos, de todos: dos grandes, dos médios, dos pequenos, dos pobres e de todas as regiões. E estão lá na Constituição todas as regras para que realmente este seja realmente um País democrático, um País que cria condições de haver um Estado social capaz de produzir essa dignidade, essa cidadania para todos. Estão lá os direitos individuais, os direitos coletivos, as regras de uma sociedade democrática, o Estado de direito, a presunção de inocência – está tudo lá –, o papel dos Poderes, da União, de todos.

E foi isso que deu as condições de criar, através da democracia, governos que pudessem ir consertando esse processo de diferenças regionais, de diferença entre o rico e o pobre, criando políticas públicas que vão ao encontro da dignidade e da cidadania. Foi isso que criou as condições de colocar aqui num Plenário como esse, onde se discutem os interesses da sociedade, operários,



trabalhadores e empresários, homens e mulheres que vêm para cá defender os interesses dos seus setores, os interesses da sociedade.

Eu estou aqui, sou originário do Pará, uma origem pobre, trabalhador, operário. Portanto, venho aqui defender esses interesses, e o fiz ao longo da história. Eu estou aqui no Parlamento há 28 anos. Conseguí aprovar leis importantes que trazem dignidade e cidadania para o nosso pobre. Por exemplo, a lei de combate ao trabalho escravo repercutiu, porque lá no interior do meu Estado ainda existia trabalho escravo, ou ainda existe. Isso que é bonito na democracia.

Pois bem. De novo, através dos governos conquistados pelo golpe, vêm colocar por terra tudo isto: a democracia e direitos conquistados. A reforma trabalhista foi para tirar direitos com a justificativa de que isso era importante para resolver o problema do desemprego no nosso País. Está aí: dois anos – qual foi o emprego que se criou? Criaram-se, talvez, alguns empregos de segunda categoria, com a chamada precarização do trabalho.

Agora, veio de novo a cantilena de fazer a reforma da previdência. Está lá a proposta da PEC, tirando direitos, conquistas, na medida em que se muda a idade mínima, na medida em que se muda o tempo de contribuição, na medida em que se mudam as regras de transição. Isso é tirar direitos! Se eles querem resolver o problema do déficit público, que vão buscar em outro lugar, mas não na mão do pobre, do trabalhador! É só ir lá e taxar os banqueiros, taxar as grandes fortunas que ele encontra o dinheiro suficiente para resolver o problema do déficit público, mas não em cima dos trabalhadores.

Então, amanhã nós vamos chegar aqui para exatamente fazer esse embate político, para falar para toda a Nação que, de novo, essa cantilena de resolver o problema da economia, do déficit público, não é com essa reforma da previdência. Isso vai enfraquecer mais a economia, porque, à medida que se tira dinheiro do salário do trabalhador, da aposentadoria do trabalhador, enfraquece-se a economia local, principalmente das regiões mais pobres, principalmente dos Municípios, os nossos Municípios pequenos do interior, que são mais de 60% do interior do nosso País.

A economia local vive do salário mínimo, de quem recebem o salário mínimo, do funcionário público municipal, da aposentadoria dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, da aposentadoria de todos. A economia desses Municípios pobres se move exatamente a partir dessa moeda que circula no Município através das aposentadorias, dos ganhos daqueles que vivem do salário mínimo. Reduzir o salário mínimo, reduzir a aposentadoria, jogar mais para frente para que o homem e a mulher possam se aposentar ataca direto a economia local desses Municípios mais pobres. Portanto, vai ao contrário do que deseja quem quer se desenvolver no nosso País a partir disso.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, amanhã nós faremos um bom combate, um bom embate político, para chamar a atenção da nossa sociedade e sensibilizar os nossos Senadores e Senadoras democratas a repensarem, para que possamos buscar... É preciso buscar saída para o desenvolvimento do nosso País; é preciso buscar saída para o crescimento econômico e para a geração de emprego, mas não é em cima da retirada de direitos, da retirada de dinheiro na circulação da nossa moeda perante o comércio local, perante o nosso consumo, que se vai resolver o problema do desenvolvimento. Ao contrário, vai voltar a acumular de novo nas mãos daqueles que sempre acumularam riquezas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Convido também, para fazer uso da palavra, o nosso querido Senador Eduardo Girão, grande representante do Podemos, do Brasil e do Ceará.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. tem prioridade sempre.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discursar.) – Paz e bem!

Presidente e Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal; todos os ouvintes da Rádio Senado; telespectadores da TV Senado para todo o País; Senadores aqui presentes – Senador Confúcio, Senador Jean Paul Prates, Senador Paulo Rocha, Senador Acir Gurgacz, Senador Alvaro Dias, Senador Styvenson –, agradeço a Deus, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui nesta tribuna.

Nesta primeira parte do discurso, Presidente, eu queria prestar a minha solidariedade a V. Exa., que é aqui do Distrito Federal, aos brasilienses, às pessoas que vivem nesta cidade e que tiveram a oportunidade de conviver com um grande homem que veio da Polônia, um idealista, um missionário. Existem 20 poloneses aqui em missão e também em Luziânia – eu sou muito amigo do Pe. Pedro.

O Pe. Kazimierz, de 71 anos, com 46 anos de sacerdócio, mais conhecido como Pe. Casemiro, nome abraçado, foi morto, Senador Confúcio, cruelmente, na noite do sábado passado, 21 de setembro, durante um assalto em uma casa paroquial na Asa Norte, aqui em Brasília. O crime ocorreu em uma obra da Igreja Nossa Senhora da Saúde, na Quadra 702. Ele estava fiscalizando uma obra que acontece no terreno da igreja. Os criminosos mataram o sacerdote por asfixia e amarraram os pés e as mãos do religioso. Foram quatro. Os bandidos ainda reviraram a casa paroquial e levaram diversos objetos do local.

Nessa mesma ação, o caseiro da igreja também foi rendido, sofreu escoriações nos braços e nas mãos e foi transportado para o hospital. O estado de saúde é estável. Acho que pode ser uma chave interessante aí para se procurar, buscar apurar o que aconteceu e a responsabilidade, para que haja a punição.

A Polícia do DF está direcionando a investigação para o crime de latrocínio – roubo cuja ação acarreta a morte da vítima – e já tem quatro suspeitos de ter praticado a ação, porque as câmeras registraram.

Em nota, a Arquidiocese de Brasília lamentou a morte violenta do padre, disse estar acompanhando o caso e pediu orações para a família. É um momento difícil, é um momento de muita solidariedade, porque é um homem que largou tudo no país dele. Ele morava no norte de Varsóvia. E ele largou tudo e veio para o Brasil, por amor a este País, para fazer o bem, para trazer a palavra de Jesus para cá. E ajudou muita gente.

Então, eu queria fazer esse registro. Neste momento está acontecendo o velório dele. Daqui a pouco, o enterro dele, que vai ser ali... Vizinho à LBV, como é o nome ali, Senador Izalci?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É Campo da Esperança.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Campo da Esperança.

E que Deus conforte a alma dos familiares e das pessoas que conviviam mais proximamente com ele. E que receba o espírito desse grande cristão que partiu para o mundo espiritual de uma forma violenta.



Nós enfrentamos um problema, Senador Alvaro Dias, que é um problema... O Brasil vive uma guerra civil. Até o Ministro Sergio Moro falou sobre isso agora, num evento que houve em São Paulo. O Brasil vive uma grande guerra civil. São 60 mil pessoas assassinadas. Para se ter uma ideia, na guerra do Vietnã, esse número não chega nem perto. Então, é algo assim muito impactante. Um País com um povo com tanta fraternidade, solidariedade, a maior Nação católica, a maior Nação evangélica, a maior Nação espírita do mundo, mas a gente tem muitas desigualdades; há a falta também de punição, não é? A impunidade é muito grande no País.

Senador Alvaro Dias, gostaria de usar a palavra?

O Sr. Alvaro Dias (PODEMOS - PR. Para apartear.) – Sim, Senador Girão. Primeiramente para manifestar solidariedade.

E essa denúncia que traz V. Exa. à tribuna, de um fato real, que revela a perversidade humana, nos leva a refletir sobre as nossas responsabilidades. Estamos vivendo realmente um mundo de violência.

E ontem, à noite já, eu recebi vários apelos, áudios, especialmente de uma paraibana inconformada ao ver dois vídeos na internet. Num deles, uma idosa sendo levada a constrangimento e a violência por parte da própria filha – o Senador Styvenson me informa aqui que já houve a providência e houve a prisão nesse caso, que ocorreu no Rio Grande do Norte. No outro vídeo, um brutamontes agride uma criança violentamente, de forma perversa, cruel. Foi impossível continuar vendo o vídeo.

Mas essa senhora e tantos outros que se manifestaram nos cobraram: "O que vocês estão fazendo? Por que vocês não legislam a respeito?". E eu respondi que legislação há. Há farta legislação no Estatuto da Criança e do Adolescente e também no Estatuto do Idoso, ainda também no Código Penal. Não é ausência de legislação. Pode ser ausência de providências, pode ser ausência, em determinadas circunstâncias, de autoridade competente para adotar as providências. Mas é, acima de tudo, a ausência de formação adequada, a ausência da educação necessária.

Quantas vezes nós elaboramos leis e eu próprio tenho dito: "Não gero falsa expectativa em relação a essa lei aqui aprovada". Porque não basta a lei; é preciso que ela seja cumprida eficientemente; é preciso que a autoridade cumpra, de forma rigorosa e implacável, a legislação contra os danos causados por seres humanos muitas vezes animalescos, selvagens.

Certamente há a legislação. Nesse caso, há a legislação. Nós não podemos ser responsabilizados por isso. Às vezes, legislamos mal, sem dúvida, e temos que dar a mão à palmatória, temos que dar razão a quem nos condena por legislarmos mal. Mas, nesse caso, há legislação. Então, não há o que fazer em matéria de legislação. O que há é, exatamente, a cobrança que deve ser formulada.

Eu não sei de onde é esse cidadão que está agredindo a criança, se é do Brasil, se é do exterior. Não importa de onde seja! O que importa é o exemplo do mal, da perversidade, da crueldade, e nós temos que reagir a isso. Evidentemente, não podemos ir além da nossa responsabilidade. Aqui cabe legislar. Legislamos. Agora, cabe cobrar das autoridades competentes as providências.

O que me espanta ver, inclusive, é que alguém, filmando o evento horrendo, não tome providências, prefere ficar filmando a tomar providência para evitar a violência. E isso, Senador Girão, nos leva a refletir sobre até onde vamos, para onde estamos indo e qual o caminho que estamos percorrendo. É preciso, realmente, refletir sobre tudo isso.



Parabéns a V. Exa., que tem sempre a sensibilidade humana necessária para a abordagem de temas que são muito sensíveis ao coração do povo brasileiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Obrigado, Senador Alvaro.

Eu vou passar a palavra ao Senador Styvenson, mas, antes, eu queria fazer uma reflexão com V. Exa., com todos que estão aqui, sobre esse assunto.

Esses vídeos que circulam na internet, vídeos que mostram casos absurdos, aberrações humanas, Senador Jean Paul Prates, inclusive com mortes, filmando assassinatos, gangues, enfim, isso só faz, quando a gente compartilha esse tipo de vídeo, quando a gente passa para frente, isso só faz aumentar a violência. Isso é provado cientificamente, Senador Confúcio.

Eu participei de alguns seminários promovidos pela Agência da Boa Notícia, e outros também, que mostram que a gente tem que fazer uma pausa, porque a gente está incrementando, está assustando, está deixando as pessoas num estado de nervos de que o mundo está perdido. Isso gera violência, isso gera depressão, isso gera outras situações.

Então o caminho inverso, a neurociência mostra isso, a física quântica, é a gente procurar ver também que nunca houve tanto amor na terra, até porque a mídia só mostra aquilo que é ruim, que vende jornal, que vende anúncio na TV, mas na hora em que a gente for repercutir uma coisa dantesca, a gente tem que imaginar o efeito que isso tem para a sociedade. As pessoas que estão assistindo – muitas vezes, Senador Izalci, crianças – recebem esse tipo de vídeo e isso leva a uma percepção de que o mundo está perdido. Mas, não! Nunca houve tantos projetos, Senador Acir, projetos do bem, projetos de ajuda humanitária, pessoas ajudando creches, ajudando abrigo de velhinhos – nunca houve tanto amor, tantas atividades assistenciais promovidas, seja por entidades religiosas ou não.

Então, é algo que a gente precisa refletir. Quando a gente passa para frente esse tipo de coisa a gente não está fazendo o bem.

Eu não consigo ver um vídeo desse – eu não consigo ver um vídeo desse. Aquilo acaba com o meu dia, porque é um sentimento de impotência. É como o senhor colocou, há leis. Agora, a gente tem que focar no que é bom, no bem, na cultura da paz; esta, sim, tem uma força propulsora. Não é ser omisso; é a gente procurar participar de uma corrente diferente, que é a corrente do bem.

Senador Styvenson, por favor.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN. Para apartear.) – Senador Girão, obrigado pela palavra.

Preciso só, já que estou ouvindo bem atento à sua fala – e o senhor mesmo disse que o Ministro Sergio Moro falou que estamos passando por uma guerra civil quase desumana, não só no que a gente assiste pela TV, mas em todos os lugares –, a gente precisa, já que sabe disso, investir em aparelhamento policial e em treinamento. Mas concordo, Senador Alvaro Dias, nosso Líder, quando as pessoas estão reclamando do que nós estamos fazendo aqui, que temos um Código Penal caduco, velho, ultrapassado, para os crimes hoje que cada vez são mais bárbaros, um Código de Processo Penal também que torna mais frágil ainda a sensação de impunidade.

O elemento criminoso tende a exercer, a praticar, a fazer esse crime, muitas vezes com essa garantia de que, ou a polícia não pega por ela ser mal aparelhada, mal treinada, mal equipada, ou, quando pega, por ter a certeza de uma audiência de custódia, de um *habeas corpus* ou de um mecanismo penal que a sociedade já não reconhece mais como efetivo, não reconhece mais como punitivo, ele tende a fazer a prática criminosa reiteradamente.



Um dos fatos que o Senador Alvaro citou, a lesão corporal de uma filha de 58 anos praticada contra uma mãe de quase 80 na zona oeste de Natal, Cidade Nova – foi na capital, foi em Natal. É triste a gente ter hoje essa referência ou ser exemplo de um vídeo que viraliza tendo uma brutalidade como essa. Qual vai ser a pena dela? E a senhora vai para onde? Vai para um asilo? Vai ficar com quem? Quer dizer, muitas vezes, a gente não sabe.

Eu, como policial, via essa impotência. Eu prendia o cara por tráfico, por assassinato ou por roubo e, pasme, Senador Alvaro, ele saía primeiro que eu. Enquanto eu estava lá para ser ouvido, ele era ouvido primeiro. Aí vinha um arsenal de advogados, e tudo aquilo acontecia antes mesmo que eu desse o meu depoimento. E, muitas vezes, como policial, eu era o acusado por estar conduzindo-o para a delegacia, pelas escoriações que ele tinha, por que eu o algemei, por que eu o botei na mala da viatura.

Então, a gente vive hoje nessa sociedade, Senador Girão, que permite isso, essa fragilidade hoje penal. Falando-se de previdência, já que o cidadão está vivendo mais, já que a expectativa de vida está sendo maior, que aumente a pena de 30 para 70 anos agora. Não é a média de vida agora? Porque 30 anos, amigo, é pouco. E que bote trabalho para essas pessoas desocupadas, criminosas produzirem para a sociedade e não ficarem se alimentando em presídios mantidos pela sociedade, pelo cidadão. Então, como policial, eu digo: penas rígidas e a certeza de "punidade" evitam tudo isso. Por isso o questionamento da população em dizer o que nós estamos fazendo aqui.

Eu cheguei aqui há oito meses. De fato, eu pretendo fazer muito mais. Pedi uma audiência pública para a gente discutir a audiência de custódia, porque isso é um calo para os policiais. Policial prende e fica me ligando: "Capitão, eu preendi o traficante com 3kg de cocaína, com arma, e o cara saiu, não ficou preso, o cara do PCC". Acontece isso todos os dias.

Então, a gente precisa rever, sim, o Código Penal, mas, como eu iniciei dizendo que o próprio Ministro diz que vivemos uma guerra civil, que estamos numa guerra civil, então algo precisa ser feito de efetivo para a segurança pública e para a educação – as duas linhas caminhando junto – para que nós evitemos, tentemos, diminuirmos atrocidades como essas – não como essa da filha para a mãe, porque isso é uma aberração.

Então, a minha parte seria justamente para dizer, respondendo ao Senador e às pessoas que comunicam ao senhor, a mim e a qualquer outro Parlamentar, que a exigência deles é justamente ver que a punição sirva de exemplo para que desmotive pessoas a cometerem crimes. É isto que as pessoas querem da parte do legislador: criar penas mais rígidas e que, efetivamente, sirvam para ressocializá-las.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Obrigado, Senador Styvenson.

Imediatamente, eu passo a palavra para o nosso querido irmão, Senador Telmário Mota.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para apartear.) – Senador Girão, o assunto que V. Exa. traz a essa tribuna é um assunto sobre o qual todos nós deveremos nos debruçar com mais rigor. E eu acho que até pós todo esse processo da previdência, dos projetos mais importantes da parte econômica para o Brasil retomar esse crescimento, com geração de emprego, acho que sobre essa questão da segurança nós temos todos que nos debruçar e aqui pegar experiência. Assim como o próprio Senador Styvenson, que fez um trabalho bonito na sua região, no seu Estado, e tem uma experiência, todos que estão aqui podem trazer e somar.

V. Exa. estava falando desse vídeo, que realmente...



(Soa a campainha.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... é irracional. E agorinha tenho aqui – eu não tenho nem coragem nem devo mostrar –, acabei de receber uma foto, no WhatsApp, da minha cidade, uma cidadezinha pequena chamada Caroebe, onde uma jovem de 15 para 16 anos teve uma morte extremamente cruel e violenta. Ela foi decapitada no final, de modo que abalou e tem abalado toda a cidade.

Eu estava aqui vendo, daqui a pouco vou colocar na minha fala, que o meu Estado, Srs. Senadores, era um Estado em que a gente dormia de portas e janelas abertas. Era um dos Estados mais pacatos da Nação brasileira. E eu abro aqui o jornal, que diz: "Roraima vira líder em assassinatos no País." Olha só que tristeza o que o jornal principal da nossa cidade traz como Manchete. Isso é de partir o coração, porque a causa nós sabemos e o efeito é isso aí.

Então, eu quero dizer para V. Exa. que todos nós temos que unir forças e ir buscar o mecanismo que realmente coíba tudo isso. Nós temos que entender que a questão da criminalidade cresce na ausência do Estado, cresce na ausência do Estado. Quando o Estado é omissos nas suas ações sociais, nas suas ações de crescimento e desenvolvimento, outro poder paralelo cresce. Por exemplo, esse crime bárbaro no meu Estado é fruto de organizações criminosas, que fazem o recrutamento fácil de adolescentes e que depois não têm como mais sair.

Então, o pronunciamento de V. Exa. é muito oportuno e mexe com o Brasil inteiro, é de interesse nacional. E V. Exa., mais uma vez, tem o meu respeito, a minha consideração. V. Exa. sempre traz a esta Casa assunto que está muito pertinente ao sentimento da população.

Parabéns!

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Obrigado, Senador Telmário.

Eu tenho a honra também de passar a palavra ao Senador Jean Paul Prates.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para apartear.) – Meu querido amigo, Senador Girão, é para me solidarizar com a sua fala e aduzir algumas coisas que os colegas também comentaram. É muito importante que esse debate seja feito. É claro que nós aqui, em apartes, apenas podemos pontuar, arranhar a superfície de um assunto tão complexo, profundo, e que a meu ver se configura como um ciclo pernicioso, vicioso, que a gente entrou, na sociedade brasileira, porque acaba que vira um debate entre policial e direitos humanos, procedimentos, leis mais rígidas *versus* educação.

E como o meu colega de Estado, o Senador Styvenson, vem sempre pontuando, ele que é profissional da função de manter segura a nossa sociedade, ele próprio, na sua carreira, descobriu justamente que o outro lado existe, que esse outro lado é o lado da construção educacional, da formação da nossa sociedade, e isso tem de andar em par.

E, aí, vocês acabaram pontuando duas coisas que estão no meio de debates usuais, mais repressão, mais penas rígidas e, por outro lado, direitos humanos, tratar as pessoas humanitariamente, mesmo que elas tenham cometido crimes etc., etc., etc. e tal da espetacularização desse processo. Então, o primeiro ponto é isso.

O que coloca pressão na sociedade, além do que habitual e obviamente seria compreensível que ocorresse, porque estamos de fato numa sociedade violenta, estamos de fato impulsionados economicamente – quando eu digo economicamente, não é só porque o cara que está morrendo de fome e vai roubar, porque isso é coisa do passado... Hoje, a maior parte dessa violência vem, como disse o Senador Telmário, vem de esquemas econômicos fortíssimos, de ciclos econômicos criminosos, crime organizado, droga etc., etc., etc. Quando eu digo economicamente, não é só o



lado social. É o lado também da construção de ciclos econômicos já completamente consolidados e não apenas nos grandes centros, mas, infelizmente, agora também em Roraima, no Rio Grande do Norte, no Ceará. Então, isso chegou para valer. Isso está desde os presídios até as ruas e comunidades. Mas se coloca pressão também... Eu por exemplo fico muito mal impressionado, e não vejo muita televisão mais, hoje em dia a gente quase não vê, mas quando vejo alguma coisa...

(Soa a campainha.)

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... me deparo, em plena tarde, em pleno horário de almoço, com programas altamente apelativos, que agora parecem que viraram escada para serem políticos também etc., etc. Então, programas de altíssima eloquência visual e de coisas atrozes, histriônicas. O pior dos programas não são nem as imagens; são os discursos fáceis, simplistas, populistas, demagógicos, raivosos, que inspiram mais violência, vingança e que põem, Senador Styvenson, pressão na polícia, porque o cara se sente, quando vai à comunidade, premido por aquilo. Dizem: "Olhe o que aconteceu naquele programa ontem, olhem que absurdo, vá atrás, pegue, mate".

Então, eu acho que está tudo errado. Está tudo errado, a começar por aí.

A gente pode, de tijolinho em tijolinho, começar a desmontar esse processo. Um deles é, por exemplo: essas TVs são concessionárias; não...

(Soa a campainha.)

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... há uma forma de coibir esse tipo de programa, nesse tipo de horário? Vá fazer isso em outro horário. Vá fazer isso em TV fechada, em alguma coisa que se possa de fato censurar, e é censura mesmo nesse caso, porque não é uma questão ideológica, de opinião. É apelação pura e simples. É a coisa cada vez mais histriônica, mais absurda, mais horrorosa. E é o que dá ibope. Eu vejo, inclusive, noticiários que eram tidos como sérios, ao meio-dia, em geral, agora extrapolando porque a outra emissora vai por esse lado. Então, a emissora vai e segue, e o patrocinador mandando naquilo. É um negócio completamente...

A outra coisa é justamente essa questão da pressão e da violência, que acaba ocorrendo do outro lado também, que é o da repressão.

Então, nós tivemos – não é possível que ignoremos – o caso dessa menina de oito anos que foi baleada no Rio de Janeiro. Era um policial, não era um policial. Não é questão de ser policial. É a questão do preparo, da capacitação e a questão do próprio sistema, a panela de pressão que está ali. Poderia ser bala de bandido, poderia ser bala de policial. Mas esse confronto, todo esse processo – e, no caso do Rio de Janeiro, há um agravante, porque há um governante claramente que estimula isso e dá ordem de matar, permite matar, diz que quem sair de fuzil, quem isso ou aquilo vai ser alvejado na cabeça por um *sniper*, já faz um histórico... Fez campanha assim.

Claro, eu, inclusive, sou nascido no Rio de Janeiro, saí para o Rio Grande do Norte e uma das razões foi isso. Há 12, 15 anos atrás já eram um problema o tiroteio e a confusão, isso já pressionava as pessoas. Imagine hoje!

Então, claro, o Governador foi eleito com essa bandeira, porque a sociedade foi pressionada, inclusive midiaticamente, mas também pela própria realidade, a exigir soluções imediatistas para isso.



Então, esse é um problema sobre o qual a gente tem que se debruçar. Esse caso é o décimo sexto de criança baleada – de criança baleada – no Rio de Janeiro desde o começo do ano. Isso não é uma estatística que possa passar por nós, assim, desapercebida, silente.

(Soa a campainha.)

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Há extermínio de juventude, principalmente negra, nas cidades, nos Municípios, nas comunidades, no Brasil todo, diariamente.

Então, há dois lados dessa moeda, e a gente precisa desarmar essa bomba. Não sei exatamente como, mas acho que há alguns começos, um deles é essa questão de a gente tirar essa pressão de dar satisfação via mídia, que é extremamente grave, e eu queria aduzir isso à sua fala e ao nosso debate dessa tarde.

Obrigado, Senador.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Senador Izalci, eu peço, se o senhor puder complementar o tempo dos apartes...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero aproveitar... O tema é bastante empolgante, mas nós temos sete inscritos, e às 16h teremos uma sessão solene.

Então, os 20 minutos de que nós estávamos falando eu vou reduzir para 10 minutos, mas eu pediria que fôssemos mais objetivos, porque senão não conseguimos passar a palavra para os demais oradores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Eu lhe peço só cinco, só cinco extras para comentar um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não. Um minuto para V. Exa., senão não dá tempo, porque temos ainda sete inscritos, Senador. É que houve muitos apartes, e nós estamos com 45 minutos.

Mais dois minutinhos para V Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Só para restabelecer um pouco do tempo dos apartes, porque foi muito interessante o que foi colocado pelos Senadores.

Inclusive, foi feita uma pesquisa, Senador Jean Paul Prates, sobre o que V. Exa. estava falando. Esses programas policiais que mostram, na hora do almoço inclusive, essa cabidela... Você está comendo e está vendo uma coisa... Ao cabidela, comendo uma coisa que não...

Olha, isso é algo que gera mais violência, sim. Sabe por que, Senador Marcos Rogério? Uma universidade lá do Estado do Ceará, não lembro o nome, fez nas comunidades uma pesquisa e mostrou que muitos jovens que estavam lutando ali para, de alguma forma, encontrar um caminho na sua vida, uma juventude...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... realmente que é desamparada, quando via uma cena daquela numa televisão, já no desespero, com o tráfico chamando para ser aviôzinho e tudo mais, simplesmente aquele jovem que apareceu na televisão, que cometeu um assassinato, começou a ser ídolo, Senador Acir Gurgacz, porque ele apareceu na televisão, virou referência na comunidade. Olha que loucura! É a gente dando visibilidade, promovendo mal. A gente tem que promover o bem para construir a paz.



Então, é uma inversão de valores completa.

Para encerrar meu pronunciamento, eu queria saudar a Câmara Municipal de Caucaia, no Estado do Ceará, porque instalou um direito da minoria, que é uma CPI para investigar supostas fraudes em licitações...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... e foi um trabalho articulado. Dos 23 Vereadores, 8 assinaram. Espero que, com muita imparcialidade, desenvolvam a busca pela verdade. Estão de parabéns Emília Pessoa, que é a Presidente da Comissão, Natézia Campos, Pr. João Andrade, Dona Célia, Mickauê, Neto do Planalto, Jorge Luís e Evandro Maracujá, que começaram essa CPI em Caucaia.

Por falar em CPI, eu faço aqui um último convite. Eu faço aqui o último convite para os Senadores que aqui estão, para a população, especialmente aqui de Brasília, da terra do Izalci. Estão vindo ônibus do Ceará, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Mato Grosso para a Praça dos Três Poderes, quarta-feira, dia 25 de setembro, a partir das 14h, mas o auge da...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... o auge da manifestação vai ser às 18h, aqui na Praça dos Três Poderes.

Eu peço à população que venha para se manifestar a favor da CPI da Lava Toga, a favor do fim do foro privilegiado, a favor da análise de *impeachment* dos Ministros do Supremo. Chegou a hora da verdade! Essa é a grande chaga do Brasil, a corrupção é que mata mais do que qualquer coisa. É o que faz faltar dinheiro nos hospitais para tratamento, é o que faz faltar dinheiro para a segurança pública, para investimento, para emprego. E nós precisamos combatê-la, porque a maior crise que existe... Nós vamos votar a reforma da previdência aqui nesta Casa. É importante, é necessário. Vamos votar a reforma tributária, mas tudo desemboca no Supremo Tribunal Federal. Nós precisamos, sim, encarar...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... essa CPI da Lava Toga para que a verdade venha à tona e liberte o Brasil, porque a maior crise que a gente vive é a crise moral. E você que está em casa tem esse compromisso cidadão com a Pátria. Se é a favor de Governo, se não é, não interessa; é vir querendo essa CPI, que vai fazer o seu papel. E eu tenho certeza de que essa CPI vai trazer um grande resultado para a Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Girão, ocupe para mim a Presidência, para que eu possa dar um recado rápido? Depois, a gente passa para o Senador Acir Gurgacz, Confúcio Moura, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Styvenson, Marcos Rogério e Jean Paul.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro aqui, em cima da fala, inclusive, do Senador Girão,



deste momento que o Brasil vive, de um debate profundo em relação à ação das forças policiais, ao passo que o Parlamento discute mudanças na legislação penal quanto à excludente de punibilidade. Sempre que acontece um episódio como esse que aconteceu no Rio de Janeiro, acabam pegando essa situação e lançando mão dela para fazer um confrontamento à ação policial.

Obviamente, Sr. Presidente, todos nós lamentamos extremamente o ocorrido no Rio de Janeiro, e esse fato deve ser apurado à luz da legislação penal, à luz do regramento que nós temos hoje, mas não se pode perder de vista que o combate ao crime, especialmente ao crime organizado, deixa sequelas, lamentáveis, mas deixa. E é preciso fazer essa reflexão levando-se em consideração também as mortes de policiais Brasil afora.

O Brasil é o país onde há o maior número de morte de policiais do mundo. O Brasil é o país onde mais se mata policial no Planeta Terra. Agora, há uma coisa: quando morre um policial, a notícia, às vezes, é numa nota de rodapé do jornal – às vezes, nem sai no jornal. E há mais uma coisa: apenas o toque de silêncio embala os corações daqueles que vão lá assistir ao cortejo fúnebre de um policial, tombado no campo de batalha.

Eu não estou dizendo, com isso, que a ação foi correta – eu não estava lá, não fiz parte dela. Lamentar todos nós lamentamos. Deve ser apurado em que circunstâncias, em que condições, por que aconteceu, e é preciso fazer um esforço para que não aconteça. Agora, não se pode fazer campanha publicitária contra as forças de segurança, contra a inovação legislativa, que quer garantir mais segurança à sociedade, a partir de um episódio lamentável.

O Brasil mata, por ano, Senador Izalci – por ano –, em média, 490 policiais Brasil afora. Em qual outro lugar do Planeta acontece isso? Mas as notícias só colocam em destaque quando há uma fatalidade. Aí vira notícia nacional e internacional, e todo mundo se mobiliza para retirar garantias do bom policial. Com o mau policial, quando é pego numa conduta indevida, não pensem os senhores que a Justiça Militar é tolerante, porque não o é. A punição, a reprimenda ao mau policial é muito mais dura do que a ação penal da Justiça comum. Só dizem o contrário os que não conhecem a verdade ou os que querem falsear a verdade, com todo respeito aos que pensam diferente.

Então, esse papo de vir com a vitimização... Lamentar o fato é papel de todos nós, assim como pedir que haja maior rigor na apuração dessa conduta, mas não queiramos criminalizar as forças de segurança Brasil afora. Na hora em que o caldo entorna, é justamente lá, na porta da delegacia de polícia, no batalhão de polícia, que se vai buscar apoio para enfrentar o crime organizado nos morros, nas favelas e em qualquer lugar do Brasil. Muitas das vezes, o que sobra para o policial e para sua família é apenas o toque de silêncio, que quem acompanha não resiste às lágrimas.

Então, esse debate é um debate que nós temos que fazer com a maior franqueza, mas sem qualquer aspecto, sem qualquer viés ideológico, apaixonado, de tese, porque a tese aqui é o Brasil. O que interessa é a família de bem do País.

Mais uma vez, quero manifestar aqui nossos pesares, lamentar essa tragédia que aconteceu e que se abateu sobre uma família do Rio de Janeiro e pedir que a apuração seja célere, mas não queiramos criminalizar as forças de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito bem.

Eu passo imediatamente a palavra ao Senador Izalci Lucas para o seu pronunciamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu poderia até abrir mão hoje da minha fala, principalmente



para aqueles que, muitas vezes, não estão aqui na segunda ou na sexta-feira, mas eu não poderia também deixar de registrar aqui o voto de pesar exatamente pelo falecimento do querido Pe. Casemiro.

Ontem, de manhã, bem de manhãzinha – eu tenho um programa às 7h da manhã –, eu recebi a notícia da morte do Pe. Casemiro – conhecido como Casemiro aqui –, pároco da Igreja Nossa Senhora da Saúde, aqui na 702 Norte. Foi vítima de roubo, seguido de morte. Pe. Casemiro era polonês e estava há mais de 25 anos na paróquia e 40 anos no Brasil. O crime, que teve requintes de crueldade, chocou e deixou todos muito tristes. O Pe. Casemiro era um homem muito trabalhador e carinhoso com a sua comunidade. Então, eu quero aqui deixar registrada a nossa solidariedade por essa perda, que será muito sentida por todos nós que conviveram e que faziam parte daquela paróquia.

Infelizmente, a violência em Brasília está tomando proporções inimagináveis e certamente merece atenção redobrada por parte das autoridades. E isso está acontecendo em Brasília e em todo o Brasil.

Então, aqui eu quero registrar o voto de pesar com relação a esse grave, essa morte cruel que aconteceu aqui na Capital da República.

Registro rapidamente, Sr. Presidente, que eu estive hoje de manhã no Hospital Regional de Taguatinga – estava fazendo uma visita aos hospitais –, que também, lamentavelmente, se encontra em situações difíceis. Por mais esforçados que sejam todos os servidores, e o hospital melhorou muito dos últimos meses para cá, mas de qualquer forma, depende de muita gestão. Falta gestão, falta informatização, falta controle, falta muita coisa. Mas aos poucos... Pelo menos a gente pôde perceber o empenho dos servidores. E nós fomos discutir agora as emendas da bancada e fomos visitar então esses hospitais, que precisam realmente de apoio.

Na sequência, tive uma reunião com a Fape, que é a Federação da Agricultura e Pecuária do DF. Para quem não sabe, o DF tem uma produção significativa. Talvez seja o Estado com a maior produtividade na produção de grãos. É uma instituição que tem o objetivo de promover a implantação de agricultura moderna, produtiva e que gere desenvolvimento econômico com responsabilidade social e respeito ao meio ambiente.

Fomos falar um pouco sobre regularização fundiária, Senador Marcos Rogério. Brasília é a mesma coisa do resto do País, não é? Nada, praticamente todas as áreas, 60% da nossa área rural ainda está nas mãos da União, do Incra, da SPU, da Terracap, que é do próprio GDF. O GDF ainda não reconheceu a lei federal.

É preciso trazer aqui para o DF todos os benefícios da lei, implementá-la, recepcioná-la, para que a gente possa de fato entregar as escrituras para esses agricultores, que estão aqui há 30, 40 anos produzindo, que precisam fazer investimentos e não conseguem financiamento, porque não têm garantias, pois a garantia é a escritura. Então, houve um apelo muito grande, e nós precisamos pressionar que a Terracap possa recepcionar a lei e possa regularizar essas áreas que não têm objetivo especulativo, como anunciado nos Governos anteriores.

Fiquei preocupado também com o anúncio, havia já uma preocupação da Fape com relação à merenda escolar. Há uma conversa de que o Governo vai impedir ou vai terceirizar a questão da merenda escolar, o que seria um absurdo, porque é uma forma que nós temos de ajudar os pequenos produtores, inclusive da agricultura familiar. Seria exatamente o Governo utilizar o poder de compra com relação a isso.



E para finalizar, com certeza na quinta ou na sexta-feira, nós vamos um pouco mais, até porque na quarta-feira, Senador Marcos Rogério – V. Exa. que está preocupado com esse assunto –, nós vamos fazer uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre regularização fundiária, exatamente para colocar a tecnologia para facilitar essas regularizações. E, no Estado de V. Exa., com certeza... Eu convidei a Casa Civil, o Ministério da Economia e o BNDES, porque nós precisamos criar uma plataforma para que o Governo possa facilitar essa regularização.

Todos os Municípios já a estão fazendo, mas estão entrando agora com pessoas que, muitas vezes, não têm conhecimento, que estão especulando... Às vezes, daqui a pouco, vai haver muita gente levando cano aí nesses Municípios. Então, eu acho que o Governo Federal tem a obrigação de financiar uma plataforma que possa atender todos os Municípios do Brasil.

E, para finalizar, eu tenho aqui uma notícia boa. Eu resolvi fazer um contraponto aqui com as notícias ruins. Eu tenho, lá no meu programa, o quadro Só Notícia Boa, que é do Rinaldo Oliveira, o *site* mais lido no Brasil e que está no nosso programa. E, de lá para cá, em todo discurso, eu quero dar uma notícia boa para a comunidade.

A notícia boa que eu trago aqui hoje é sobre a premiação recebida pela jovem empreendedora social Anna Luísa Beserra. Ela é baiana, tem apenas 21 anos e criou o Aqualuz, um filtro que purifica a água usando apenas a luz solar. Então, o filtro purifica a água da chuva coletada por cisternas de áreas rurais por meio de raios solares e um indicador muda de cor quando o consumo é seguro. Então, essa é uma invenção maravilhosa. A estudante ganhou o Prêmio Jovens Campeões da Terra, da ONU, na área de meio ambiente. É a primeira vez que uma brasileira recebe esse reconhecimento. A ideia surgiu quando a jovem participou de um projeto cujo tema foi: Água – Desafios da Sociedade. O Aqualuz foi desenvolvido junto com outros estudantes da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal do Ceará. Hoje distribui água potável para 265 pessoas e alcançará mais de 700 ainda neste ano. A Anna Luísa e outros seis vencedores vão receber o prêmio durante a 74ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, agora no dia 26 de setembro.

Então, não poderíamos deixar de aqui parabenizar e incentivar esses jovens nossos, em especial a Anna Luísa. Então, meus parabéns!

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito bem. Muito obrigado pelo seu pronunciamento, Senador Izalci Lucas.

O senhor falou aí: "Só notícia boa". O senhor se referiu ao *site*: Só Notícia Boa, que eu tive a oportunidade de conhecer. E a Agência da Boa Notícia, lá no Ceará, faz um trabalho que eu citei há pouco. Parece até que nós combinamos, não é?

Tratamos também do trágico assassinato do Pe. Casemiro e, ao mesmo tempo, falamos sobre a necessidade da cultura da paz.

Imediatamente, eu passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

Por favor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado, que nos ouvem através da Rádio Senado e também nas redes sociais, eu me preparei hoje, Presidente Izalci, para falar sobre o impacto dos cortes de recursos na educação neste ano de



2019, cortes que foram substanciais já para este ano, principalmente nos repasses para as universidades.

No entanto, analisando o Orçamento para 2020 enviado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, e que está tramitando na CMO, constatamos que os cortes ocorreram em todas as áreas e anunciam um período de retração dos investimentos públicos nas áreas sociais e também nas áreas estratégicas para o País, como infraestrutura, ciência e tecnologia – áreas importantes para o desenvolvimento do nosso País.

No início deste ano, quando o Governo Federal anunciou o contingenciamento no Orçamento de 2019, a educação foi a pasta que mais sofreu com o bloqueio em termos absolutos. Foram anunciados inicialmente R\$5,8 bilhões de contingenciamento. O que, logo depois, somando-se com o congelamento de R\$1,7 bilhões dos gastos das universidades, os cortes no Fies e na educação básica totalizaram um corte de R\$7,3 bilhões, como o próprio Ministro da Educação relatou aqui no Senado, em audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Agora, o que era contingenciamento para este ano se tornou corte e será ainda maior no ano que vem. Segundo a proposta orçamentária para 2020, o valor repassado ao Ministério da Educação será 18% menor do que em 2019. Em valores absolutos, cai de R\$122 bilhões para R\$101 bilhões.

Considerando que o Orçamento do MEC em 2017 foi de R\$149 bilhões, estamos assistindo a uma redução gradativa dos investimentos na educação em nosso País ano a ano. O que eu entendo, Senador Jean, lamentável. O corte em 2020 vai ocorrer em todos os níveis educacionais, do ensino básico ao superior, incluindo a pesquisa e a extensão.

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é a que mais sentirá os efeitos desse corte. Pela proposta, vai perder metade do Orçamento, que sai de R\$4,5 bilhões em 2019, para R\$2,2 bilhões em 2020.

Entendo que nossa economia está em crise e que o momento é mesmo de apertar o cinto, mas não vejo motivo para cortes tão acentuados na educação. Outros Ministérios também perderão recursos. Os mais atingidos são os Ministérios do Turismo, que perderá 58%; o Ministério da Mulher, 41,5%; Minas e Energia, 30% a menos e o Ministério de Infraestrutura 30,4% a menos, Senador Confúcio. O do Meio Ambiente, mesmo pressionado pelas queimadas na Amazônia, também terá corte de 30,4% em relação ao Orçamento de 2019. No caso do Ministério da Infraestrutura, que terá R\$6,3 bilhões em 2020, a redução deve prejudicar a manutenção de estradas, já que a pasta abriga o Dnit, responsável por mais de 50 mil quilômetros de vias federais. O valor para esse fim no Dnit caiu de R\$6,4 bilhões para R\$4,5 bilhões em 2020, muito menos do que em 2014, que era R\$14 bilhões.

É verdade que o Orçamento para 2020 está refletindo a realidade do País, que ainda vive uma crise econômica, sem mascarar o cenário sombrio para as políticas públicas e para a nossa economia.

Mesmo assim, esse corte tão acentuado no Orçamento se contrapõe à evolução na arrecadação da União neste ano de 2019 e nos últimos dez anos, que foi crescente. Em 2012, atingimos, pela primeira vez, a casa de R\$1 trilhão; e só tivemos uma queda pequena na arrecadação em 2014, ano eleitoral, e em 2016, ano do *impeachment*. Em 2017 e 2018, a arrecadação cresceu. Para este ano, a previsão é de uma arrecadação de R\$1,564 trilhão, aproximadamente 4% maior do que no ano passado. Portanto, precisamos verificar para onde vai esse dinheiro que está sendo cortado, principalmente, da educação e da infraestrutura brasileira.



Volto a dizer: a peça orçamentária tem méritos, mas vejo que os cortes poderiam ser melhor distribuídos, principalmente para gastos com a máquina pública.

Temo que os cortes demasiados na educação e, principalmente, em áreas como ciência e tecnologia, além do atraso em que podem colocar nosso País, tenham um impacto direto em nossa economia, uma vez que boa parte desses investimentos está voltada para o desenvolvimento de nossa agricultura e da indústria nacional.

Outro detalhe: ao bloquear os repasses para as universidades, o Governo disse que iria priorizar o ensino básico, mas também cortou os repasses para as escolas e as creches em 2019, bloqueando mais de R\$2,4 bilhões, e vai cortar ainda mais no ano que vem.

Lamento os cortes na educação, mas o que dizer, então, do corte de até 40% nos investimentos públicos previstos para 2020? O corte nos investimentos públicos, incluindo as obras de infraestrutura, deve ser de até R\$30 bilhões. Com isso, o Brasil terá o menor volume de investimentos desde o ano de 2007, segundo dados do Tesouro, mostrados hoje em reportagem na *Folha de S.Paulo*.

Isso significa que o Governo terá apenas R\$19,3 bilhões para realizar todos os investimentos públicos, incluindo obras de infraestrutura, como rodovias, portos, ferrovias e outras obras de importantes para o escoamento da produção agropecuária e industrial brasileira. Pela lógica liberal, o mercado se encarregaria de realizar esses investimentos.

Eu vejo, de fato, um esforço muito grande do Governo em chamar a iniciativa privada para participar dos investimentos, mas temo que eles não sejam suficientes para fazer a nossa economia girar de forma positiva.

Com isso, poderemos perder o compasso da história, jogando fora a oportunidade de sermos um país desenvolvido, industrializado e continuarmos sendo o maior exportador agrícola.

Entendo que o Estado tem que chamar para si a responsabilidade de tocar a economia do País e de realizar os investimentos públicos necessários para o seu desenvolvimento, assim como deve gerir sua matriz energética e investir na educação do nosso povo. Essas são áreas estratégicas, em que a mão do Governo deve estar presente.

É verdade que o Orçamento de 2020, que discutiremos aqui no Congresso Nacional, nos próximos meses, é resultado da política liberal do atual Governo. Essa foi uma decisão do povo brasileiro. Mas entendo que temos agora a responsabilidade de olhar para essa peça orçamentária com mais cuidado, principalmente para as áreas sociais e para o desenvolvimento. Não podemos permitir...

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – ... cortes tão acentuados nos investimentos de infraestrutura e principalmente na educação. Creio que poderemos remanejar receitas para os investimentos estratégicos para o futuro e o bom desenvolvimento econômico, social e humano do nosso País e de nossa gente.

Faço esse alerta aos nobres Senadores e Deputados para que possamos contribuir com o atual Governo, no sentido de apontar caminhos para que possamos superar este momento de Orçamento curto, sem grandes impactos na educação de nossos filhos e no andamento de nossa economia. Entendo que o Orçamento reflete a realidade do País, mas conclamo todos para que possamos trabalhar para melhorar essa realidade.



É por isso que não concordo com os cortes na educação e nos investimentos em infraestrutura no País. É por isso que tenho destinado praticamente todas as minhas emendas para esses dois setores.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Investir em educação é investir no futuro do País e investir no futuro do nosso povo, e investir em infraestrutura é criar condições para que esse futuro se concretize amanhã, no tempo mais curto que a Nação deseja e merece.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É verdade. Parabéns a V. Exa.!

Eu acabei assumindo a Relatoria do Orçamento da educação e V. Exa. falou muito bem aí do corte, que se já é insuficiente este ano, imagine no ano que vem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sem dúvida.

(Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós temos o próximo orador, o Senador Confúcio Moura, e depois: Telmário, Wellington Fagundes, Styvenson, Marcos Rogério e ainda Jean Paul.

Então, se a gente puder terminar em dez minutos, para dar tempo de a gente fazer a sessão solene.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro eu não quis fazer um aparte ao Senador Acir porque eu ia atrapalhar o tempo, pois ele já tinha terminado. Eu fiquei muito satisfeito com o discurso dele sobre educação. Quanto mais nós tivermos discursos como esse excelente do Senador Acir Gurgacz, mais se fortalece e se cria um ambiente e uma energia boa em benefício da educação brasileira.

Sr. Presidente, hoje o meu discurso também vem do lado da educação, mas um pouco diferente do trivial que eu faço.

Primeiro, quero fazer uma saudação ao Dr. Andrey Cavalcante, que foi Presidente da OAB lá do Estado de Rondônia e mora aqui em Brasília hoje. Eu fui fazer uma visita a ele, na casa dele, quando ele me apresentou a família e a avó, e eu fiquei muito satisfeito. Um abraço para o Dr. Andrey, queridíssimo lá no Estado de Rondônia, principalmente no meio do Direito.

No mais, quero saudar, Sr. Presidente, este programa, a TV Senado, que tem um alcance muito grande para as pessoas que estão doentes. Muitos estão acamados e ficam assistindo à política, aos programas da TV Senado, como também o povo que fica em casa, na parte da tarde, no horário que abrem as sessões, e que participa ativamente da TV Senado. É a televisão dos órgãos e das instituições mais acessada.

Muito bem, Sr. Presidente, o meu discurso vem falar sobre a grande manifestação que aconteceu na semana passada com a juventude do mundo inteiro. Foram adolescentes, crianças,



jovens, professores que, em 130 países do mundo, foram para as ruas fazer a defesa do clima, do futuro, do equilíbrio do Planeta Terra.

Olhe, Sr. Presidente, todas as grandes manifestações, as revoluções que aconteceram no mundo, em todos os tempos, tiveram a participação da juventude, dos professores, dos intelectuais, não de insubordinados, de insurgentes, de raivosos, como queiram chamar essas pessoas, de revolucionários. Agora, foram as crianças.

Vocês viram no mundo, gente, a meninada com cartazes, organizada. Era uma estimativa de quatro milhões de crianças nas ruas, pedindo atenção para a questão climática. Quando esses meninos saem às ruas falando essas coisas, é porque eles aprenderam na escola. Quer dizer que a escola está ensinando alguma coisa boa, que é a educação ambiental.

Então, eu louvo esses brasileiros, esses pais, essas escolas que soltaram essas crianças, na semana passada, nessas manifestações pacíficas, lindas, no mundo afora, chamando atenção de nós adultos, de governantes, de Presidentes de países poderosos, como China, Estados Unidos e outros teimosos do mundo todo. A meninada, jogando na cara: nós queremos um planeta saudável, queremos viver, queremos ter futuro! O discurso das crianças não tem nem a ver com o discurso dos pais. Eles estão fazendo um discurso do agora e para a frente. A meninada, querendo a vida melhor para a frente. E, muitas vezes, os pais nem concordam com os meninos, mas os meninos estão nas ruas. Eu quero um Planeta limpo. Eu não quero que o Planeta, a minha vida, o meu pulmão, o meu sangue, sejam objeto de demanda pelo lucro da queima de combustíveis fósseis, chaminés, indústrias pesadas.

Muitos países estão turvos de contaminação e poluição. Em muitos países, diversas pessoas saem às ruas com máscaras. Há cidades chinesas em que as pessoas saem com máscaras.

Que riqueza é essa que mata as pessoas? Que riqueza é essa que contamina o pulmão das pessoas?

Então, essa meninada lindíssima que eu vi nas ruas, fazendo discursos, meninos pegando em microfone, é interessante isso. Isso é um grito novo do mundo. É um grito novo: "Olha, velharada do mundo, nós não estamos satisfeitos com vocês. Nós queremos um mundo diferente para nós de agora para a frente".

Foi esse o louvor cantado, essa insubordinação dessa juventude mundial. Isso não vai ficar parado. Isso não vai ficar parado, porque começou, ano passado, com uma menina, uma menina sozinha. Diante do Parlamento sueco, aquela menina, Greta Thunberg, começou a fazer o protesto solitário. Aquilo foi irradiando. A televisão mostrou aquela menina. A rede social mostrou aquela menina. E ela, hoje, está com 16 anos e é a líder mundial desse grande movimento, uma adolescente de 16 anos.

Isso tem muita importância. Isso não é à toa. Isso é um movimento que sai de baixo, que sai da terra, sai do útero. Ele sai, sai, está saindo. Não sai de nós aqui nem tanto, não, que ficamos discursando. Ele sai da vibração. Sai da escola para a rua. Sai da faculdade por meio dos professores progressistas. Professores de cabeça ensinaram as crianças que é bom viver saudavelmente. Isso é altamente grandioso.

Então, esse meu discurso de hoje envolve a educação com a questão ambiental. Isso é muito importante. Está aqui Jean Paul, que está aqui sempre defendendo em seus discursos – eu assisto – nas comissões, falando em energia solar e em energia eólica, mostrando que é importante essa forma alternativa de produção de energia limpa para o mundo, através das hidroelétricas, da eólica, que os seus Estados do Nordeste produzem demais.



Muita gente pensa: "Mas eu não dou conta de consertar o mundo, o meio ambiente" Conserta em sua casa, gente; conserta desligando a energia na tomada; conserta não jogando o óleo, o azeite que sobra no cano da pia; a gente conserta com pequenas ações, abrindo a janela para entrar o vento para amenizar esse calor horroroso do Brasil nesse momento, para ventilar... Uma janela de cá, uma janela de lá, para correr uma onda de ar dentro de casa; o reaproveitamento da água da chuva para lavar o chão. Isso tudo são medidas simplórias, familiares, que a gente tem que ir fazendo... O canudinho que você chupa a Coca-Cola... É importante usar um produto que não seja degradante, que não seja plástico e outras formas tais que estão por aí afora.

Então, meus queridos colegas, todos os telespectadores, Srs. Senadores, vocês podem gravar que essa manifestação do dia 21 no mundo, com essa juventude, é um alerta novo, é uma energia que está subindo para os ares, clamando: "Deixe-me viver em paz, deixe-me respirar livremente, deixe um futuro melhor. Eu não quero destruir a terra, vocês já destruíram demais". Mandaram um recado para nós.

Então, eu encerro as minhas palavras, concedendo um aparte ao nosso queridíssimo e competente Senador Jean Paul, que é quem deveria estar fazendo esse discurso, porque tem um conhecimento profundo.

Com a palavra, meu ilustre Senador, brilhante.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para apartear.) – Senador Confúcio, V. Exa. é um mestre para mim também, e obviamente eu tinha que aparteá-lo para felicitá-lo pela colocação, porque, de fato, foi um movimento estridente, de dentro para fora, de baixo para cima e que nos emocionou a todos, principalmente pelo fato de serem vozes tão jovens, que consumiram tão pouco do nosso mundo...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e tem tanto a entregar ainda.

Então, você vê pessoas que têm uma vida pela frente, querendo dar um saldo positivo ao nosso meio ambiente e ao ambiente inteiro. Esse negócio de "meio ambiente"... Eu digo é o ambiente inteiro, não é?

(Soa a campainha.)

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E pontos específicos, a energia local... É a tendência mundial, é a tendência da humanidade. A substituição do ciclo do petróleo, do ciclo do carvão, será pela energia no local. E o que é energia local? É cada um produzir a sua energia com a forma que encontrar mais próxima e mais viável da sua casa, da sua vida.

Então, a energia solar é um exemplo, a energia eólica é outro, mas em cada região, em cada Estado, em cada cidade, em cada casa será possível buscar a sua própria forma de energia. Se cada um gerar a energia que consome, já seria uma maravilha para o mundo. Como isso é impossível no curto prazo, a tendência tem sido a regionalização.

Quem usa bagaço de cana, quem usa biomassa, quem usa hidrelétrica... Quem tem rios perenes usa hidrelétrica. Nós do Nordeste não temos. Então, fomos buscar uma intempérie que era tida como terrível para os sertanejos, o sol causticante, o vento da nossa costa para justamente utilizá-lo para fazer energia.



(Soa a campainha.)

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O outro capítulo é consumo responsável. Esses jovens estão nos dando lições sobre como consumir, o que consumir, como não capitalizar tanto a venda de tudo o que é descartável. Tudo o que é descartável não existe; não é descartável. O hábito de jogar fora não é jogar fora. Você joga fora da sua janela do carro ou da sua casa, e está poluindo a rua. Se você tirar da rua, você joga para fora da cidade. Quantas cidades do interior do Brasil ainda vivem os dramas de lixões completamente clandestinos na entrada ou na saída da cidade? Por quê? Mentalidade de jogar fora. Não existe jogar fora no globo; não existe jogar fora. Você está sempre jogando no quintal de alguém, sempre poluindo alguém, sempre afetando a vida de alguém.

Por isso, a importância do terceiro capítulo, que é tudo o que for relacionado com reúso, reciclagem, transformação. De pouco em pouco nós estaremos falando em lixo zero.

(Soa a campainha.)

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós não podemos ter mais lixo. Lixo não existe; lixo tem que ser eliminado – ou gera energia, ou vai ser matéria-prima, ou vai ser alguma coisa. É isso que esses jovens nos gritaram, nos bradaram nesses dias de protesto.

Muito obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – O próximo orador inscrito é o Senador Telmário Mota. Em seguida, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Izalci, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu ocupo hoje esta tribuna para exatamente fazer uma reflexão do que está acontecendo no meu Estado, no meu querido Estado de Roraima.

Roraima é hoje o Estado que tem a maior riqueza natural *per capita* do mundo. Roraima tem minério em abundância, água em abundância, sol, terra produtiva, geograficamente é um dos Estados mais bem situados. É um Estado que pode se tornar a mais nova fronteira agrícola do nosso País. Roraima passou a Estado junto com Tocantins, com Rondônia e com Amapá, na expectativa, Sr. Presidente, de se tornar o eldorado do Brasil. Lamentavelmente, a corrupção, a falta de compromisso deixaram meu Estado hoje, o Estado mais pobre do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, um país e um Estado não vão para o brejo de uma hora para outra. Não é andando numa estradinha que cai ali num poço d'água e, como dizem na minha terra, atola. Não. Um Estado e um país vão para o brejo paulatinamente, ponto a ponto – uma corrupção aqui, uma demagogia ali, uma impunidade acolá. E aí, Senador Girão, a sociedade dá de ombros, vencida pela inércia, e os canalhas prosperam. Roraima tem sido vítima disso.

Para completar, lamentavelmente, Roraima é a porta de entrada do Brasil para a Venezuela. Em 2015, eu vim a esta tribuna e alertei ao Governo Federal que a crise na Venezuela ia aumentar, ia recrudescer, e Roraima poderia ser a grande vítima de uma imigração em massa daquele país, que tem 30 milhões de habitantes, que poderia avançar pelas fronteiras. O Governo Federal, como sempre, fez descaso da minha fala e começou todo um processo. Crescendo a crise



venezuelana, os venezuelanos começaram a buscar outras alternativas e foram *a priori* buscar os países que falam a mesma língua. Daí, naturalmente, Peru, Colômbia e Chile foram os países escolhidos pelos venezuelanos.

Mas as eleições se aproximaram. E, já em 2018, o MDB, a parte podre do MDB, comprometida em querer eleger um Senador que está envolvido na corrupção de R\$1 bilhão neste País; um ex-Senador, envolvido em vender medidas provisórias, em fazer as coisas mais absurdas neste País, viu ali, naquele processo migratório, uma alternativa de fazer o Estado sangrar para ele vir como salvador da Pátria. A parte podre do MDB, com a Prefeita de Boa Vista, reuniu-se com dez ministros do Sr. Michel Temer. Chegou ao meu Estado e disse que havia alugueis, para os venezuelanos, de R\$700 a R\$1,2 mil, havia transporte para interiorizar e havia alimentação. Isso, pelas redes sociais, imediatamente chegou à Venezuela. Mudou o itinerário dos venezuelanos e inchou Roraima. E nada disso aconteceu. O plano deles era Roraima gritar de dor, sangrar e a Governadora perder a governabilidade, para eles fazerem a intervenção federal e ele entrar como salvador da Pátria. Resultado: a Governadora resistiu, com o pouco oxigênio que ela tinha, e ultrapassou as eleições. Esse ex-Senador, como já vinha muito ruim nas pesquisas, ficou de fora, porque o povo já tinha assim decidido, mas, aí, ele quis se vingar da população – ou por qualquer outro motivo – e fez uma intervenção no nosso Estado.

O Estado de Roraima sofreu uma intervenção federal e para ali eles escolheram... O Governador que tinha sido eleito fez uma medida provisória e passou R\$225 milhões. O Governador que foi eleito assumiu o Governo e, na Secretaria de Finanças, colocou esse general que está aqui: Pazuello. Estão aqui Pazuello, Jucá e Temer. "Diz com quem andas que eu direi quem tu és." Está aqui esse Gen. Pazuello pegando na mão do Temer e batendo continência, Jucá de um lado e Temer do outro. Temer esteve preso duas vezes por corrupção e Jucá... ainda vai chegar a hora dele.

Resultado: o próprio Temer, logo antes das eleições, criou a acolhida venezuelana dentro do Estado de Roraima e nomeou ele, Pazuello, como coordenador dessa acolhida. Ora, a acolhida venezuelana tinha que ter sido feita dentro da Venezuela, como foi feito no Haiti, e, se por quaisquer questões políticas não quisesse fazer, que usasse as áreas institucionais, inclusive militares. Você não pode fazer o acolhimento dentro da área urbana.

Resultado: Roraima hoje tem – olha só o resultado triste e lamentável, olha só os números que começam a nos assustar – 10 mil venezuelanos perambulando. Em Roraima, que foi o Estado mais pacífico que nós tínhamos – dormíamos de janelas e portas abertas – hoje os moradores têm que pagar vigilantes privados para vigiar a rua. Amanhã, são milícias: quem não pagar tem a casa assaltada. Mais do que isso, mais do que pagar milícias, o nosso Estado de Roraima – estão aqui os jornais – vira o líder em assassinatos no País.

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Dê-me mais um pouquinho, Sr. Presidente, porque é muito sério esse assunto.

Mais longe: no programa de interiorização, só 5 mil imigrantes. Na maternidade, aumentou o parto em venezuelanas na ordem de 800%.

Para ser mais prático, o Estado de Roraima hoje vive a seguinte crise: 10 mil venezuelanos perambulando, a acolhida não atende. Só em prédios abandonados, pertinho no palácio, a menos de cem metros, há cerca de 250 pessoas numa favela onde era a Secretaria de Educação, que está



em reforma ou está em ruínas; na de Administração, outra grande quantidade; num parque lá, mais de 700 pessoas. Nesses três órgãos, 1.500 venezuelanos.

Ora, Srs. Senadores, essa acolhida faliu, essa acolhida fracassou.

Então, mais do que isso, nos chegaram fortes denúncias de irregularidades em procedimentos de contratos de aluguéis, de contêineres, de geradores, enfim, de licitações. E nós queremos transparência, porque o que está em jogo não é o general, não; o que está em jogo é o nome da instituição mais séria, patrimônio deste País, que são as Forças Armadas, que é minha, que é sua, que é do povo honesto brasileiro, que nos orgulha, que é da minha família.

Meu bisavô, Cel. Mota, foi quem fundou Roraima, foi o primeiro professor, juiz de paz, primeiro promotor...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... primeiro Prefeito e que deu o seu filho Vítor para morrer lutando pela defesa nacional, lutando contra os invasores. O Exército brasileiro, as forças nacionais, as Forças Armadas são um patrimônio do meu tio Vítor, como eu acabei de dizer, que morreu lutando contra os estrangeiros, para defender a nossa fronteira; do meu avô, Pedro Rodrigues, o último comandante do Forte São Joaquim.

E eu não vou deixar que um péssimo gestor possa macular o nome das Forças Armadas ou do Exército brasileiro. O Exército brasileiro garante a nossa soberania. O Exército brasileiro é o "último dos moicanos", que resiste para garantir o Estado democrático de direito.

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – E o Exército brasileiro não vai poder estar manchado por qualquer prática irregular de qualquer um dos seus membros, como aquele sargento que colocou droga na comitiva do Presidente da República. Não é digno da farda que veste. Como muitos políticos, Senadores, em qualquer canto da sociedade, há pessoas que não honram os seus compromissos com aquela instituição.

Então eu tenho respeito, carinho e admiração, e o povo brasileiro também, pelas Forças Armadas, especialmente pelo Exército brasileiro. Mas precisamos de transparência, precisamos apurar essas denúncias. Eu estou levando essas denúncias para a Polícia Federal, para o Tribunal de Contas e para o Ministério Público.

Já concluo, Sr. Presidente.

Porque no primeiro recurso, de R\$225 milhões, que colocaram quando tiveram, Senador Girão, que é do Ceará, terra do meu avô...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Senador Girão, os R\$225 milhões que foram colocados para fazer a intervenção, eu recebi denúncias iguais a essas. Passei para o Ministério Público, e o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas já constatou desvio de função.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer bem claramente que nós vamos apurar. É meu papel fiscalizar o Executivo. É meu papel proteger a dignidade, a consciência do povo honesto



deste País, especialmente da instituição mais séria que nós temos e que tem a maior aprovação do povo brasileiro, que são as Forças Armadas e o Exército brasileiro.

Não adianta querer o general se proteger e dizer que eu estou contra o Exército, não.

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu estou contra qualquer prática irregular em qualquer instituição, especialmente no nosso Exército, que não merece nenhuma laranja podre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já convidou, imediatamente, o nosso querido Senador Wellington Fagundes, grande representante do Brasil e do Mato Grosso.

Na sequência, Styvenson, Marcos Rogério e Jean Paul.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, quero saudar todos os brasileiros e, de forma muito calorosa, também o meu querido povo do Estado do Mato Grosso, que nos acompanha neste momento pela TV Senado, pela Rádio Senado e também, daqui a pouco, mais tarde, Senador Girão, por A Voz do Brasil.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, Senador Izalci, dizer que venho a esta tribuna para comunicar que, nessa próxima quarta-feira, dia 25 de setembro, acontecerá uma audiência no Ministério da Educação que eu considero da mais relevante importância, principalmente para a minha cidade, Rondonópolis, Mato Grosso, muito embora também iremos tratar de assuntos do Brasil.

Acompanhados de dirigentes educacionais, vamos tratar com o Ministro Abraham Weintraub sobre a possibilidade de que o MEC flexibilize ou até mesmo reveja por completo a Portaria nº 328, de 2018, que estabelece a moratória que impede a criação de cursos de medicina por cinco anos no Brasil.

Esse decreto, Sr. Presidente, foi baixado ainda no governo do Presidente Michel Temer, em abril de 2018. Tal proibição inclui também a possibilidade de ampliação de vagas em instituições que já oferecem a carreira. Ou seja, onde já existe o curso de medicina, as vagas também permanecem congeladas.

A moratória, que se aplica às universidades públicas e privadas, em verdade, atendeu uma demanda das entidades médicas que se queixavam do expressivo aumento de vagas nos cursos de medicina, sobretudo depois da Lei dos Mais Médicos.

Sr. Presidente, atos extremos tendem sempre a redundar em graves prejuízos para a sociedade, mais cedo ou mais tarde.

Nesse debate sobre a suspensão de novos cursos de medicina, é preciso agir com sensibilidade, afinal de contas, considero inadmissível comprometer o desenvolvimento de um país e o atendimento à população naquilo que é um direito humano fundamental, o direito à saúde. E a formação profissional também é essencial nesse processo.

Aqui se encaixa como exemplo substancial a situação em que se encontra a Região do Araguaia, que compreende os Estados de Mato Grosso e Goiás e ainda o Estado do Tocantins, que é composta por 32 cidades e cerca de 480 mil habitantes. Com milhões de hectares, o Araguaia é a única região do Estado que não conta com o curso de medicina – e aí, como eu disse, no Estado e em toda essa região compreendendo os três Estados.



Barra do Garças, situada exatamente na divisa entre Mato Grosso e Goiás, no que é já hoje um dos grandes polos de desenvolvimento no meu Estado, reúne amplas condições educacionais para abrigar um curso de medicina. Quando falamos de Barra do Garças, estamos falando exatamente da divisa entre Goiás e Mato Grosso, onde temos três cidades: Barra do Garças, Pontal do Araguaia e Aragarças.

Aliás, temos dois campos também da Universidade Federal, um em Barra do Garças e o outro em Pontal do Araguaia. Além desses campos, temos lá também dezesseis cursos de graduação e quatro programas de mestrado, atendendo a uma clientela superior a 3.200 estudantes.

A cidade conta ainda com dois centros universitários. O UniCathedral e também o Univar, com instalações modernas, da mais alta qualidade, ambas bem preparadas e também bem administradas, inclusive com nota máxima dentro da avaliação do MEC.

É importante destacar que Barra do Garças tem ao seu lado essas cidades e ainda preenche todos os requisitos para tal, tanto no aspecto populacional como na estrutura médica hospitalar e ainda na média da avaliação, como eu disse.

Por isso, precisamos debater a flexibilização desse ato e espero sinceramente encontrar no Ministro Abraham a necessária sensibilidade em prol da saúde, da vida e do desenvolvimento regional.

Há uma mobilização muito grande da população, das autoridades e de todos os que integram a região para que possamos promover esse grande avanço. E aí eu quero citar os prefeitos das três cidades, em especial o Prefeito Beto e também o vice-Prefeito, meu companheiro de partido, Wellington, assim como toda a Câmara de Vereadores.

Quero dizer que, inclusive quando o Presidente da República, o Presidente Bolsonaro, foi lá, há pouco tempo atrás, houve uma reivindicação por parte do Prefeito no seu discurso, por parte da comunidade, e houve inclusive um compromisso, por parte do Presidente Bolsonaro, de envidar esforços para a implantação desse curso lá na região.

A ausência de cursos de Medicina nessa vastíssima região também ajuda a explicar a carência de profissionais. Muitos dos que lá chegam são formados em outras universidades do País e acabam enfrentando enormes dificuldades de se adaptarem. Quando vêm, muitos acabam retornando em pouco tempo às suas origens.

Não há, com justa razão, um comprometimento com a região, já que desconhecem as suas especificidades e, claro, o médico formado na região, tem, além da vocação, o conhecimento, a propriedade de estar ali atendendo as pessoas exatamente de acordo com os seus costumes. É importante dizer também, Sr. Presidente, que hoje as prefeituras do interior do Brasil têm uma dificuldade muito grande, às vezes pagam salários altos aos médicos e não encontram médicos para irem para o interior do Brasil. Esse é um fator importante a se considerar quando se fala em desenvolvimento econômico e social do Estado.

Outro tema importante que vamos tratar nesta audiência de quarta-feira com o Ministro da Educação diz respeito à estruturação do curso de Medicina em Rondonópolis, a minha cidade natal. Infelizmente, Sr. Presidente, Rondonópolis está hoje sob situação crítica quando se trata de saúde pública. A insegurança tomou conta do cidadão e de seus familiares.

Hoje há atendimento médico-hospitalar. Amanhã, no entanto, ele pode acordar, ir a uma unidade de atendimento e encontrar as portas fechadas.



E aí eu quero falar aqui especificamente de um dos hospitais mais tradicionais, não só do Estado de Mato Grosso, mas do Centro-Oeste brasileiro, que é a Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis. A Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis está com estoque de dívidas acumuladas que supera a casa dos R\$24 milhões ao longo do tempo. Essa importante unidade de atendimento médico-hospitalar filantrópica está a exigir uma solução definitiva para equacionar o seu funcionamento pleno, gerando paz e tranquilidade a quem precisa.

Essa nossa santa-casa é referência em ginecologia. Ela realiza quase 100% dos partos do Sistema Único de Saúde no Município e ainda atende pacientes de outras 19 cidades da região sudeste de Mato Grosso. Tem, atualmente, 246 leitos à disposição, sendo que, desses 246 leitos, 62 leitos são de unidade de terapia intensiva, ou seja, pacientes de Mato Grosso inteiro acabam indo para Rondonópolis porque é o hospital com o maior número de leitos de UTI no interior de Mato Grosso.

A primeira pergunta que se faz é: por que se chegou a essa situação? E aí há muitas variáveis. Pode ir da gestão...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... claro, até acordos não cumpridos.

E aí eu quero deixar bem claro: o Governador anterior foi a Rondonópolis, incentivou a santa-casa a abrir mais UTIs, comprometendo-se, inclusive, a pagar, fazer um pagamento de acordo com a necessidade para a implantação dessas UTIs. E o que aconteceu? O Estado não pagou. Isso, com certeza, foi um dos maiores pontos que levou a esse endividamento da santa-casa. O fato é que precisamos de uma solução adequada e definitiva.

Agora, em Cuiabá, há poucos meses, a Santa Casa de Cuiabá, uma instituição tradicional de mais de 200 anos, fechou as suas portas e só foi reaberta porque o atual Governo assumiu com um novo modelo de gestão, que constituiu em alugar o prédio e todos os equipamentos. Ele fez o adiantamento desses aluguéis e, com isso, a santa-casa pôde pagar os funcionários, que também estavam com o salário atrasado.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas, infelizmente, a dívida passada não pôde ser resolvida. Então, ainda há uma grande herança de dívida por parte da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá a ser atendida

Sr. Presidente, eu quero dizer que vale ressaltar que, no caso de Rondonópolis, a santa-casa, com toda essa tradição, além da ginecologia e obstetrícia, também realiza atendimentos nas áreas de cardiologia, oncologia, ou seja, é a única unidade da região sudeste de Mato Grosso que atende alta complexidade, cuja remuneração, sabemos, é aquém dos custos, dos custos para poder manter abertas essas unidades de tratamento intensivo.

E uma das soluções, que também quero colocar, passa exatamente também pelo MEC, porque nós queremos resolver não só o problema do passado. Temos que resolver o problema do passado, do presente...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... e, principalmente, do futuro.



Sr. Presidente, peço mais dois minutos para que eu possa concluir.

O que nós queremos é exatamente transformar a Santa Casa de Misericórdia em hospital de ensino, promovendo uma gestão compartilhada com o SUS e ampliando o seu aporte financeiro.

Em Rondonópolis, estamos lutando pela implantação definitiva da Universidade Federal, a UFR, já desmembrada da Universidade Federal de Mato Grosso. Para isso, falta apenas a nomeação do reitor *pro tempore*. E esse é um assunto também sobre o qual vamos, mais uma vez, estar conversando, nessa audiência, com o Ministro da Educação.

Aliás, há males que vêm para o bem. Eu sempre tenho dito que do limão podemos fazer a limonada. E talvez, com essa crise, pode ser que encontremos solução conjunta, ou seja, o MEC (Ministério da Educação) e nós da bancada, alocando recursos, para que possamos transformar essa grande unidade hospitalar também em uma unidade de ensino, efetivamente com a participação.

Por isso, quero aqui dizer que agora, hoje mesmo, conversei com o assessor parlamentar lá da Ebserh, cujo Presidente é o Oswaldo Ferreira. E a Ebserh, que é uma empresa vinculada ao MEC, está inclusive, através do Rubens Leão, promovendo e construindo um programa denominado projeto Campos de Prática, para faculdades sem hospital universitário.

No levantamento feito pelo MEC, existem 43 *campi* em todo o País, principalmente em cidades do interior, sem hospitais universitários, e não há espaço orçamentário para se construírem novas unidades. Ou seja, se temos hospitais filantrópicos funcionamento que podem exercer esse papel, para que buscarmos construir novos?

Por isso que, com certeza, vamos partir em busca de medidas definitivas, acabando com os paliativos...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... que teimam em gerar as crises na saúde. Esse estado de insegurança ao cidadão merece toda a atenção, já que quem paga os seus impostos quer realmente o atendimento.

Por isso, nós esperamos inclusive que, nessa audiência, possamos, então, encontrar esse caminho. Portanto, será uma audiência em que vamos tratar do ensino e da qualidade de vida para a população.

E aí, Sr. Presidente, antes de encerrar, eu quero aqui registrar que hoje acontece em Cuiabá uma sessão solene na Assembleia Legislativa, comemorando os 50 anos do Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Como médico veterinário, posso testemunhar o grande esforço que tem sido feito, ao longo desse período, pelas 17 gestões que por lá passaram, na busca incessante pelo fortalecimento da nossa profissão, que consiste, fundamentalmente, no reconhecimento da importância do médico veterinário para a vida das pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Fazemos com amor e carinho a proteção dos animais, mas, também, destaco que o médico veterinário é fundamental para assegurar a produtividade dos rebanhos, diminuindo o risco de transmissão de doenças de caráter zoonótico ao homem e proporcionando alimento de melhor qualidade.



Mato Grosso, Sr. Presidente, tem o maior rebanho bovino do Brasil e, portanto, nós médicos veterinários assumimos uma grande parcela da responsabilidade de produzir produtos de qualidade à população brasileira.

Nesse sentido, quero dizer que apresentei este ano o Projeto de Lei nº 2.950, em fase de tramitação, que trata das normas gerais de proteção aos animais em situação de desastre e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a que trata também da Política Nacional Segurança de Barragens, para tipificar crimes de maus-tratos a animais relacionados à ocorrência de desastres e para incluir os cuidados com animais vitimados por desastres principalmente em barragens, como no caso de Mariana e agora de Brumadinho.

Portanto, quero aqui parabenizar todos os integrantes da nossa classe, em nome do Presidente do Conselho Regional, Roberto Renato Pinheiro da Silva, e também dos médicos veterinários Paulo Augusto Damásio Custódio, e a nossa colega médica veterinária Milene Josyane Vidotti, que compõem a Diretoria Executiva do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso.

É isso, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância. Mas é importante registrar, principalmente, essa audiência que teremos na quarta-feira, para buscar também um caminho para a solução da crise da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós temos ainda inscritos os Senadores Styvenson, Marcos Rogério e Jean Paul, mas eu pergunto ao Senador Weverton se podemos esperar mais um pouquinho. A gente daria aqui dez minutinhos para cada um, para terminar. Na sequência, a gente começa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Sem problema nenhum, Presidente. Eu já fiz o apelo aos colegas, como a nossa homenageada tem 93 anos de idade e já está aqui desde o horário combinado, para que os colegas nos ajudem com a questão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, vou ser rápido aqui – não vou nem utilizar das escrituras que me foram trazidas aqui –, para poder falar sobre um tema que, até o dia 27, Senador Izalci, todos os Senadores aqui presentes, quem me assiste, precisa de respostas de alguns Estados que ainda não têm a escola cívico-militar.

Enviei, Senador Jean Paul, para a Governadora Fátima Bezerra um ofício indicando duas escolas, as duas em vulnerabilidade: uma, que já tem experiência, a Maria Ilka de Moura, em que já fiz um trabalho pessoalmente; e uma outra que está totalmente abandonada em Mossoró, um Caic, que está com pouca utilidade. Seria o caso até, se ela acenar positivamente, de a gente revigorar, reconstruir aquela escola, o que seria muito bom.

Desde o dia 2 de janeiro deste ano, o Governo Federal, com o Decreto 9.465, que aprovou a estrutura organizacional do MEC, criou essa subsecretaria para criar as escolas cívico-militares.

Então, hoje, no nosso País, há cerca de 120, 130 escolas de Norte a Sul, entre Amazonas, Rondônia, Roraima, Pernambuco, a própria Paraíba; mas meu Estado não tem ainda, Senador Wellington, Sr. Presidente. Então, é interesse particular meu, Senador Girão, que o Estado tenha.



Divide muito a opinião pública. É uma escola conhecida pelo rigor, é conhecida por não admitir cabelos longos no sexo masculino, e sim cabelos curtos. Não admite mecha no cabelo, brinco, maquiagens fortes, esmaltes escuros. O fardamento já não é fardamento escolar, é uma farda militar. Demonstra muito a parte rígida da disciplina dessas crianças, desses adolescentes, com o argumento de serem escolas, hoje, em localidades de risco, para a manutenção, para a ordem e para a segurança desses prédios, dessas crianças e dos professores.

O modelo que pelo menos eu acho interessante é a combinação entre o militar e o civil. Os professores poderiam ficar com a parte pedagógica e os militares, com a parte disciplinar e com algumas disciplinas como ética, ordem unida, parte cívica. É interessante, porque os resultados já se mostram interessantes.

O Estado do Goiás, Senador Jean Paul Prates, no ano de 2013, começou com oito escolas e, em menos de cinco anos, passou para 70.

Há quem questione, quem duvide da questão do Ideb, se é real ou se não é real. Uma coisa é certa: está dando resultados positivos, porque, se não o desse, Senador Girão, não haveria uma fila de espera imensa por essas escolas. Os pais hoje lutam para poder colocar os filhos nessa escola. E o quesito segurança é o primeiro item buscado na sociedade, ainda mais na comunidade escolar. Segurança não só para os alunos, mas para os professores.

Eu também tenho que concordar aqui que não é o ideal de educação ter um policial, ter alguém armado dentro da escola, mas, no contexto em que nós vivemos hoje, de violência escolar, de indisciplina, de evasão, de total abandono das escolas públicas deste País, nós não temos ainda uma solução eficaz e eficiente para esse problema. Cabe a quem? Os resultados já mostram, os números já estão mostrando, Senador Izalci, que essa escola cívico-militar tem resultado positivo.

Aqui em Brasília já existe um caso: com menos de um ano está tendo bons resultados. Pelo menos não há violência na escola, não há assassinato, não há uso de drogas, não há *bullying*, não há estupros nas escolas. A presença do policial garante não só a ordem, mas também a disciplina, pela sua formação.

Como já disse, há quem não ache ideal esse método. Até mesmo Michel Foucault disse que seria uma parte, adestramento do aluno, das crianças, colocando, como exemplo, hospitais, quartéis e, agora, educação disciplinada. Mas, para um contexto destruído de educação como o que nós temos hoje, Senador Izalci, a solução está sendo mostrada, de forma que os pais estão procurando colocar seus filhos nessas escolas. Eu digo isso com particularidade da Escola Maria Ilka, porque não há mais vaga. E ela não é militarizada, não é nem cívico e nem militarizada pela Polícia; ela é só um modelo ainda, não foi instituída.

Por isso, Senador Jean Paul Prates – Jean é do Governo, é do PT –, se V. Exa. puder dar atenção a esse pedido que fiz à Governadora para que ela transforme a escola Maria Ilka em uma escola militar, ou cívico-militar, e o Caic de Mossoró em uma escola cívico-militar, a sociedade norte-rio-grandense agradece. Por quê? Porque, em uma pequena caminhada pelo meu bairro, pela rua ou por onde eu ande, Senador Reguffe, as pessoas querem isso para os filhos. Querem ordem, querem disciplina, elas querem que essas crianças sejam protegidas.

Então, entre a opinião pública e a opinião de alguns especialistas, a gente precisa achar esse equilíbrio. Se o equilíbrio que querem é que os civis fiquem com a parte pedagógica, fiquem ainda tomando conta da escola, dos recursos, que assim seja; e que os militares olhem a parte que lhes cabe; e que o policial, da reserva ou da ativa, olhe a parte que a ele seja responsabilizada. Será que é tão ruim assim hastear uma bandeira? Será que é tão ruim assim cantar o hino nacional,



Senador Rogério? Será que é tão ruim assim entrar em forma, ficar em fila, respeitar o professor? Será que é esse modelo de escola que as pessoas não querem?

Então, eu contesto e contestei, durante algum tempo, até onde vai o limite dentro das escolas ou a liberdade. Até onde vai esse limite de liberdade dentro das escolas? É o limite para agredir o professor, para jogar uma cadeira nele? Para haver briga dentro de sala e o professor ficar assistindo, sem fazer nada, inócuo? Será que é para entrar na escola a hora que quer? É para fumar maconha? É para cometer crimes, delitos, assassinatos, lesão corporal? A escola que as pessoas querem é essa? Não.

Eu estou aqui ocupando hoje essa tribuna porque, Senador Rogério, até o dia 27...

O seu Estado já tem escolas. Eu preciso citar alguns exemplos, como o que houve no Amazonas, a Waldock Frick de Lira, acho que é esse o nome, num bairro bem insalubre, perigoso, de vulnerabilidade. A escola tinha péssimos conceitos, era uma péssima escola. Depois da militarização, a escola passou a ter um bom conceito. Isso aconteceu, e eu vi com meus olhos, na Escola Maria Ilka, dentro da Favela do Japão, comunidade de risco, de vulnerabilidade, de alto nível de criminalidade, tráfico de drogas, prostituição, uma escola onde se combateu a evasão com a ocupação militar – trouxe de volta as crianças, os jovens, os adolescentes. Agora, eu não consigo entender o porquê dessa resistência à disciplina, à ordem, à manutenção justamente de bons cidadãos.

Então, dentro do tempo, era isso que eu precisava falar. Senador Jean Paul, se puder me ajudar. Até o dia 27 a gente tem que indicar essas escolas.

O Sr. Marcos Rogério (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Styvenson, V. Exa. me permite um aparte?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Claro.

O Sr. Marcos Rogério (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para apartear.) – Eu queria apenas cumprimentar V. Exa. pela abordagem desse tema, que é um tema extremamente atual e fundamental.

No Estado de Rondônia, nós tivemos vários movimentos contrários à militarização, às escolas militares. Na minha cidade, por exemplo, cidade de Ji-Paraná, havia uma escola que era referência de problema – drogas, violência, prostituição. E, quando houve a mudança, a militarização dessa escola... Hoje, ela é uma referência. E aí diziam que isso era uma violência contra os educadores, contra os gestores, contra os pais. Hoje, nessa escola, há fila de pais querendo colocar os seus filhos lá.

(Soa a campainha.)

O Sr. Marcos Rogério (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, justamente por isto, porque ela passa esses valores. O que você não encontra... A questão mais simples é assim: o que você não vai encontrar numa escola militar? Depois, você faz a opção. Então, qual das duas escolas é mais sadia, é o ambiente mais adequado para o ensino e a aprendizagem?

A Constituição Federal assegura duas liberdades na área do ensino: liberdade de ensinar, liberdade de aprender. São garantias constitucionais, estão dentro do escopo da liberdade de cátedra. Agora, liberdade com regramento. Liberdade não se confunde com libertinagem. Escola não é lugar para drogas, escola não é lugar para prostituição, escola não é lugar para violência. Escola é lugar de busca do saber, tem que ser um ambiente adequado para isso.

Então, eu não acho que tem que militarizar todas as escolas do Brasil, mas, entre uma escola militarizada com esse grau de disciplina e de aproveitamento e uma que não é...



(Soa a campainha.)

O Sr. Marcos Rogério (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É óbvio que o Brasil está ganhando com esse movimento.

Cumprimento V. Exa. por trazer o tema ao Senado Federal, por abordar essa matéria, porque é uma matéria extremamente sensível à sociedade brasileira.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Eu que agradeço.

Eu só acho injusto, Senador Izalci, porque Brasília já tem, Rondônia já tem...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Goiás, Manaus...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Eu creio que o Ceará já tem, Maranhão já tem... E meu Estado não tem nenhuma. Então, todas deviam vir para mim.

O Sr. Marcos Rogério (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Rio Grande do Norte não tem?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – O senhor já tem, Maranhão já tem. Então, duas para a gente está pouco, Jean. Temos que ter mais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Tem bom resultado, Weverton? Eles têm bom resultado?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador, eu acho que é um tema que a gente poderia debater, é muito propício para apartes. Mas, como o Senador Weverton fez uma consideração informando que a senhora que está sendo homenageada tem 93 anos e já está aqui desde as 16h...

Então, V. Exa. tem a palavra, Senador Marcos Rogério.

Antes, a Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão do Congresso Nacional para amanhã, dia 24 de setembro de 2019, às 15h, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Vetos nºs 18 a 25 e 27 a 33, de 2019, e dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 5, de 2019, PLDO, e 18, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 19, de 2019.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discursar.) – Senador Izalci Lucas, representante do Distrito Federal neste Senado Federal e Presidente da sessão neste momento, minhas saudações! Senador Jean Paul, Sras. e Srs. Senadores, os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, minhas saudações!

A Amazônia, Sr. Presidente, região habitada por mais de 25 milhões de brasileiros, que ocupa 60% de todo o Território nacional, é uma área riquíssima em recursos naturais. Neste imenso território, encontram-se a maior bacia hidrográfica do Planeta, uma das mais importantes reservas minerais e a maior biodiversidade mundial. Apesar de toda essa riqueza natural disponível, a Amazônia brasileira ainda não se destaca como prioridade de um Plano Nacional de Desenvolvimento, moldado por uma visão estratégica de futuro. A única oportunidade em que a Amazônia é lembrada é quando a mídia nacional e internacional destaca os índices de desmatamento, ou seja, nessas ocasiões, a Amazônia ocupa espaço e preocupação da sociedade. Contudo, não é visto o mesmo interesse para debater a importância da educação, da ciência e da



tecnologia nos estudos da Amazônia. Reconhecer a importância estratégica da região para o País é tão óbvio quanto a necessidade de um planejamento que fomente e incentive a educação e ciência e tecnologia. Deve-se observar que, nos últimos anos, muito tem sido feito de pesquisa para a Amazônia, porém pouco se fez e se faz de pesquisa na Amazônia e pela população que vive na Amazônia.

As estruturas de ensino e pesquisa são insuficientes, e as existentes não possuem condições de ofertar aos nossos jovens a mesma qualidade de educação superior ofertada em outras regiões do País. Lamentavelmente, essa é a realidade na Amazônia. Como consequência, há uma baixa condição local de internalização dos processos produtivos e de inovação, pois os investimentos estão desconectados e distantes das pessoas. Deve-se destacar que as próprias instituições de ensino superior e desenvolvimento científico da região têm constantemente indicado a necessidade da ampliação, da estruturação e da alteração de modelos de gestão para que as mudanças necessárias ocorram. Para reverter esse ciclo vicioso, é preciso estabelecer novas instituições públicas de ensino que estejam conectadas com os reais problemas da sociedade que vive na Amazônia, instituições que tenham modelos de gestão inovadores e alinhados com as perspectivas e necessidades atuais e de futuras gerações do povo brasileiro.

É urgente a necessidade de uma instituição de ensino superior que consiga ser promotora de processos de desenvolvimento sustentável com um planejamento de médio e longo prazo e capacidade de manter uma aproximação do setor produtivo e dos anseios da sociedade, especialmente a sociedade da nossa Região Amazônica, caro Senador Weverton. É fundamental que os governos estaduais, com o apoio do Governo Federal, intensifiquem os investimentos em pesquisa, ciência, tecnologia, para o desenvolvimento sustentável dos Estados da Região Amazônica. Com esse objetivo, estamos atuando junto ao Ministério da Educação para que seja possível criar a Universidade Federal Rural da Amazônia Ocidental, o que, certamente, será o embrião de toda uma mudança de compreensão da Região Amazônica. Confio que essa universidade irá proporcionar o incentivo adequado para fomentar educação, ciência e tecnologia com o olhar dedicado à Amazônia e permitindo que a pesquisa seja feita efetivamente por quem mora na Região Amazônica.

Eu, na semana passada, tive oportunidade de levar ao Ministro da Educação o Reitor da Universidade Federal de Rondônia, vários professores e técnicos, para discutir exatamente esse tema, para apresentar essa ideia, e, para minha alegria, para minha satisfação – e eu comento isso com o Senado Federal e com o Brasil, especialmente com a minha Região Amazônica –, o Ministro foi extremamente receptivo com a ideia; gostou da ideia e já deu a sinalização clara de que nós vamos avançar nessa direção.

Eu não tenho nada contra pesquisadores de São Paulo, eu não tenho nada contra pesquisadores de outras Regiões do Brasil, mas quem mais conhece a Amazônia é quem vive na Amazônia; quem mais defende a Amazônia é quem vive na Amazônia. Esse discurso de quem está de fora querer impor para a Amazônia um modelo seu, desenhado, projetado, como se fosse o modelo ideal, com todo o respeito: chegou a hora de nós defendermos a Amazônia, não com o viés da motosserra. Esse discurso de que quem defende desenvolvimento quer a destruição da floresta, isso não é verdade; há uma compreensão coletiva hoje, mesmo de quem está lá, da necessidade de um desenvolvimento baseado no equilíbrio, na sustentabilidade.

Então, eu queria, Sr. Presidente, compartilhar...

O Sr. Luis Carlos Heinze (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador...



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com os nossos...

O Sr. Luis Carlos Heinze (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... colegas Senadores...

Pois não, Senador.

O Sr. Luis Carlos Heinze (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para apartear.) – Eu só quero chamar a atenção, colega, já que o senhor está falando sobre a questão da Amazônia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O Sr. Luis Carlos Heinze (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O jornal *Valor Econômico* hoje está falando que grandes empresários do Brasil e do mundo... "Setor privado apoia ações contra a crise ambiental." Agora, é o seguinte: a Amazônia é nossa. V. Exa. é de um Estado da Amazônia, nós somos brasileiros; nós não podemos aceitar que os estrangeiros venham aqui dizer o que que nós temos que fazer com a Amazônia. Quanto custa, quanto vale nós deixarmos aquela floresta intacta? Têm preço, têm valor as riquezas minerais, água doce, as florestas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

O Sr. Luis Carlos Heinze (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... a biodiversidade, milhões e milhões de genes que nós temos lá, e grandes laboratórios se apropriando daquelas riquezas sem nos pagar absolutamente nada. Agora, nós temos que deixar intacta para o pessoal lá de fora, da Suíça, laboratórios alemães, não sei quantos, virem explorar a Amazônia? É importante que os capitalistas – não do Brasil, mas do mundo inteiro – que tenham interesse na Amazônia tirem a mão do bolso e botem um dinheiro, Senador Izalci. Não é US\$1 bilhão, US\$2 bilhões, isso é troco perto do que vale aquele patrimônio para nós deixarmos intacto, depois que toda a Europa usou as suas terras como bem entendeu, acabou com as suas florestas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora querem cuidar da nossa.

O Sr. Luis Carlos Heinze (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Europa hoje tem 0,3% das florestas que tinha há 8 mil anos. O Brasil preserva 66% da vegetação nativa do mundo.

Na região de V. Exa. há apenas 2% com agricultura. Os Estados Unidos exploram 74%, e a Alemanha, a França e a Itália, esses países exploram quase 100% dos seus territórios com agricultura, com pecuária ou com florestas plantadas.

E os trouxas têm que preservar à custa de quem? Quem nos paga isso para manter os 20 milhões de brasileiros que estão na sua região?

Estamos juntos nessa empreitada aqui dentro do Brasil. O mundo tem que nos olhar e tem que pagar aquilo que efetivamente vale. Não é devastar, não é colocar motosserra, não! Temos que preservar, mas tem preço.

Então, os capitalistas do mundo que olhem para nós, botem a mão no bolso e paguem, não para fazer propaganda em imprensa e jornal para criticar o Brasil e nós brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Heinze...



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Marcos Rogério, antes de V. Exa. continuar, só quero registrar a presença das nossas crianças aqui do ensino fundamental da Escola Classe 407, aqui da Asa Norte.

Sejam bem-vindos à nossa Casa!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Izalci.

Agradeço ao Senador Heinze pelo aparte que faz e o incorporo ao meu pronunciamento nessa defesa da Amazônia.

Veja, esse Fundo Amazônia, as pessoas querem saber para onde está indo o Fundo Amazônia. Nós já sabemos de uma coisa: para onde ele não está indo. Ele não está indo para quem preserva e não está indo para quem conserva, isso nós já sabemos, porque um produtor rural que tem um lote de 42 alqueires ou mais e que preserva 80% da sua propriedade, esse não recebe um centavo do Fundo Amazônia – nem regularização fundiária nós temos nos Estados da Amazônia.

O Sr. Luis Carlos Heinze (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos colocar um pouquinho desse dinheiro para fazer regularização fundiária, porque há mais de 300 mil propriedades sem títulos e os produtores estão todos na terra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O maior programa de conservação, de preservação é a regularização fundiária; é dar título, é dar o registro da terra, é colocar nome, CPF, endereço, coordenadas, é ter o CAR. É isso!

Toda essa movimentação, achando que a Amazônia é... A Amazônia, sim, é um patrimônio nacional, no qual existe interesse internacional por ser uma área de preservação, mas lá existem milhões e milhões de brasileiros produzindo alimentos.

E tem uma coisa, concluo aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... segundo a ONU, nobre Presidente Izalci, nós vamos crescer, nos próximos 50 anos: vamos saltar dos 7 bilhões para mais de 9 bilhões de habitantes no Planeta. Então, nós vamos ter que aumentar a nossa produção de alimentos em 70%.

Vá lá ver se a Europa consegue aumentar a produção deles em sua região, na terra que tem. Vá ver na América do Norte se conseguem produzir mais. Sabe quem vai produzir alimento para abastecer o Planeta, como já está fazendo? É o Brasil.

Dentro do Brasil, a Região Amazônica é uma área riquíssima que pode produzir muito mais com mais qualidade – e com um detalhe: produzir mais sem avançar no desmatamento, melhorando justamente a utilização da terra. E aí, nesse ponto, o papel dessa nova universidade, Universidade Federal Rural da Amazônia Ocidental, é fundamental porque ela vai justamente desenvolver os mecanismos de utilização racional com técnicas, com ciência...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para poder dar essa condição à nossa região.

Então, eu queria compartilhar essa boa notícia com o Plenário do Senado Federal: que apresentamos o projeto ao MEC. O Ministro recebeu com muitos bons olhos a proposta e nos



próximos dias poderemos anunciar essa nova instituição de ensino superior para a nossa Amazônia Ocidental.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Agradeço também ao Senador Weverton, pela tolerância aqui na sessão de hoje, aproveitando para fazer um registro de agradecimento ao Senador Weverton, que nos recebeu lá no Maranhão, Estado extraordinário.

Aliás, é uma outra situação que acho que o Senador Weverton pode pautar aqui no Plenário do Senado Federal para a gente discutir. Assim como a Amazônia é uma região riquíssima, com toda essa biodiversidade e com pessoas e comunidades pobres, o Maranhão vive essa mesma situação com relação à exploração do turismo regional. Quase tudo é proibido. Uma área riquíssima, belíssima, mas que precisa avançar nesse processo, garantindo o acesso às pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Saudação a V. Exa. e nossa gratidão também pelo acolhimento hospitalar de V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Abraço.

Parabenizo V. Exa.

Ainda tem aqui o Senador Jean Paul, pedindo mais paciência do Senador Weverton. Mas, antes, um minuto aí para o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma questão de ordem aqui, Presidente, só para comunicar, neste momento, que nós temos mais um motivo para irmos juntos às ruas no dia 25 de setembro, aqui na Praça dos Três Poderes. O Supremo Tribunal Federal – aqui o *site* O Antagonista confirmado – marcou para quarta-feira, dia 25, mais uma condenação da Lava Jato, para discutir aquele caso que colocou o Bendine, do Banco do Brasil, livre.

Então, vai ser o plenário do Supremo. É mais um motivo para estarmos a postos, inclusive o Movimento MBL, também o Movimento Nas Ruas, o Vem Pra Rua, está todo mundo vindo para o Brasil, a partir das 14h. O auge vai ser às 17h, 18h, no Supremo Tribunal Federal.

Eu espero que o Dias Toffoli, que é o Presidente, também coloque na pauta aquela decisão monocrática dele que bloqueou as 133 autoridades influentes do Brasil que não podiam compartilhar, em que o Coaf foi proibido de compartilhar os dados, e que parou a Receita Federal, parou a investigação. Eu espero que ele a coloque em breve. Então, mais um motivo para estarmos na rua, buscando a verdade, a justiça do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discursar.) – Obrigado, Presidente Izalci.

Obrigado, Senador Weverton, pela paciência.

Vou, rapidamente, fazer o registro sobre um acordo que foi firmado na terça-feira passada lá no meu Estado, Senador Izalci, pela Governadora Fátima Bezerra, com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte.



Assinaram um convênio para a criação da Rede RN de Educação Profissional, Ciência, Tecnologia e Inovação, uma parceria importantíssima, firmada entre o Governo do Estado e o IFRN, que marca o início de mais um projeto de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a educação no nosso Estado.

Aproveito para fazer um improviso aqui no meu discurso em relação à colocação do Senador Styvenson: todo o apoio, evidentemente, à instalação de novas escolas, à reforma de escolas e de todo tipo – não só cívico-militares, como religiosas –, e, principalmente, aqui, fazendo um contraponto em relação à qualidade educacional dos nossos institutos federais, que tanta importância têm, tanta capilaridade trazem ao ensino e à fixação dos nossos jovens no interior.

No caso, eu fiz questão de trazer essa boa notícia do acordo no dia 23 de setembro, que é hoje, porque é justamente a data, Presidente e Senadores, do aniversário de 110 anos do nosso IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte), instituição de ensino referência em todo o Brasil.

Toda essa história começou com Nilo Peçanha, Presidente da República em 1909, com um decreto criando dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, que era como se chamavam, entre as quais a de Natal. Então, dezenove escolas nacionais, uma em Natal. Inicialmente, eram oferecidos curso primário, desenho, oficinas de trabalhos manuais. Hoje a educação profissional dos níveis básico, técnico, tecnológico, além do ensino médio. Todas essas reformas foram realizadas finalmente em 2008, quando as escolas técnicas, o Cefet também, foram transformados em IFs. O IFRN também.

Sua atuação no ensino de terceiro grau começou com a oferta de cursos de graduação tecnológica, sendo ampliada em seguida com a inclusão dos cursos de licenciatura. Mais recentemente, passou a atuar também na educação profissional vinculada ao ensino médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no ensino a distância.

Protagonista de transformações sociais, políticas e econômicas no nosso Estado, ganhou musculatura com o decorrer dos anos, até se transformar na respeitável instituição da atualidade. O instituto hoje abrange *campi* em Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Lages, Macau, Mossoró, Natal Central (*campus Natal*), Cidade Alta em Natal, Zona Leste de Natal, Zona Norte, Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi.

E nós temos aqui de nossa autoria, em decorrência de projeto anterior da Senadora Fátima Bezerra, o PLS 230, de 2015, que também solicita e autoriza *campi* do IFRN em São José do Mipibu, Jucurutu, Touros, Mossoró 2, Umarizal, São Miguel, Alexandria e Tangará.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, alguns destaques da atuação do IFRN. Três *campi* do IFRN se classificaram entre as dez melhores escolas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018, no Rio Grande do Norte. Na Olimpíada Nacional de História, eu destaquei isto aqui em discurso especial, o IFRN foi o maior premiado do País, com 19 equipes campeãs. Em levantamento realizado recentemente pelo Tribunal de Contas da União, o IFRN ficou em quinto lugar entre as instituições de ensino brasileiras com melhor governança, ou seja, que melhor utilizaram os seus recursos financeiros e de pessoal. Terminou 2018 com um número de mais de 40 mil estudantes matriculados, ou seja, sem a instalação de *campi* novos, e houve ampliação de 5% do número de vagas ofertadas. Entre os cursos superiores, cinco foram avaliados com a nota cinco, valor máximo atribuído pelo MEC. O instituto também obteve, no Índice Geral



de Cursos (IGC), quatro, atestando a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos.

Por mais que se fale no IFRN, é pouco diante da sua importância histórica no Rio Grande do Norte.

E quero destacar também o papel decisivo dos IFs em todo o Brasil. Durante todos os governos da República, todos, cem anos, de Nilo Peçanha até hoje, cem anos, cem IFs no Brasil todo. Em 13 anos dos nossos governos do Partido dos Trabalhadores, fomos para mais de 600 institutos federais em todo o Brasil, caracterizados por interiorização, inclusão baseada na vocação da região produtiva, do comércio, da indústria local, fixando a juventude na sua cidade.

Portanto, ao Reitor Wyllis Farkatt Tabosa do IFRN e a todo o corpo diretivo da instituição, seus professores, seus funcionários, alunos, ex-alunos, meus sinceros parabéns e os agradecimentos por tudo que já contribuíram e vêm contribuindo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

Obrigado mais uma vez, Presidente.

Obrigado, meu amigo Senador Weverton e todos os convidados, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, não havendo mais oradores inscritos, declaro, então, encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 48 minutos.)



Ata da 175^a Sessão, Especial,
em 23 de setembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Weverton.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 58 minutos e encerra-se às 17 horas e 44 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear a Profa. Terezinha de Jesus Almeida da Silva Rêgo.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a homenagear a Profa. Terezinha de Jesus Almeida da Silva Rêgo, farmacêutica, fitoterapeuta, pelos memoráveis e relevantes serviços prestados à ciência e à população carente maranhense, nos termos do Requerimento 273, de 2019, do Senador Weverton e outros Senadores.

Nós vamos fazer agora a composição da Mesa. Já temos aqui a homenageada ao meu lado direito, a Profa. Terezinha de Jesus Almeida.

Eu quero convidar o Deputado Federal Gil Cutrim, representando todos os Deputados Federais do Maranhão e da Câmara Federal; convidar o representante de todos os Prefeitos maranhenses e os Prefeitos do nosso País, Sr. Luciano Leitoa, ex-Deputado Federal e Presidente Estadual do PSB do Estado do Maranhão.

Eu quero também convidar para compor a nossa Mesa o representante do Secretário de Estado da Saúde do Governo do Estado do Maranhão, Sr. Sandro Monteiro, aqui representando o Secretário de Estado, Sr. Carlos Lula; representando o Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Sr. Forland Oliveira Silva; e, representando o Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Maranhão, a Coordenadora do Programa Farmácia Viva, do Maranhão, Sra. Kallyne Bezerra.

Eu convido a todos para que, em posição de respeito, nós possamos acompanhar o Hino Nacional brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Quero, neste momento, também fazer questão de registrar os demais convidados que estão presentes: a Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e sobrinha da homenageada, a Dra. Elaile Silva Carvalho; o representante do nosso Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, o Secretário-Chefe da Representação Institucional no Distrito Federal, Sr. Ricardo Cappelli. Sejam bem-vindos.

Quero registrar também a presença do ex-Deputado Federal no período de 1999 a 2003, sobrinho da homenageada, Dr. José Antonio Almeida; dos familiares da homenageada: o Sr. Artur Rêgo, marido da nossa homenageada, Profa. Terezinha Rêgo, e a Sra. Tânia Rêgo, filha da homenageada. Todos os familiares sintam-se cumprimentados pela Mesa do Senado Federal.

E, ainda, quero registrar a presença das representantes do Herbário Ático Seabra, da Universidade Federal do Maranhão: a Sra. Diana Rio Branco de Brito e a Sra. Luceline Dias Almeida. Sintam-se todas cumprimentadas pela Mesa do Senado Federal.

Senhoras e senhores, reconhecer o valor do trabalho da Profa. Terezinha Rêgo é praticamente um dever de consciência de todo maranhense. Várias gerações, a minha incluída, cresceram conhecendo e admirando o trabalho dessa mulher que dedicou a vida à pesquisa e ao desenvolvimento de técnicas de cultivo de plantas medicinais.

Seu trabalho cruzou fronteiras e alcançou o respeito nacional e internacional por descobertas como o uso da essência da cabacinha para a cura da sinusite, do xarope de urucum e da tintura de



assa-peixe para doenças respiratórias, mas é no Maranhão, onde ainda é grande a luta para reduzir as diferenças sociais, que se faz sentir toda a força da defesa de um projeto de cura pelas plantas.

As hortas medicinais comunitárias, que sempre foram um projeto de vida da Profa. Terezinha Rêgo, salvam vidas e garantem a cura para pessoas que teriam dificuldade em ter acesso a caros medicamentos alopáticos. Em tempos de desarticulação das políticas públicas nacionais voltadas para o combate à pobreza e de desmonte das farmácias populares, as hortas medicinais e o Programa Farmácia Viva, mantidos pelo governo estadual, proporcionam a igualdade de oportunidade na saúde de milhares de famílias, de milhares de maranhenses. Uma realidade que é inspiradora por mostrar que é possível cuidar da saúde a baixo custo e que nos motiva a lutar por um olhar mais atento à fitoterapia.

O Brasil possui mais de 55 mil espécies de plantas catalogadas. É uma das maiores variedades genéticas vegetais do mundo, e só temos conhecimento do poder curativo de parte delas. Nesse cenário, o estímulo à pesquisa é primordial. Muitas das nossas plantas estão sendo levadas e patenteadas no exterior para serem transformadas em medicamentos que serão vendidos em farmácia a preços proibitivos para a maioria dos brasileiros.

Só um forte investimento em pesquisa pode evitar que isso aconteça. A Profa. Terezinha Rêgo é a prova viva de que a pesquisa pode trazer ganhos para a nossa sociedade e ela atuou contra todas as probabilidades, uma vez sem recursos, sem incentivos e sem condições necessárias. Imaginem o que poderia fazer se tivesse mais estímulo e se tivesse mais recursos. Homenageá-la é reconhecer o muito que faz pelo Maranhão, pelo Brasil, pela saúde, mas é também uma forma de nos comprometermos a lutar ainda mais para que seu legado tenha continuidade, com novas gerações de estudiosos.

Profa. Terezinha Rêgo, nós temos uma grande admiração pela senhora, pelo seu trabalho, e quero demonstrar o meu respeito, colocando o meu mandato a serviço da pesquisa e da ciência. Conte comigo para trabalhar incansavelmente para que a educação e a ciência sejam valorizadas, para estancar esse corte de recursos em áreas tão essenciais para o desenvolvimento do nosso País.

Fico honrado em ver que o meu Estado já está trilhando esse caminho para incluir o projeto Farmácia Viva no programa de políticas públicas no Maranhão, iniciativa do Governador Flávio Dino, que, de 2017 para cá, já implantou 32 hortas medicinais e já conta 160 termos de adesão assinados em cem Municípios.

Esse projeto, que é da Profa. Terezinha Rêgo, tem se mostrado um sucesso, e somos gratos por isso. Gratidão e compromisso são as duas palavras que eu quero deixar marcadas neste dia: gratidão por todo o trabalho que a Profa. Terezinha Rêgo tem feito pelo nosso Maranhão, principalmente pelos mais pobres, e compromisso de levar adiante essa ideia, estimulando as próximas gerações a fazerem ciência e garantindo as condições materiais e sociais para que tudo isso aconteça.

Eu quero, professora, tomado aqui também de muita emoção, ter essa satisfação de dizer que, no Senado Federal, como maranhense e representante do nosso Estado, eu estou tendo a honra de articular junto aos meus colegas que assinaram o requerimento, e quero agradecer a todos eles, comandados pelo Presidente Davi Alcolumbre, que nos garantiu a data de hoje para lhe fazer essa homenagem.

No dia da votação do requerimento, eu fiz aqui a lembrança não só desse trabalho que a senhora tem, que todos já conhecem – a mãe dos pobres, a mãe dos carentes, dos excluídos, dos



que são invisíveis perante o mundo e, durante muito tempo, perante os holofotes da grande mídia –, mas também da pessoa que sempre esteve – quantas vezes, quantos anos se passaram –, até de forma voluntária, trabalhando para hoje tornar realidade esse projeto, que já está sendo executado.

Então, ao tempo, eu quero também cumprimentar e parabenizar o Governador Flávio Dino, que não mediou esforços em implantar o Programa Farmácia Viva, fazendo esse trabalho de incentivo de plantações de hortas medicinais para tentar não só baratear o custo, mas também fazer com que chegasse esse sinal da presença do Estado, da presença dos pesquisadores, dos estudiosos, dessa presença de um projeto que a senhora e todos aqui ajudaram e ajudam a construir.

Eu sou uma testemunha viva, fiz vários tratamentos de sinusite, já passei pela mão da Prof. Terezinha Rêgo. O meu filho Miguel de dois anos já tomou muito antibiótico e melhorou foi com o tratamento da Prof. Terezinha Rêgo.

Então, eu não tenho dúvida. Nós estamos bastante felizes.

Aqui quero registrar a chegada do Prefeito de Balsas, Dr. Erik, médico também – que acaba de chegar e fez questão de vir lhe homenagear –, e dessa grande Liderança, nossa também, que já foi jovem, não é mais agora, na idade, o Sr. Toinho, lá de Timon. Também seja bem-vindo, Toinho, Neto e todos que estão aqui presentes.

Eu vou, então, encerrar as minhas palavras dizendo muito obrigado.

Agora seria a homenageada que iria usar a palavra, mas ela delegou à Sra. Tânia Rêgo, que é filha da homenageada, para que fizesse o uso da palavra aqui, porque ela, tomada de emoção, disse que não iria dar conta. Então, nós iremos preservá-la. Não seremos nós responsáveis aqui por um incidente. A senhora está liberada.

Eu convido a utilizar a tribuna a Sra. Tânia Rêgo, que é filha da nossa homenageada.

A SRA. TÂNIA RÊGO (Para discursar.) –

Boa tarde a todas e todos.

É com imensa alegria que estou aqui presente nesta sessão especial em minha homenagem e aos meus 55 anos dedicados à carreira docente, à pesquisa científica e à fitoterapia.

Acho importante destacar que a minha formação foi feita em um contexto histórico no qual não havia as facilidades tecnológicas atuais e os papéis da mulher eram ainda mais limitados e invisíveis do que hoje, mesmo depois de muita luta e transformações ocorridas.

Sempre busquei valorizar a flora do meu Estado e divulgar a sua potencialidade para o Brasil e para o mundo.

Cumpri o meu caminho na Universidade Federal do Maranhão igualmente a muitos outros colegas, participando do ensino, pesquisa, extensão e buscando contribuir para a formação de novos profissionais e para o desenvolvimento de uma cidadania plena, com mais justiça social, favorecendo o acesso principalmente das comunidades mais carentes aos tratamentos fitoterápicos.

Ao longo de toda essa trajetória, tenho certeza da necessidade do total apoio às universidades públicas para que elas continuem construindo um Brasil e um mundo mais humanizado, fundamentado nos conhecimentos.

Gostaria de dedicar esta homenagem a todos os alunos e alunas com que convivi e troquei saberes. São eles que fizeram e fazem valer a pena tudo o que vivi.



Em nome do Senador Weverton, agradeço a todos e todas que compõem esta Casa por esse reconhecimento.

Agradeço a presença de todos vocês e guardarei para sempre esse momento com muito carinho e alegria.

Prof. Terezinha Rêgo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Eu pergunto aqui ao nosso sempre Deputado Federal José Antonio Almeida se ele gostaria de fazer o uso da palavra. Já não tenho dúvida de que está sempre preparado, não é? Ele estava aqui para ser oferecido depois, mas, como é sobrinho, afilhado, e antiguidade é posto, os mais novos aqui vão aguardar, os Parlamentares.

Então, eu concedo a palavra, por até cinco minutos, ao Sr. José Antonio Almeida, para que ele faça também as justas homenagens à Profa. Terezinha Rêgo.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA (Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Weverton Rocha; Profa. Terezinha de Jesus Almeida Silva Rêgo, como já declinado, minha tia e minha madrinha – e é madrinha também do Deputado Marcelo Tavares; os irmãos tiveram sempre muito gosto de tê-la como madrinha dos filhos mais velhos, então ela tem vários afilhados –; Sr. Deputado Gil Cutrim; Sr. Prefeito Luciano Leitoa, Presidente do meu partido, que também já foi o partido da Profa. Terezinha; Prefeito Erik Costa, também aqui presente; representante do Secretário de Saúde do Maranhão, Sr. Sandro Monteiro; representante do Conselho Federal de Farmácia, Sr. Forland Oliveira Silva; a representante do Conselho Regional de Farmácia, Dra. Kallyne Bezerra Costa; o Secretário de Estado representante do Maranhão em Brasília; familiares; demais presentes, eu também fico tomado de muita emoção de assumir esta tribuna. Apesar de, realmente, como V. Exa., ter várias experiências de falar em público, não só como Parlamentar que eu fui em um mandato, mas como advogado, professor também, sempre há uma certa dificuldade quando a gente é pego de surpresa e para falar de alguém tão próximo e tão querido.

O que ela representa, além do orgulho de todos nós familiares, do orgulho de todo o Maranhão, é justamente alguém que se dedicou a vida toda em proveito da sociedade como um todo. Se há alguma pessoa que tem uma atuação voltada para o social e que... Com todo o seu conhecimento, com tudo aquilo que ela conseguiu, estudando sempre, livre-docente em Botânica, ela poderia, evidentemente, ter-se dedicado como pesquisadora mesmo para patentear novas substâncias e, quem sabe, até fazer uma carreira na indústria farmacêutica. Mas, não, ela se dedicou a fazer todo o seu trabalho em proveito da população mais carente.

Eu acho que V. Exa., quando faz essa homenagem, quando toma essa iniciativa, resgata, em nome da classe política maranhense, uma homenagem muito importante, muito significativa, muito justa, sobretudo, porque reconhece – e é muito bom poder reconhecer-la em vida – tudo aquilo que ela fez por merecer ao longo dessa trajetória de mais de 55 anos, como ela mencionou aqui nas palavras lidas pela Tânia.

Eu, portanto, quero louvar a atuação do Senado Federal na tarde de hoje, especialmente a de V. Exa., Senador Weverton Rocha, e dizer da justeza desta homenagem, que faz o reconhecimento muito justo e muito correto a quem se dedicou a vida toda em proveito da sociedade maranhense e da sociedade brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Nós que agradecemos aqui a palavra do Sr. José Antonio Almeida, sobrinho e afilhado – está bom de madrinha, não é? – da Profa. Terezinha Rêgo.

E agora eu convido o Sr. Deputado Federal Gil Cutrim, representando a Bancada do Maranhão e a Câmara dos Deputados, para fazer o uso da palavra.

O SR. GIL CUTRIM (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Exmo. Sr. Presidente, Senador Weverton Rocha, aqui desde já parabenizo V. Exa. por essa nobre iniciativa em, além de homenagear, reconhecer o trabalho prestado por essa grande pessoa que é a Profa. Terezinha Rêgo.

Peço licença à Mesa, que já foi devidamente saudada, e aqui, para não tomar muito espaço de tempo e deixar que outros oradores possam também manifestar a sua alegria e sua satisfação de estar aqui hoje, cumprimento também os familiares, os amigos, aqueles que aprenderam muito ao longo da vida com a Profa. Terezinha Rêgo.

Vendo o filme da biografia da professora, eu me relembrei de vários momentos. Quando o Senador Weverton falou que ele também foi um dos que usou os estudos da Profa. Terezinha Rêgo, eu também usei muito a cabacinha, e quem não a usou que atire a primeira pedra. Vamos fazer essa brincadeira.

Mas, brincadeiras à parte, eu quero aqui rapidamente, professora, reconhecer esse grande serviço que V. Exa. prestou ao nosso Estado do Maranhão, prestou ao País, porque invadiu e saiu dos limites do nosso Estado e foi pelo Brasil afora, um reconhecimento não tão somente pelo Brasil, mas pelo mundo, que V. Exa. fez esses grandes estudos, esse grande reconhecimento em buscar na medicina fitoterápica um avanço e dar a oportunidade àqueles mais carentes de terem acesso a um tratamento adequado para a sua saúde.

Portanto, fica aqui, em nome da bancada federal dos Deputados Federais, que me foi outorgado em falar em nome deles, que se somam a toda essa alegria, a esse sentimento de felicidade de todos nós por estarmos aqui hoje prestando essa grande homenagem a essa grande pessoa que prestou grandes serviços ao nosso Estado maranhense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Agradeço ao Deputado Federal Gil Cutrim pela palavra.

Eu convido agora também para fazer o seu cumprimento, representantes aqui dos Prefeitos do nosso Estado do Maranhão. Sr. Prefeito, ex-Deputado Federal. O Luciano Leitoa, Profa. Terezinha, foi o Deputado Federal mais jovem do Brasil. Ele tinha 21 anos, era jovem naquela época. Convido o Prefeito Luciano Leitoa, hoje Presidente do seu partido, o PSB.

Enquanto o Sr. Luciano Leitoa se arruma ali na tribuna, eu gostaria de fazer o registro aos alunos do curso de Direito da Universidade Univille, *campus* São Bento do Sul, Santa Catarina. Então, sejam todos bem-vindos. Nós estamos aqui fazendo uma homenagem à Profa. Terezinha Rêgo, sem dúvida nenhuma, uma grande maranhense e brasileira, que é respeitada na comunidade internacional e nacional pelo trabalho que ela tem e a luta grande como pesquisadora e incentivadora dos tratamentos fitoterápicos, através das plantas. Ela tem aí várias curas.

Então, agora há pouco, o Deputado Gil – vocês estavam entrando, as senhoras e os senhores estavam adentrando à nossa tribuna de honra – falou da cabacinha. Cabacinha, que ele disse que todos já usaram, é um dos remédios cuja patente é da Dra. Profa. Terezinha Rêgo, ela é a idealizadora. E a cabacinha ajuda no tratamento, Kallyne, de sinusite – eu também já usei. E é



muito bom, e a gente foge desses remédios aí tradicionais de farmácia. E gente do mundo todo vai à Universidade Federal do Maranhão até hoje ainda ser consultado pela Profa. Terezinha Rêgo.

Então, com a palavra o Sr. Prefeito Luciano Leitoa.

O SR. LUCIANO LEITOA (Para discursar.) – Eu gostaria de cumprimentar a Mesa em nome da Profa. Terezinha; aproveitar e parabenizar o Senador Weverton que, sem querer, fica querendo revelar a idade da gente, Dr. José Antonio Almeida.

Com muita felicidade, eu venho a esta homenagem no dia de hoje, porque, por muitas vezes, professora, é muito fácil a gente falar de alguém, mas o mais difícil é esse alguém, por muitas vezes, fazer o papel que a senhora fez ao longo de sua vida, se dedicar a uma coisa tão importante e com tantas barreiras, que nós sabemos, porque é uma área que tem, por muitas vezes, um outro setor que não tem tanto interesse também, de certa forma, nessa questão mais medicinal.

Hoje, o Brasil em que a gente vive, precisa de iniciativas que possam cada vez mais baratear o tratamento das pessoas. Eu estou como Prefeito da cidade de Timon, no segundo mandato. Cumprimento o Prefeito Erik também aqui, da cidade de Balsas. E, às vezes, essa questão do tratamento através das plantas, através de alternativas é muito viável para a população.

Outro dia, eu estive numa unidade básica de saúde, Senador Weverton, e lá o médico passou para uma pessoa um medicamento que tinha dentro dos quadros do serviço público. O Erik, que é médico, sabe disso. Mas ver se muda justamente o tipo de remédio. O efeito é o mesmo, às vezes, daquele que se tem dentro da própria rede pública. E isso é uma coisa que o Brasil, por muitas vezes, acaba, de certa forma, perdendo bastante no tratamento de muitas pessoas.

Então, eu só queria parabenizá-lo em nome aqui do nosso companheiro e ex-Deputado José Antonio Almeida também, que é do meu partido, e a senhora também, que é do próprio PSB, e dizer que espero que o nosso Estado do Maranhão continue levando por muitos e muitos anos todo esse trabalho que a senhora fez.

E esta data de hoje, Senador Weverton, esta homenagem feita hoje, serve muito mais do que uma tarde, muito mais do que as câmeras, do que as coisas que estão aqui presentes, porque ela, de certa forma, eterniza o trabalho da Profa. Terezinha, que vai ficar por muitos e muitos anos e que vai inspirar também tantos outros que virão através do seu trabalho.

Muito obrigado e um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Muito bem, Prefeito Luciano.

Quando nós aprovamos aqui o requerimento da sessão de homenagem à Profa. Terezinha Rêgo, um dos argumentos, parte da minha fala, que está aqui registrada na Casa, foi justamente o de que eu sempre acredito que as homenagens devem ser feitas em vida e justas, claro. Então, nossa geração tem esta honra de hoje estar aqui homenageando uma pessoa como a Profa. Terezinha Rêgo, que tem esse trabalho prestado de forma incontestável por toda a comunidade acadêmica e por todo o povo não só do nosso Estado, mas por muitos brasileiros e muitos que aqui não moram.

Eu convido para também fazer uso da palavra e dar aqui o seu testemunho o representante do Secretário de Saúde do Estado do Maranhão, Secretário Carlos Lula, Sr. Sandro Monteiro.

V. Sa. tem até cinco minutos para fazer uso da palavra.

O SR. SANDRO MONTEIRO (Para discursar.) – Boa tarde a todos.



Em nome da Mesa que estou compondo, eu gostaria de saudar nosso amigo Senador Weverton Rocha e agradecer a ele em nome dos farmacêuticos do Maranhão por esta justa homenagem feita à nossa querida Profa. Terezinha Rêgo.

Eu, mais cedo, estava falando com ela que, há 23 anos – a gente fala até emocionado –, eu estava concluindo o curso de Farmácia e cheguei para ela preocupado com meu tema de monografia. Ela, com aquela voz de mãe que sempre tem, disse: "Meu filho não se preocupe". Isto foi numa quarta-feira, Senador. Ela disse: "Volte aqui na sexta". Na sexta-feira eu retorno, e ela já estava com meu tema de monografia pronto. A gente fala assim e se emociona. Era sobre anatomia foliar da nona escamosa. Ela disse: "Meu filho, estude os cortes anatômicos e venha para cá para depois a gente conversar". E daí a gente desenvolveu a nossa tese de monografia e foi agraciado com a nota dez.

E aqui eu também rendo nossas homenagens, porque o Maranhão hoje está em festa. Sem dúvida alguma, a assistência farmacêutica, a classe farmacêutica do Maranhão, a fitoterapia do Maranhão, do Brasil e do mundo estão em festa por esta justa homenagem à nossa querida professora. Então, como ex-aluno e como representante da Secretaria de Estado da Saúde, que abraçou o Programa Farmácia Viva, com o qual, como o Senador falou, mais de cem Municípios estão agraciados, e foram capacitados mais de 13 mil colaboradores, entre farmacêuticos, entre nutricionistas, entre enfermeiros, entre agentes comunitários de saúde no Estado do Maranhão para levar o ensinamento que foi plantado pela nossa querida Profa. Terezinha.

Então, professora, à senhora todas as nossas homenagens.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Agradeço ao Sr. Sandro Monteiro, que falou aqui representando o nosso Secretário de Estado da Saúde, Sr. Carlos Lula, do Estado do Maranhão.

Eu convido o representante do Conselho Federal de Farmácia, Sr. Forland Oliveira Silva, que tem até cinco minutos para fazer o uso da palavra.

O SR. FORLAND OLIVEIRA SILVA (Para discursar.) – Senador Weverton, em nome de quem cumprimento a todos vocês da Mesa, para mim é motivo de muita alegria estar aqui como farmacêutico. Diante das falas, quero dizer que eu também já fui o farmacêutico mais jovem do Distrito Federal, formei-me jovem, com 20 anos, mas o tempo passou também, Prefeito, assim como para os vários que me sucederam aqui.

Ao estar aqui hoje nesta homenagem a Profa. Terezinha, ouvindo o Dr. Sandro falar que os farmacêuticos maranhenses estão em festa, eu posso dizer que os farmacêuticos do Brasil estão em festa! E posso dizer mais: na semana em que comemoramos o Dia Internacional do Farmacêutico, na próxima quarta-feira, dia 25 de setembro, nós termos a Profa. Terezinha sendo homenageada, para nós, é motivo de muita alegria!

Profa. Terezinha, a senhora representa muito da nossa profissão. A inquietude, essa busca constante para fazer o melhor, para fazer o melhor para a sociedade, a senhora representa muito bem tudo isso. A senhora tem todas as características de uma excelente pesquisadora: a inquietude, a busca, a força do trabalho. Não é à toa que a senhora chega aos 55 anos de profissão com essa força. Olhar para a senhora é renovar as energias. Que Deus a mantenha por muitos e muitos anos assim! A senhora é merecedora de todo o reconhecimento. Inclusive, o Dr. Walter, Presidente do Conselho Federal, me disse, na semana passada, quando nós estávamos na reunião plenária – ele não está no Brasil, ele participa do Congresso Internacional de Farmacêuticos, em



Abu Dhabi –: "Olha, Forland, você vai lá me representar. Pelo amor de Deus, não falte, não invente nada, desmarque na sua agenda, que a Profa. Terezinha..." Ele gostaria muito de estar aqui.

E até aproveitando a oportunidade – já falei para a senhora, não é? –, quero comunicar que o Conselho Federal de Farmácia recebeu, ontem, o prêmio de melhor trabalho no mundo, entre os 115 países de que participaram, como "Melhor Campanha de Promoção da Saúde 2019".

Então, coincidir com esta homenagem à senhora só mostra tudo o que está acontecendo em nosso País em relação à nossa profissão. E a senhora representa muito bem isso. Quando conversávamos – não é, Senador? –, o senhor falava que era importantíssimo prestar uma homenagem em vida, mais ainda, prestar uma homenagem para quem é digna de todo o reconhecimento. E a senhora é digna de todo o reconhecimento, Profa. Terezinha.

Então, encerro aqui minha fala, dizendo que todos nós farmacêuticos do País inteiro estamos em festa. E tenho certeza de que, no mundo inteiro, quem conhece o seu trabalho está muito feliz com esta merecida homenagem!

São essas as minhas considerações.

Aproveito para desejar uma excelente semana a todos e, para aqueles que são farmacêuticos, uma excelente semana, em que comemoramos o Dia Internacional do Farmacêutico. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Eu convido para fazer uso da palavra a Sra. Kallyne Bezerra Costa, representante do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Maranhão e coordenadora desse programa exitoso que é o programa Farmácia Viva. Ela é o braço direito, a perna, está sempre ao lado da Profa. Terezinha Rêgo. Nós da bancada do Senado temos o maior reconhecimento e carinho pelo que a Kallyne tem dedicado, junto com todas as profissionais da área, de verdade, mergulhando nessa luta para continuar com o legado da luta a favor justamente da população mais pobre do nosso Estado e do País.

A senhora tem até cinco minutos para fazer as suas homenagens.

A SRA. KALLYNE BEZERRA COSTA (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Mesa, Senador Weverton, Profa. Terezinha Rêgo e os demais.

Eu me sinto muito feliz em estar aqui hoje. Vou iniciar a minha fala.

Foram 55 anos. Assim inicio a história da Dra. Terezinha de Jesus Almeida Silva Rêgo, farmacêutica, fitoterapeuta, pesquisadora. Entre especializações, mestrado, doutorado e pós-doutorado, estudos fora do Brasil, livros editados, professora da Universidade Federal do Maranhão, membro da Academia Nacional de Farmácia, enfim, uma farmacêutica maranhense, nordestina, que sempre amou as plantas medicinais, ama as pessoas, os mais carentes, os indígenas, os quilombos, os terreiros, seus ex e eternos alunos.

1994. Encontro vocacional de cursos das mais diversas áreas na UFMA. Lá estava eu, Kallyne, em busca de algo em que me encaixasse, que me enchesse os olhos e me fizesse encontrar o que eu queria para minha vida. Em um cantinho, rodeada de alunos, vestida de branco, com várias garrafas e potinhos em uma mesa, estava ela, a Profa. Terezinha Rêgo. Ali, sentadinha, à espera de visitantes. Minha atenção logo foi chamada. Sentei de frente para ela e perguntei: "O que são essas garrafadas?" Ela olhou dentro dos meus olhos e disse: "Garrafadas? Não, filha, são xaropes, pomadas, tinturas, um estudo de anos para cuidar dos males do corpo e da alma de tanta gente com o uso das plantas medicinais. E digo logo: sou farmacêutica e se você escolher essa profissão, me procure assim que passar no vestibular". Dois meses depois, fiz o vestibular para



Farmácia, passo e, em seguida, fui à faculdade me matricular na esperança de vê-la. Pronto. Ela me viu e disse: "Passou?" Eu respondi: "Sim, professora". Ela disse: "Ouça bem o que vou lhe falar. A partir de hoje você será a menina dos meus olhos. Escolhi você para quando não mais eu estiver exercendo a profissão. Você dará continuidade. Estude, seja presente, pois a você passarei o meu legado".

2016. Cria-se o projeto Farmácia Viva - Hortos Terapêuticos do Maranhão. O Governador Flávio Dino a homenageia, fazendo com que o trabalho dela seja reconhecido finalmente da forma como ela sempre sonhou. O Maranhão inteiro e com todas as pessoas sendo atendidas da forma como ela sempre ajudou e quer continuar ajudando.

Hoje, 24 anos depois, nunca a abandonei. Sigo cada passo, ensinamentos, forma de prescrever, de respirar, de respeitar e de amar as plantas medicinais e cada paciente.

Nesta Semana Internacional do Farmacêutico, 23 de setembro de 2019, venho aqui, diante deste Plenário, agradecer a oportunidade de ter conhecido esta pessoa maravilhosa, que é tão querida por todos os farmacêuticos do Maranhão, do Brasil e do mundo e que hoje está aqui nos enchendo de orgulho, lúcida, plena e feliz, ao lado de seus familiares, amigos, neste Plenário que hoje a homenageia.

Gratidão, Profa. Terezinha, minha mestre que tanto amo e admiro. Se depender de mim, levarei todos os seus passos, toda a sua história. E quero homenageá-la sempre em vida, porque é dessa forma, como o Senador Weverton falou, que nós precisamos mostrar o quanto somos gratos à senhora.

Então, meu muito obrigada a todos que estão presentes.

Eu estou muito feliz hoje por poder estar aqui homenageando a maior referência farmacêutica do Maranhão e do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – A última inscrita, que vai fazer aqui uso da palavra, eu vou já chamar. Mas, antes de convidá-la, eu gostaria de perguntar ao Prefeito Erik e aos demais convidados se também desejam fazer uso da palavra e dar suas... (*Pausa.*)

O senhor gostaria? (*Pausa.*)

O Prefeito Erik, de Balsas, declinou.

Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Muito bem.

Então, eu vou convidar a Sandra Duailibe. Ela é maranhense, cantora, amiga da Profa. Terezinha e, com chave de ouro, vai encerrar aqui a inscrição dos nossos oradores.

A SRA. SANDRA DUA LIBE (Para discursar.) – Ao saudar o Senador Weverton, cumprimento toda a Mesa, todas as autoridades presentes.

Abraço os familiares, os amigos.

Profa. Terezinha, Dra. Terezinha, Tia Terezinha, eu farei a minha homenagem, expressarei a minha gratidão e a minha emoção fazendo o que mais gosto: cantando.

Se todos fossem iguais a você
Que maravilha viver
Uma canção pelo ar,
Uma mulher a cantar
Uma cidade a cantar,
A sorrir, a cantar, a pedir



A beleza de amar
Como o sol, como a flor, como a luz
Amar sem mentir, nem sofrer
Existiria a verdade
Verdade que ninguém vê
Se todos fossem no mundo iguais a você
Existiria a verdade
Verdade que ninguém vê
Se todos fossem no mundo iguais a você, [Terezinha Rêgo]. (*Palmas.*)

Obrigada.

Eu te amo!

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Cumprida a finalidade da sessão, eu agradeço às personalidades, a todos os convidados, a todos e a todas que nos honraram com o seu comparecimento.

Está encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 44 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 174^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

OF. Nº 066/2019-BLVANG

De sou o
Senador Zequinha
Marinho para inter-
vir a CCT, como
Suplente.

Em 23/09/19

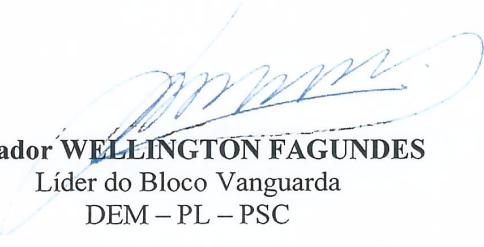
Brasília, 19 de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Zequinha Marinho (PSC/PA)** para compor, como membro **Suplente**, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT.

Atenciosamente,


Senador **WELLINGTON FAGUNDES**
Líder do Bloco Vanguarda
DEM – PL – PSC

Recebido em 23/9/2019
Horas 11:43
Fernando Sachetti - Mat. 106218
SLSF-SGM





Liderança do Movimento Democrático Brasileiro

*Requisição
à Publicação
Com 95/3/2019*

OF. Nº 215/2019 GLMDB

Brasília, 18 de setembro de 2019.

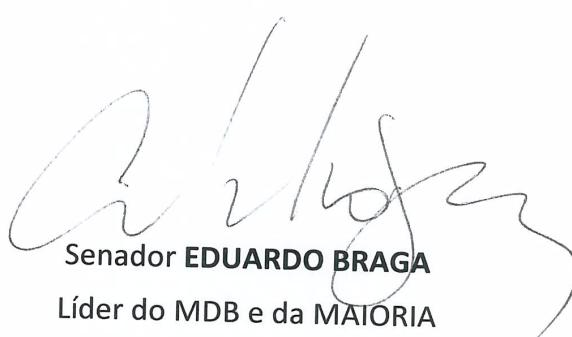
A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 – Brasília/DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador **EDUARDO GOMES (MDB/TO)** para compor como **Titular** a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Respeitosamente,


Senador **EDUARDO BRAGA**

Líder do MDB e da MAIORIA

Recebido em 20/9/19
Hora: 11:43

Juliana Soares Amorim
Matrícula: 302809 SLSF/SCM

Ala Antônio Carlos Magalhães, Gab 04 – 70165-900 Brasília/DF, Tel: (61) 3303-1400.



Discurso encaminhado à publicação





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 1

23/09/2019

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, hoje, 23 de setembro, é o Dia Nacional do Agente de Trânsito. Recebi material dessa categoria, que passo a ler.

Desde que o atual Código de Trânsito Brasileiro (CTB) entrou em vigor, no ano de 1998, vários municípios vêm, mesmo que ainda em ritmo lento, realizando concursos públicos para o cargo de agente da autoridade de trânsito.

Essa legislação fomentou e fortaleceu a figura do agente de autoridade trânsito civil – profissional que deve ser formado especificamente para a carreira de orientar, educar, organizar, regular, fiscalizar, autuar e aplicar as medidas administrativas estabelecidas para o fomento da harmonia, boa convivência e da manutenção da vida e incolumidade das pessoas no ambiente chamado trânsito.

Em 2010 cidadãos que escolheram essa carreira, depois de muito padecer pela inexistência de reconhecimento da profissão, passaram a sonhar em alterar a Constituição Federal para trazer a consolidação da carreira e fazer jus à proteção e legitimidade no texto da lei maior da nação.

Do primeiro Encontro Nacional da categoria, em Salvador, à primeira mobilização nacional em 2011, em Brasília, nasceu, em 2014, a conquista da promulgação da emenda 82/2014 que estabeleceu a segurança viária como parte das forças de segurança e sua função de preservação da incolumidade física das pessoas e de seus patrimônios, efetivando competência aos órgãos e entidades executivos de trânsito e estruturando, enfim, a carreira de seus agentes da autoridade de trânsito.

Constitucionalmente o agente de trânsito nasceu em 2014 pelo parágrafo 10 do artigo 144 da Carta Magna, no entanto, sendo parte da família da segurança pública este profissional ainda luta por reconhecimento e condições de cumprir seu ofício de forma digna e segura.

Em 2015 a categoria se organizou e fundou a Associação Nacional dos Agentes de Trânsito (AGT Brasil). Seus fundadores, na maior parte, são os mesmos agentes sonhadores do primeiro encontro, já citado anteriormente.

Foi grande parte deles também responsável pelas mobilizações que culminaram na conquista da aprovação da EC 82/2014.

A atuação da AGT Brasil junto aos parlamentares e Comissões no Congresso Nacional trafega no sentido de orientar a formulação e aprovação de leis que abram caminho para condições jurídicas necessárias ao fortalecimento humano, funcional e profissional de toda a categoria dos agentes de trânsito, hoje composta por cerca de 30 mil profissionais na missão contínua de salvar vidas no trânsito e bem servir a toda sociedade.

Sr. Presidente, a reforma da Previdência atinge em cheio essa categoria, que vai perder a periculosidade. Se colocarmos um, dois, três dependentes aí, suas famílias, mais de 100 mil pessoas serão prejudicadas. Isso é uma injustiça. Esperamos reverter essa situação no dia de amanhã.

Mas, prosseguimos...

A AGT Brasil lutou e conquistou a inclusão da categoria no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Lutou pelo projeto do porte funcional de arma de fogo, que foi aprovado no Congresso Nacional e vetado pela Presidência da República em 2017. Hoje tal luta persiste.

Para promover mais segurança, os agentes da autoridade de trânsito necessitam ter o direito a ela.

Necessitam de meios para promover a própria segurança e por isso, enquanto entidade que os representa, a Associação Nacional reivindica ao Governo Federal a devida regulamentação nacional, além da aprovação de inúmeros projetos que objetivam a melhoria da segurança viária e, por conseguinte, de toda a categoria que já se encontra





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 2

23/09/2019

presente do Oiapoque ao Chuí.

Triste relatar que inexiste no Brasil agente da autoridade de trânsito que não tenha sofrido na lida diária algum tipo de agressão, seja esta verbal, física e, em muitos casos noticiados nas mídias, fatídicos, decepando sonhos, desestruturando famílias e fazendo emergir na seara profissional o desalento do constante abandono e desrespeito.

Agentes da autoridade de trânsito são cuidadores.

São pais e mães de famílias preocupados em preservar outras famílias, carregam no dorso a pesada atribuição de fazer cumprir uma legislação rígida e que nasceu de um grave problema de saúde pública: a violência viária.

E quando fala-se disso, não é apenas aos "acidentes" a referência. Pauta-se o desrespeito às vagas reservadas a idosos e pessoas com dificuldades de mobilidade como doença.

Pautam-se o descompromisso com a própria vida e com a vida de terceiros ao se dirigir sob influência de substância alcoólica como doença.

Pauta-se falar ao celular no trânsito como doença. Pauta-se tantas outras ações de infratores imprudentes, negligentes ou sem qualquer perícia para conduzir uma arma poderosa como um veículo automotor como doença.

Enquanto categoria profissional os agentes da autoridade de trânsito têm ciência – e a lida diária os possibilita tal percepção – de que o cidadão de bem, aquele que respeita a lei e a vida do próximo, os apoia e conta com eles para a manutenção de suas próprias vidas. Essa consciência é o combustível que os alimenta na busca de melhores condições de trabalho.

Em um acidente de trânsito com vítimas a pessoa que for prestar socorro, como consta no próprio CTB, antes de qualquer ação, deve garantir a segurança do local, de modo que ela mesma não se torne mais uma vítima e fique impossibilitada de cumprir sua missão.

A AGT Brasil, cujo breve histórico aqui se encerra, luta para garantir que os agentes da autoridade de trânsito que representa possam cumprir o papel de salvar vidas tendo por premissa as condições ideais para desempenhá-lo e isso significa condições de autodefesa, salários dignos, equipamentos adequados, o reconhecimento de uma identidade nacional e a conscientização aos gestores públicos e legisladores do quanto valiosa e útil essa categoria pode ser para toda a sociedade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar o relatório do Senador Tasso Jereissati referente a PEC 06/2019, reforma da Previdência.

À tarde, está previsto a votação em primeiro turno, no Plenário do Senado. Eu creio que este Plenário pode fazer ajustes e, pelo menos, diminuir o grau de prejuízos aos pobres, trabalhadores, servidores públicos e classe média.

Se assim o fizermos estaremos contemplando em torno de 100 milhões de brasileiros.

Esse é o meu apelo a esta casa, aos senadores e senadoras. Ainda há tempo, podemos modificar a proposta em pontos específicos:

Carência (tempo mínimo de contribuição); todos deveriam ser de 15 anos.

Aposentadoria especial; mineiros, metalúrgicos.

Valor da aposentadoria por incapacidade permanente.

Reversibilidade das cotas da pensão por morte.

Cálculo dos benefícios 100% da vida laboral. Hoje é 80% das maiores contribuições.

Contribuição dos servidores inativos a partir de 1 (um) Salário Mínimo.

Alíquota extraordinária no RPPS quando houver déficit atuarial;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 3

23/09/2019

Abono salarial; 13 milhões vão perder 1 salário-mínimo. Tem que pagar, mesmo que não receba no mês 1 salário-mínimo.

Contrato de trabalho intermitente.

Privatização dos benefícios não programados; auxílio doença, auxílio acidente, pensão, aposentadoria por incapacidade, auxílio maternidade.

Privatização da previdência complementar;

Conversão do Tempo Especial em Comum; 10 anos para 14.

A PEC 06 acaba a aposentadoria especial por risco à integridade física (periculosidade).

Regra de transição só atinge 20% dos trabalhadores da área privada e pública.

Periculosidade some.

40 anos de contribuição / 65 anos,

Sr. Presidente, vamos fazer um esforço. Vamos modificar esses pontos. Se não der todos, ok. Mas pelo menos alguns.

Era o que tinha a dizer.



Projetos de Lei



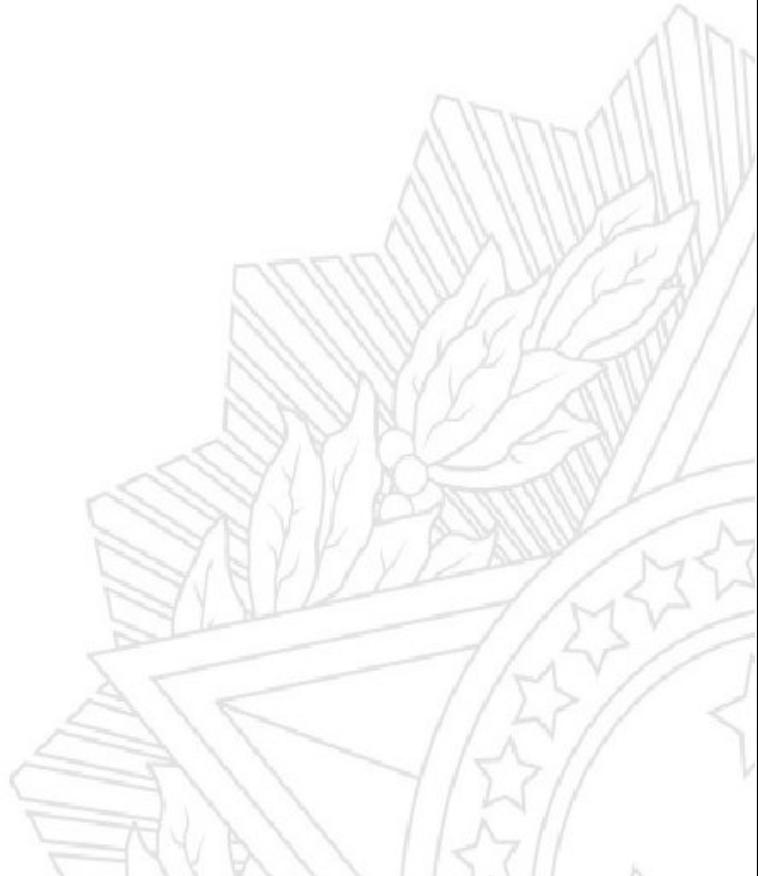


SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5180, DE 2019

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, para dispor sobre o trabalho de médicos brasileiros, formados em instituições de educação superior estrangeiras, na área de Atenção Básica em Saúde, em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências.

AUTORIA: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa




SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

PROJETO DE LEI N° , DE 2019


SF/19241.514/16-08

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, para dispor sobre o trabalho de médicos brasileiros, formados em instituições de educação superior estrangeiras, na área de Atenção Básica em Saúde, em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

“Art. 13-A. Aos médicos brasileiros, formados em instituições de educação superior estrangeiras, e que ainda não tenham obtido a revalidação de seus diplomas, poderá ser concedida autorização provisória para o exercício da medicina, na área de Atenção Básica em Saúde, em regiões prioritárias para o SUS, por até três anos, na forma do regulamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente
, Relator





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

PARECER N° , DE 2019

SF/19241.514/16-08

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão Legislativa nº 7, de 2019, oriunda do Programa e-Cidadania, que pretende permitir o trabalho no Brasil de médicos brasileiros formados no exterior.

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, nos termos do art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, a Sugestão Legislativa (SUG) nº 7, de 2019, oriunda da Ideia Legislativa nº 112.978, formulada no âmbito do Programa e-Cidadania do Senado Federal, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. A ideia foi apresentada pela Senhora Inah Jacome, de Minas Gerais, e assim foi expressa: “médicos brasileiros formados no exterior podem trabalhar no Brasil (sic)”.

A referida Ideia Legislativa foi encaminhada pela Secretaria de Comissões a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), após ter sido constatado o apoio de pelos menos vinte mil cidadãos em quatro meses, razão pela qual obteve tratamento análogo às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do disposto no parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, do Senado Federal.

A matéria em apreciação encontra-se descrita nos seguintes termos: “Atualmente milhares de brasileiros buscam países, em especial no Mercosul, para estudar medicina por conta dos valores de cursos elevados no Brasil.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Existem cursos de altíssima qualidade lá fora também. Acho que os médicos brasileiros formados no Mercosul deveriam trabalhar no Brasil". (sic).

A proponente ainda oferece mais detalhes de sua ideia, que seria no sentido de permitir que os médicos brasileiros, formados no exterior, possam prestar assistência em lugares com carência de médicos, em benefício de todos e dispensando a contratação de outros estrangeiros.

Embora a proponente não tenha sugerido explicitamente a apresentação de proposição legislativa sobre o tema, compete a este Congresso Nacional analisar as demandas e possibilidades de mudanças na legislação, que atendam aos clamores populares, com a formalização eventual de projetos de lei.

II – ANÁLISE

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a Sugestão sob exame em proposição legislativa.

A carência de médicos, principalmente nas comunidades distantes dos grandes centros urbanos, é um grave problema de saúde pública no Brasil. Muitos são os fatores que influenciam na formação desse quadro desolador de abandono e de precariedade no atendimento, que beiram à omissão de socorro. Com relativo sucesso, o Programa Mais Médicos conseguiu levar profissionais brasileiros e estrangeiros a milhares de municípios brasileiros. Esse programa, entretanto, precisa ser constantemente adaptado às novas realidades.

Creemos que a Ideia constante da Sugestão nº 7, de 2019, precisa ser analisada dentro desse novo contexto. É inegável que faltam médicos e que milhares de brasileiros estão buscando formação, nesta área, em países vizinhos, ou mesmo em países mais distantes. Não se pode generalizar dizendo que esses cursos são fracos de conteúdo ou que não atendem às demandas de qualidade da nossa Educação e de nossos órgãos de fiscalização profissional. Temos que ter flexibilidade e competência administrativa para tentar incorporar esse valioso quadro de formados e formandos aos nossos serviços de saúde, considerando especialmente as necessidades de saúde pública em regiões carentes.

SF/19241.514/16-08





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Obviamente, depende do Poder Executivo a execução desses programas e, se for o caso, a avaliação das entidades estrangeiras, mediante convênios, além da reciclagem, retreinamento ou readaptação dos profissionais às nossas demandas. Nesse sentido, podem ser criados cursos complementares e intensivos em “Medicina Geral de Família e Comunidade”. A Lei do Mais Médicos, inclusive, prevê programas de residência com esse objetivo. Em suma, há muito espaço para políticas públicas de estímulo à formação de médicos e profissionais de saúde e de interiorização desses profissionais.

SF/19241.514/16-08

III – VOTO

Tendo em vista que as considerações de mérito acima expostas se encontram em consonância com o nosso pensamento e que se trata de matéria de significativo alcance social, acreditamos que o tema deva ser objeto de debate pelo Congresso Nacional.

Opinamos, portanto, de conformidade com o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do RISF, que a matéria seja transformada em projeto de lei, e encaminhada à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para exame do mérito:

PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, para dispor sobre o trabalho de médicos brasileiros, formados em instituições de educação superior estrangeiras, na área de Atenção Básica em Saúde, em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

“Art. 13-A. Aos médicos brasileiros, formados em instituições de educação superior estrangeiras, e que ainda não tenham obtido a revalidação de seus diplomas, poderá ser concedida autorização provisória para o exercício da medicina, na área de Atenção Básica em Saúde, em regiões prioritárias para o SUS, por até três anos, na forma do regulamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CDH, 19/09/2019 às 09h - 101^a, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)

TITULARES		SUPLENTES	
JADER BARBALHO		1. JARBAS VASCONCELOS	
MARCELO CASTRO		2. DANIELLA RIBEIRO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE
MAILZA GOMES	PRESENTE	4. VAGO	
VAGO		5. VAGO	

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)

TITULARES		SUPLENTES	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. ROMÁRIO	
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA		4. MARA GABRILLI	

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)

TITULARES		SUPLENTES	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	3. JORGE KAJURU	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES		SUPLENTES	
PAULO PAIM	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA	

PSD

TITULARES		SUPLENTES	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

TITULARES		SUPLENTES	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	
CHICO RODRIGUES		2. VAGO	

Não Membros Presentes

MAJOR OLÍMPIO
CIRO NOGUEIRA
JAYME CAMPOS
MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 7/2019)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR MARCOS ROGÉRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI QUE APRESENTA.

19 de Setembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa



Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 5.180/2019.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 5181, DE 2019

Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que avô ou avó se afaste do trabalho por até cinco dias, por ocasião de nascimento de neto.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)

Minuta

PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que avô ou avó se afaste do trabalho por até cinco dias, por ocasião de nascimento de neto.



SF/1903644336-04

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

“Art. 473.....

.....

XIII - por cinco dias, consecutivos ou não, para o avô ou a avó, em até trinta dias do nascimento de neto.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo fomentar o suporte familiar para o bem-estar do recém-nascido em seus primeiros dias.

Para tanto, estabelece direito à interrupção do contrato de trabalho ao avô ou avó, nos trinta dias subsequentes ao nascimento do neto ou neta.

Assim possibilita-se aos avôs e avós acorrerem ao apoio dos filhos nesse momento de busca e intensa reordenação da vida familiar, em benefício, em última instância, da própria criança recém-nascida, mas



valorizando todo o ambiente de carinho e cuidado que envolve a ocasião de um nascimento.

Trata-se de inovação normativa que vai ao encontro do que já vem se observando na legislação brasileira, há vários anos: o fortalecimento dos mecanismos legais de proteção à primeira infância – que por sua vez decorre do consenso científico amplo de que esses primeiros momentos do desenvolvimento infantil são cruciais para as etapas posteriores desse desenvolvimento.

Adiciona-se ao exposto acima a reconfiguração demográfica da força de trabalho nos anos posteriores à consolidação da legislação trabalhista nacional, que tem representado envelhecimento da força de trabalho brasileira. Esse fenômeno, cominado às recentes reformas legislativas de natureza previdenciária, resulta em progressiva dificuldade da participação dos avós como suporte nas primeiras semanas de vida das crianças brasileiras. Vislumbrando um futuro com postergação da aposentadoria, convém resguardar o auxílio representado por esses trabalhadores nesse momento de suma importância, fortalecendo os laços familiares e amparando as famílias mais necessitadas.

SF/1903644336-04
|||||

Sala das Sessões,

Senador JEAN PAUL PRATES

ed2019-09499

Página 3 de 4

Parte integrante do Avulso do PL nº 5181 de 2019.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>

- artigo 473



O Projeto de Lei nº 5181, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 808, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

DESPACHO: À Comissão Diretora do Senado Federal



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, a respeito da atuação das instituições públicas, inclusive da Advocacia-Geral da União - AGU, no contexto da aplicação aos casos concretos, no Brasil, dos princípios e normas decorrentes da cooperação internacional relativa ao sequestro de crianças, nomeadamente quanto à aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980.

1- Qual é a função jurídico-institucional e quais são as atribuições da Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), nos termos da legislação pertinente, nas esferas administrativas e judicial, no tocante à cooperação internacional relativamente aos casos em que há pedido de repatriação de menor que haja sido vítima de subtração no exterior e que se encontre no Brasil, com base na Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980?

2- Como é operado o processamento, por parte da *Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF)*, dos pedidos de cooperação jurídica internacional para retorno de crianças vítimas de subtração internacional ao seu país de



residência habitual? Nesse sentido, com se dá o relacionamento institucional entre a Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), a Advocacia Geral da União e a Interpol?

3- A Convenção prevê que: embora o retorno da criança/adolescente ilicitamente transferido ou retido em local diferente daquele de sua residência habitual seja, normalmente, a medida que melhor atende aos interesses das crianças, há casos e circunstâncias em que o retorno dos menores pode não corresponder ao interesse maior dos Estados signatários no sentido de garantir a proteção criança/adolescente. Para tanto, a Convenção regulamenta a aplicabilidade de exceções ao princípio geral do retorno da criança ao local de origem. Tais exceções devem ser necessariamente analisadas à luz do disposto no artigo 13 da Convenção. Nesse sentido, como se dá, por parte da Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), o processo de verificação e análise dos casos concretos e, sobretudo, como é averiguada a existência dos requisitos excludentes da repatriação previstos pela Convenção?

4- Qual o posicionamento da Autoridade Central Administrativa Federal e quais medidas concretas tem a ACAF adotado, objetivamente, em relação ao caso envolvendo Valéria De Angelo Ghisi e sua filha Naomi Alice Smadar Benita Ghisi, ou seja, nomeada e expressamente, quais procedimentos vem sendo adotados no sentido de promover o efetivo retorno da menor à guarda da mãe, haja vista os fatos apontados neste requerimento e as decisões judiciais exaradas sobre o caso?

5- Porque o caso de Valéria De Angelo Ghisi e sua filha Naomi Alice Smadar Benita Ghisi não foi enviado pela Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, durante a fase administrativa, para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, SPM, conforme previsão de fluxo procedural estabelecido no Termo de Conciliação CCAF-CGU-AGU - PBB/THP 013/2009 que garante a participação da

SF/19734-57437-15 (LexEdit)




SPM nos processos em que haja alegação de violência doméstica e familiar contra a mulher.

6- Com se justifica o fato da Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, assim com a Advocacia-Geral da União, negarem a existência de violência doméstica em todas as fases do processo, apesar de existirem nos autos 3 (três) boletins de ocorrência, uma prisão em flagrante, e uma condenação com advertência pelo crime de violência doméstica praticado pelo genitor da menor, bem como cópia de todo inquérito efetuado pela justiça francesa recebido pela ACAF e juntado nos autos pela AGU a partir do pedido da juíza da 1^a vara da JFPR?

7- Quanto ao caso do suposto sequestro da menor Naomi Alice Smadar Benita Ghisi, considerados os autos e elementos dos processos judiciais que correram em várias instâncias da Justiça Federal, no Paraná e no Rio Grande do Sul, que espécie de liame, interação, coordenação ou qualquer espécie de vínculo ou interesses comuns existem entre a Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, a representante da AGU nos processos judiciais em questão e o genitor da citada menor, o Sr. Benjamin Benita? E também junto às autoridades francesas visto que no mandado de prisão francês a Juíza assinala: “ se tratando das condições de execução de mandado de prisão e CONSIDERANDO OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS DIANTE DE AUTORIDADES BRASILEIRAS.”

8- Na visão da Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, verificou-se qualquer forma de subserviência das autoridades públicas brasileiras envolvidas no caso, ou seja, da Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, da Advocacia-Geral da União ou mesmo do Poder Judiciário brasileiro, em relação a suas contrapartes estrangeiras, oficiais de ligação, agentes diplomáticos ou ao Poder Judiciário da República Francesa?

9- Como a Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, detentora de fé pública, justifica o fato de anexar aos autos do processo uma tradução de

SF/19734-57437-15 (LexEdit)
|||||



documento oficial francês repleta de erros, omissões e imprecisões que prejudicam a mãe, beneficiam o genitor estrangeiro e induzem o juízo a falsas conclusões?

10- Como se justifica o fato de, mesmo depois do reconhecimento dos erros da tradução - por parte da Coordenadora-Geral da Autoridade Central Administrativa Federal, Natália Camba Martins (após a interferência do Ministério da Justiça, decorrente da denúncia acerca de fraude na tradução de documento oficial), a Autoridade Central Administrativa Federal tornar a promover a juntada aos autos de uma aparente correção na tradução anteriormente apresentada, mas que na verdade mantém os mesmos vícios de tradução que prejudicam o juízo de valor sobre a conduta da mãe, Valéria de Angelo Ghisi e, ao mesmo tempo, beneficiam o juízo quanto à conduta do pai, Benjamin Benita?

11- Quais providências foram adotadas ou, se for o caso, deverão ser adotadas por parte da Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, para recomposição da justiça no caso de Valéria de Angelo Ghisi e de sua filha Naomi Alice Smadar Benita Ghisi, haja vista, sobretudo, as condenações por litigância de má-fé, conluio e fraude processual que foram impostas tanto pela Justiça Federal do Paraná, como pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região?

12- Quais providências a Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, pretende adotar diante da falta da observância do princípio da reciprocidade pelo Estado francês - em flagrante descumprimento das obrigações de cooperação internacional bilateral previstas nos termos da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980? No âmbito desse questionamento é interessante que se considere o despacho do juízo da Justiça Federal do Paraná no feito, nesses termos:

“ (...) preciso que a União encampe efetivamente a causa - o que fez ao ingressar em Juízo para aplicar e efetivar a Convenção - como questão que efetivamente lhe concerne enquanto Estado soberano e sujeito de direito

SF/19734-57437-15 (LexEdit)




internacional não se resignando às orientações da autoridade administrativa francesa e tratando a questão como se fosse de natureza privada. (...) "

13- Com se justifica a postura da ACAF no sentido de acolher e dar todo o respaldo às pretensões do Estado francês, no sentido de consubstanciar a busca e apreensão da menor em solo brasileiro, desconsiderando as salvaguardas aplicáveis ao caso previstas pela Convenção e, ao mesmo tempo, adotar comportamento negligente, beirando à omissão, quanto se tratou de fazer valer o princípio da reciprocidade no caso em questão, não obstante a obrigatoriedade de cumprimento imediato da ordem - consoante o disposto no texto convencional - de retorno da menor, expedida pelo Tribunal Regional Federal da 4^a Região, o qual caracterizou a postura francesa no caso com abusiva e irregular?

A esse respeito, cumpre salientar despacho do juízo de 1^a instância da Justiça Federal do Paraná, nesses termos:

"embora se valendo da Convenção de Haia, da cooperação direta via autoridade central e da própria autoridade judicial brasileira para o retorno precário da menor à França, o genitor e o Estado francês agora recusam-se à devolução por meio da Convenção e invocam a necessidade de adoção dos mecanismos de cooperação previstos no Acordo Bilateral, especificamente, a carta rogatória para notificar pessoalmente o genitor, embora este tenha advogada constituída no Brasil (ev1, procadm2, p.190, dos autos principais), e o "exequatur" da decisão brasileira. Invocam, ainda, a decisão da justiça francesa, o que vai de encontro ao disposto no artigo 17 da Convenção."

14- Qual a posição da Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, em relação a afirmação do juízo da JFPR, nos autos do processo, de que *"analisadas todas as irregularidades elencadas conclui que o que houve foi uma verdadeira extradição de Nacional"* quando a Constituição da República diz no seu art.5, inciso 51 que "nenhum brasileiro será extraditado".

SF/19734-57437-15 (LexEdit)




15- Como se justifica a ausência da Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, na audiência de Conciliação convocada em 11/12/2018 para ocorrer em 21/02/2019, onde caberia à União providenciar o comparecimento pessoal ou por videoconferência/Skype de agentes públicos competentes para os esclarecimentos pertinentes, inclusive para fins de orientação? Destaque-se que em tal ocasião compareceram na data marcada à reunião, por videoconferência: o Itamaraty; pessoalmente o Juiz Francês de Ligação, a advogada do genitor, o Ministério Público Federal, a Advocacia-Geral da União e demais advogados das partes, estando ausente, portanto, a ACAF, não obstante deter tal ente público papel fundamental para a condução do processo de conciliação no caso em tela.

16- Há casos semelhantes, no País, ao de Valeria de Angelo Ghisi, ou seja, casos em que o Brasil, como Estado Requerido, cumpre os compromissos internacionais de cooperação previstos pela Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, porém, contudo, quando nosso País atua como Estado Requerente, depara-se com a inadimplência ou com conduta recalcitrante por parte de outro Estado signatário, em flagrante descumprimento tanto da citada Convenção como do princípio da reciprocidade? Proceda a informação que chegou ao Congresso Nacional que haveria no Brasil pelo menos 13 casos semelhantes? Se sim, qual a situação de cada um deles?

17- Considerando que os três Senadores do Paraná juntamente com outras autoridades e advogados estiveram no dia 6 de fevereiro de 2019 em audiência com o Ministro Sérgio Moro relatando estes fatos que tem repercussão no Código Penal brasileiro, tendo esta autoridade se comprometido em uma resposta. Posteriormente, foi enviada missiva de 26 de junho de 2019 encaminhando carta da família que também continua sem qualquer manifestação. E que decisão recente da Justiça Federal afirma que a criança está retida **ILICITAMENTE** (grifo do Juiz)

SF/19734-57437-15 (LexEdit)
|||||



em solo francês. Pergunta-se se o caso está recebendo algum tratamento por parte deste Ministério?

JUSTIFICAÇÃO

SF/19734-57437-15 (LexEdit)

O presente pedido de informações encontra fundamento nos fatos a seguir descritos, considerando que:

a) no Brasil, em tempos recentes, têm-se verificado inúmeros e recorrentes casos de mulheres brasileiras - na verdade, mães que tiveram seus filhos no exterior - serem acusadas do sequestro de seus próprios rebentos. Nesses casos, via de regra, trata-se de cidadãs brasileiras que têm filhos no exterior com seus companheiros, em geral cidadãos estrangeiros. Em boa parte das situações, a decisão dessas mães pelo retorno ao Brasil é decorrente do fato de serem elas mesmas e seus filhos vítimas de maus tratos e de violência doméstica, protagonizados pelos companheiros. Assim, muitas dessas brasileiras, ante a precariedade de sua vida no exterior, resolvem retornar ao Brasil com seus filhos - inclusive com a anuência do genitor. Porém, depois, por vezes, deparam-se com a acusação de sequestro internacional de menor de idade e com a impetração, pelo pai, de pedido de repatriação da criança, com fundamento na Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980.

b) a República Federativa do Brasil aderiu à Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, mediante o depósito do respectivo Instrumento de Adesão ocorrido em 19 de outubro de 1999. Nesse sentido, o Brasil passou a obrigar-se internacionalmente aos termos da Convenção a partir de 1º de janeiro de 2000.



No plano do ordenamento jurídico interno, o texto convencional passou a vigorar a partir de sua promulgação, por meio do Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000, após sua prévia aprovação pelo Congresso Nacional, havida nos termos do Decreto Legislativo nº 79, de 15 de setembro de 1999.

c) em cumprimento aos termos da Convenção, a legislação brasileira regulamentou o tema contemplando, por meio do Decreto nº 3.951, de 4 de outubro de 2001, a designação de uma Autoridade Central, conforme previsto no texto convencional, destinada a atuar como ente competente para dar cumprimento às obrigações decorrentes de suas cláusulas. O mencionado diploma legal (Decreto nº 3.951/2001) designou para funcionar como Autoridade Central - atendendo à normativa da Convenção - a *Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça*. Além disso, o Decreto nº 3.951/2001 definiu as competências da *Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF)* e, ao mesmo tempo, instituiu um órgão administrativo, o *Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal contra o Sequestro Internacional de Crianças* - definindo sua composição. Por fim, instituiu o *Programa Nacional para Cooperação no Regresso de Crianças e Adolescentes Brasileiros Sequestrados Internacionalmente*.

Assim, tendo em vista:

d) os procedimentos previstos pelo ordenamento jurídico brasileiro para restituição de crianças expatriadas, desde sua instauração - com a chegada de solicitação formulada pelo Estado de residência habitual da criança ao Estado brasileiro - dentre os quais destacam-se: a necessidade de verificação da presença dos requisitos administrativos para admissão do requerimento; o dever da *Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF)* brasileira (*a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH*) de buscar solucionar a questão de forma amigável; o dever de encaminhamento, pela *Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF)* brasileira,

SF/19734-57437-15 (LexEdit)
|||||



à *Advocacia-Geral da União* dos casos em que haja resistência à restituição amistosa da criança, para análise jurídica e eventual promoção da ação judicial cabível.

e) que, em havendo decisão judicial favorável à restituição da criança ao país de origem, compete à *Advocacia-Geral da União* e à *Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF)* envidar esforços, junto à Justiça, para que uma série de precauções sejam adotadas, de modo a garantir a higidez física e psicológica do menor e um traslado seguro durante o retorno ao país de residência habitual.

f) a vigência de exceções expressas à aplicação dos princípios de repatriação da criança, previstas pelo Artigo 13 da *Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças*, segundo o qual a autoridade judicial ou administrativa do Estado requerido não é obrigada a ordenar o retomo da criança se a pessoa, instituição ou organismo que se oponha a seu retomo provar: 1º) que a pessoa, instituição ou organismo que tinha a seu cuidado a pessoa da criança não exercia efetivamente o direito de guarda na época da transferência ou da retenção, ou que havia consentido ou concordado posteriormente com esta transferência ou retenção; ou 2º) que existe um risco grave de a criança, no seu retorno, ficar sujeita a perigos de ordem física ou psíquica, ou, de qualquer outro modo, ficar numa situação intolerável. Além disso, o mencionado Artigo 13 prevê, ainda, que a autoridade judicial ou administrativa poderá também recusar-se a ordenar o retorno da criança se verificar que esta se opõe a ele e que a criança atingiu já idade e grau de maturidade tais que seja apropriado levar em consideração as suas opiniões sobre o assunto, sendo que – segundo o mesmo dispositivo – as autoridades judiciais ou administrativas, ao apreciar as circunstâncias referidas, deverão tomar em consideração as informações relativas à situação social da criança – as quais serão fornecidas pela Autoridade Central ou por qualquer outra autoridade competente do Estado de residência habitual da criança.

g) a ocorrência, em tempos recentes, de falhas no cumprimento das normas da citada Convenção, combinadas com a aplicação da legislação interna


SF/19734-57437-15 (LexEdit)

sobre o tema, tanto no plano administrativo, por parte da *Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF*, com na esfera judicial, por parte da Advocacia-Geral da União, o que tem causado graves consequências para mães e seus filhos que, em razão de tais falhas, são afastados e têm seu natural convívio violado injustamente. Em tais casos, têm sido gerados imensuráveis prejuízos de toda ordem – em termos de condições de vida e saúde das crianças e também de cunho emocional, de difícil reparação, para as crianças e suas famílias, ainda e sempre em virtude de erros do Poder Público na condução dos processos;

h) os descompassos que se têm verificado quanto à plena eficácia e aplicação das normas da Convenção (e das leis internas), de um lado, por parte do Estado brasileiro e seus órgãos jurisdicionais e, por outro lado, pelas demais nações signatárias da Convenção, sendo patente o descumprimento do princípio da reciprocidade - com já se observou em se tratando da França – e a aparente omissão do Estado brasileiro quanto à questão.

i) o emblemático caso envolvendo a cidadã brasileira, a paranaense Valéria de Angelo Ghisi e sua filha Naomi Alice Smadar Benita Ghisi, de 3 anos de idade à época, separadas e apartadas do convívio desde novembro de 2016, em virtude de ordem do Poder Judiciário francês - referendada pela Justiça Federal do Paraná, cujo cumprimento se deu no território brasileiro, com base na citada Convenção DE Haia - de forma sumária e estranhamente célere, em operação na qual atuaram em cooperação a *Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF)*, agentes da Polícia Federal e contou até mesmo com o acompanhamento de policiais franceses.

Finalmente, reconhecidos os diversos aspectos que envolvem o caso de Valéria de Angelo Ghisi e sua filha Naomi Alice Smadar Benita Ghisi, tendo especialmente em consideração:


SF/19734-57437-15 (LexEdit)

j) que Valéria de Angelo Ghisi foi vítima de violência doméstica em França, praticada por seu então companheiro e genitor de sua filha, Benjamin Benita, que é cidadão francês, sendo as agressões objeto de queixas e registros perante as autoridades policiais locais, que resultaram inclusive na prisão em flagrante do companheiro agressor;

k) que Valéria de Angelo Ghisi veio para o Brasil com sua filha Naomi Alice Smadar Benita Ghisi com a anuência do genitor, que concordou com a vinda, mediante a retirada das queixas-crime.

l) que o comprovado caráter violento do genitor coloca em risco, inclusive até o momento, a integridade física e psicológica da filha;

m) que, ante o pedido de repatriação, a juíza responsável pelo processo na Justiça Federal em Curitiba havia sinalizado que somente liberaria o retorno da criança a Paris se fossem cumpridas as condições para garantir a segurança e uma vida estável para mãe e filha, antes do mandado de busca e apreensão ser efetuado. Porém, com o afastamento temporário do cargo da juíza titular, determinou-se o retorno da criança, desconsiderando a aplicação das salvaguardas previstas pela Convenção;

n) que Valéria de Angelo Ghisi ao retornar para França com a filha foi surpreendida por uma ordem de prisão contra sua pessoa, prisão que somente foi relaxada pelas autoridades policiais francesas mediante a comprovação tempestiva que fez de ser ela própria vítima de violência doméstica praticada pelo companheiro;

o) que o Tribunal Regional da 4.^a Região, em Porto Alegre, reformou a decisão de 1.^a instância do Juiz Federal Substituto de Curitiba e determinou, por unanimidade, o retorno imediato da criança ao Brasil, sendo que a Segunda Vara de Família da Justiça Estadual do Paraná, em Curitiba, concedeu à mãe a guarda integral da criança;


SF/19734-57437-15 (LexEdit)


SF/19734-57437-15 (LexEdit)

p) que a Advocacia-Geral da União e o pai da criança foram condenados pela Justiça Federal por litigância de má-fé, sendo que, além disso, o Tribunal Regional Federal da 4^a Região considerou que a Advocacia-Geral da União errou ao desconsiderar as salvaguardas em relação aos direitos da mulher, comprovadamente vítima de violência doméstica, em aplicação à normas da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, em especial as exceções previstas pelo Artigo 13 do texto convencional;

q) que a morosidade no restabelecimento da justiça, não obstante as decisões do Judiciário brasileiro (admitindo-se também que a Justiça francesa decida pelo retorno da criança), resulta em prolongado afastamento entre mãe e filha, acarretando desgaste emocional aos quais se agregarão, certamente prejuízos de ordem psicológica de difícil reparação para ambas;

r) que a justiça francesa já manifestou seu entendimento no sentido do não reconhecimento da aplicabilidade da decisão do TRF-4, o que, com base nos termos da Convenção e dos compromissos de cooperação assumidos pelo Brasil e pela França segundo o texto convencional, ensejaria o imediato retorno da criança ao Brasil;

s) que, no caso concreto em questão, a República Francesa não tem reconhecido o princípio da reciprocidade em relação às ações do Brasil no que se refere à aplicação da Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças;

t) que tanto a Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF) com a advogada da AGU procederam reiteradamente de forma estranha e suspeitamente célere, tendo atuado com extrema diligência e cumprido suas atribuições e deveres à exação, quando tratou-se de dar cumprimento ao mandato de busca e apreensão da menor, e sua consequente expatriação, porém não têm demonstrado o mesmo empenho e agilidade no âmbito dos procedimentos que visam o retorno da criança



ao Brasil face à decisão do TRF-4 sobre o caso; visto já ter passado mais de ano sem seu cumprimento.

u) que se verificaram evidentes falhas e equívocos nas condutas e procedimentos da ACAF e da AGU, as quais, inclusive, induziram em erro o juiz de 1º grau e resultaram no injusto afastamento da criança de sua mãe, Valéria de Angelo Ghisi, em virtude da inobservância das salvaguardas aplicáveis nos termos da Convenção;

v) que a separação entre mãe e filha, a qual perdura até o presente momento, estando a criança sob a guarda do pai, sob a mercê de seus cuidados - e, portanto, potencialmente vítima de alienação parental, haja vista que este é comprovadamente autor de violência doméstica contra a mãe - resultou em graves danos psicológicos, comprovados pela perícia psicológica determinada pela Justiça Federal do Paraná.

Ante o exposto, estou certo de que os esclarecimentos que serão prestados contribuirão sobremaneira para a compreensão e busca de tratamento administrativo e jurídico mais adequado a essas questões. Por isso, rogo contar com a colaboração de Vossa Excelência quanto ao fornecimento das informações pertinentes, com toda a agilidade possível, tanto pela importância e candidez do tema em si, como em razão das particularidades do caso concreto citado neste requerimento, dada a flagrante injustiça da separação familiar entre a mãe e sua filha ainda na primeira infância. Injustiça esta que se verificou em grande monta como decorrência de erros, falhas ou até mesmo em virtude de eventuais interesses não explicados, ainda sob averiguação, tanto de parte de agentes públicos da Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, como por parte de representantes da Advocacia-Geral da União (conforme resultou demonstrado e no sentido das conclusões que figuram nos autos dos processos judiciais que tramitaram na Justiça Federal, em 1ª e 2ª instância). Tais fatos nos autoriza a assumir a conclusão, s.m.j., de que estes dois órgãos do Estado brasileiro, a

SF/19734-57437-15 (LexEdit)
|||||



Autoridade Central Administrativa Federal, ACAF, e a Advocacia-Geral da União, agindo de forma coordenada detêm, ao nosso aviso, a responsabilidade principal pela consubstanciada iniquidade, a qual deve ser de todo o modo evitada em casos semelhantes que possam estar transcorrendo no Brasil.

Sala das Sessões, de .

Senador Alvaro Dias
Líder do Podemos

SF/19734-57437-15 (LexEdit)




Término de prazo



Encerrou-se em 20 de setembro o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário dos Projetos de Lei nºs 1.056 e 2.013, de 2019; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 369, de 2015; e 412, de 2018.

Não houve interposição de recurso.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos de Lei nºs 1.056 e 2.013, de 2019; e o Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2018, vão à Câmara dos Deputados.

Tendo sido rejeitado terminativamente pela Comissão competente, o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, vai ao Arquivo.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 175^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação pelo Senador Izalci Lucas, nos termos do art. 203 do Regimento Interno



CUMPRIMENTOS DE PRAXE

O CIENTISTA, FÍSICO E BIÓLOGO, AMERICANO CARL SAGAN DIZIA QUE “EM ALGUM LUGAR, ALGUMA COISA INCRÍVEL ESTÁ ESPERANDO PARA SER DESCOBERTA”.

COMEÇO ESSE MEU PRONUNCIAMENTO COM ESSA FRASE QUE REFLETE EXATAMENTE A NOSSA HOMENAGEADA. TRATA-SE DA PROFESSORA E DOUTORA TEREZINHA DE JESUS ALMEIDA DA SILVA REGO.

CONHECIDA EM TODO O MUNDO, A DRA TEREZINHA COLECCIONA PRÊMIOS E HONRARIAS IMPORTANTES AQUI E NO EXTERIOR, DENTRE OS QUAIS O DE ETNOBOTÂNICA EM CÓRDOBA, ESPANHA PELO TRABALHO DESENVOLVIDO COM OS ÍNDIOS CANELA DE BARRA DO CORDA NO MARANHÃO, EM LONDRES, NO MAIOR JARDIM BOTÂNICO DO MUNDO, O ROYAL BOTANIC GARDENS KEW).



NA CHINA FOI HOMENAGEADA NA ÉPOCA DA CRISE DA GRIPE AVIÁRIA, POR CAUSA DE TRÊS MEDICAMENTOS: ESSÊNCIA DE CABACINHA, XAROPE DE URUCUM E TINTURA DE ASSA-PEIXE. ESSAS E OUTRAS HOMENAGENS RECEBIDAS POR NOSSA GRANDE PESQUISADORA E CIENTISTA NOS ORGULHA E NOS INCENTIVA A CONTINUAR LUTANDO POR MAIS INCENTIVOS PARA NOSSOS PESQUISADORES.

A DRA. TEREZINHA SE APOSENTOU HÁ 10 ANOS COMO PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, MAS COMO ELA MESMA DISSE: “NÃO PASSEI UM DIA FORA DA UNIVERSIDADE”.

A DOUTORA JÁ DESENVOLVEU DIVERSAS PESQUISAS NO CAMPO DA FITOTERAPIA QUE É O ESTUDO DAS PLANTAS MEDICINAIS E SUAS APLICAÇÕES NA CURA DAS DOENÇAS. EM MAIS DE CINQUENTA ANOS DEDICADOS AOS ESTUDOS DAS HORTAS MEDICINAIS, MEDICINA POPULAR, PRÉ-AMAZÔNICA, ETNOBOTÂNICA E



ESPÉCIES MEDICINAIS, ELA AINDA ESTÁ À FRENTE DA DIRETORIA DO HERBÁRIO ÁRTICO SEABRA DA UFMA, REFERÊNCIA NO ATENDIMENTO À COMUNIDADE POR MEIO DE PRODUTOS NATURAIS.

OS ESTUDOS QUE ELA DESENVOLVEU NOS ÚLTIMOS ANOS, ASSIM COMO A DISSEMINAÇÃO DO USO DE PLANTAS MEDICINAIS, NOS TRAZEM A POSSIBILIDADE DE UTILIZAR FORMAS ADEQUADAS DE TRATAMENTO E COM CUSTO REDUZIDO PARA DETERMINADAS DOENÇAS.

SENHORAS E SENHORES, A HOMENAGEM QUE O SENADO FEDERAL FAZ A ESSA MARANHENSE QUE NOS ORGULA A TODOS É MAIS QUE MERECIDA.

FINALIZO COM UMA FRASE DO ESCRITOR AUGUSTO CURY QUE RETRATA A PESSOA DESSA GRANDE MESTRA E DOUTORA TEREZINHO RÊGO.



DISSE ELE: “PROFESSORES BRILHANTES
ENSINAM PARA UMA PROFISSÃO.
PROFESSORES FASCINANTES ENSINAM
PARA A VIDA.”

DOUTORA TEREZINHA A SENHORA ENSINA
PARA A VIDA.

PARABÉNS MAIS UMA VEZ.

OBRIGADO



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

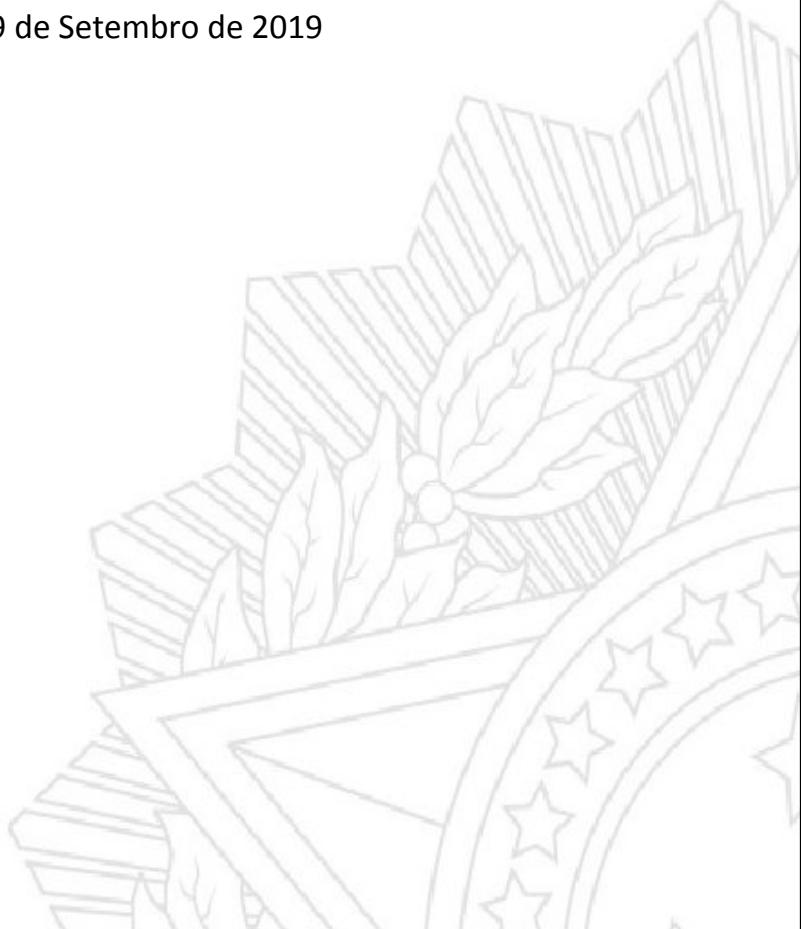
PARECER (SF) Nº 124, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1535, de 2019, da Senadora Leila Barros, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Acir Gurgacz

19 de Setembro de 2019





SENADO FEDERAL

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, da Senadora Leila Barros, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado.*

Relator: Senador **ACIR GURGACZ**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) nº 1.535, de 2019, da Senadora Leila Barros, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de o postulante à adoção requerer a inclusão do nome social do adotando no termo que lhe estabelecer as condições do estágio de convivência, bem como para assegurar matrícula em estabelecimento de ensino e acesso a serviço público próximo à residência ou ao local de trabalho do postulante à adoção.

Para isso, autora acrescenta quatro parágrafos ao art. 197-F do Estatuto da Criança e do Adolescente. No primeiro deles, assegura o direito à solicitação do uso do nome social; no segundo, assegura o direito de uso do nome social para a representação do adotando em quaisquer circunstâncias; no terceiro, assegura o direito de matrícula do adotando em escola pública próxima à residência ou ao local de trabalho do postulante à adoção; por fim, no último novo parágrafo proposto para o art. 197-F, a autora assegura a continuidade do acesso a serviços públicos aos adotados que, por razão ligada ao início do estágio de convivência, possam tê-los descontinuados.





SENADO FEDERAL

Em suas razões, a autora argumenta, quanto ao nome social, que seu uso é base adequada para a geração de relações de afeto e de confiança entre o postulante à adoção e o adotando já durante o estágio de convivência. Em relação à iniciativa de garantir continuidade ao acesso a serviços públicos, a ideia da autora é de estabelecer o direito da criança ou do adolescente de permanecer no atendimento público que estava recebendo, sem a necessidade de o adotante efetuar um novo cadastro e aguardar na fila de espera.

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que sobre ela decidirá em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre matéria relativa à proteção da infância e da adolescência, o que torna regimental seu exame do PL nº 1.535.

A proposição é conforme à Constituição Federal. Em termos formais, tem-se que é a União é competente para legislar, concorrentemente com os estados e o Distrito Federal, sobre proteção da infância e da adolescência (art. 24, inciso XV da Carta Magna). E, em termos materiais, tem-se que a proposição obedece ao disposto no art. 6º da norma constitucional, que estabelece o direito de o infante ter sua infância amparada e protegida, sendo o Estado um dos principais obrigados ao cumprimento desse direito. Observados os aspectos mencionados, não encontramos óbice de constitucionalidade na proposição.

No mesmo sentido, não há problemas de juridicidade na proposição, na medida em que ela não contradiz norma jurídica em vigor, não contraria princípio geral de direito e, portanto, encontra lugar no ordenamento vigente, demonstrando assim potencial cogêncio.

Quanto ao mérito, não há o que fazer senão tomar o partido da Senadora e apoiar sua proposição. Neste momento na história de nossa sociedade temos feito esforços para aumentar o número de crianças adotadas, restituindo-lhes assim o direito à convivência familiar. Nesse sentido, a observação dos estágios de





SENADO FEDERAL

convivência tem mostrado que, às vezes, os potenciais adotantes sucumbem às dificuldades da paternidade e da maternidade ainda durante o estágio de convivência. Ora, visto que todos os direitos inscritos na proposição já são, em função de princípios gerais, atribuídos às crianças e aos adolescentes, nada mais razoável do que facilitar a vida dos futuros pais para que eles possam, por sua vez, tornar mais leve e amorosa a vida de seus futuros filhos. Contudo, procedimentos administrativos, bem como a falta da clareza de preceitos gerais, com alguma frequência fazem com que o adotando deixe a escola ou descontinue tratamento que vinha fazendo, e isso em razão da mudança de endereço implicada pelo início do estágio probatório. A proposição resolve completamente a questão sem interferir em nada com o estágio probatório, em particular, e com a adoção, em geral. Deve, portanto, ser louvada a bem recebida a solução normativa proposta pela autora.

Por fim, cremos que o melhor lugar para alojar o comando proposto não seja o art. 197-F do Estatuto da Criança e do Adolescente, na medida em que este se refere à conclusão do processo de habilitação para adoção, momento em que não há ainda qualquer ligação concreta entre adotante e adotado. Mais adequado nos parece a inserção dos comandos sob a forma de parágrafos do art. 46 do Estatuto. Nesse sentido, ofereceremos emenda que em nada altera a substância da matéria e que aprimora a técnica legislativa nela utilizada.

Outrossim, ainda no sentido de aprimorar a técnica legislativa, propomos uma alteração na ementa do projeto, a fim de tornar mais precisa a descrição da alteração a ser veiculada.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, nos termos das seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 -CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para alterar regras relativas à guarda provisória no processo de adoção.





SENADO FEDERAL

EMENDA Nº 2 -CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.535, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de ju1ho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 46

.....

§ 6º O adotante poderá solicitar a inclusão do nome social do adotando no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§ 7º Para todos os fins, o nome social poderá ser utilizado para representar o adotando.

§ 8º À criança ou ao adolescente, mesmo que em situação de guarda provisória para fins de adoção, serão concedidos, a qualquer tempo, o direito e a garantia de matrícula em escola pública próxima de sua residência, mesmo que provisória, ou do local de trabalho do adotante, desde que não seja exigido concurso público para seu ingresso.

§ 9º Fica resguardada às crianças e aos adolescentes a continuidade no atendimento pelo serviço público hospitalar, psicológico, educacional, esportivo, cultural, odontológico, jurídico ou social, entre outros, que estejam recebendo no período de acolhimento institucional ou em família acolhedora, sem a necessidade da efetivação de nova matrícula ou de aguardar, em cadastro ou instrumento semelhante, a disponibilidade de vaga.’ (NR)’

Sala das Comissões, 15 de maio de 2019.

Senador **ACIR GURGACZ**

PDT/RO





Relatório de Registro de Presença

CDH, 19/09/2019 às 09h - 101^a, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTES	
JADER BARBALHO		1. JARBAS VASCONCELOS	
MARCELO CASTRO		2. DANIELLA RIBEIRO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE
MAILZA GOMES	PRESENTE	4. VAGO	
VAGO		5. VAGO	

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTES	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. ROMÁRIO	
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA		4. MARA GABRILLI	

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTES	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	3. JORGE KAJURU	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTES	
PAULO PAIM	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA	

PSD			
TITULARES		SUPLENTES	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTES	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	
CHICO RODRIGUES		2. VAGO	

Não Membros Presentes

MAJOR OLÍMPIO
 CIRO NOGUEIRA
 JAYME CAMPOS
 MARCOS DO VAL



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 1535/2019, nos termos do relatório apresentado

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)				SUPLENTES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				1. JARBAS VASCONCELOS			
MARCELO CASTRO				2. DANIELLA RIBEIRO			
VANDERLAN CARDOSO				3. LUIS CARLOS HEINZE			
MAILZA GOMES	X			4. VAGO			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)				SUPLENTES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO GIRÃO	X			1. SORAYA THRONICKE			
STYVENSON VALENTIM	X			2. ROMARIO			
LASIER MARTINS	X			3. ROSE DE FREITAS			
JUÍZA SELMA				4. MARA GABRILLI			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)				SUPLENTES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X			1. ALESSANDRO VIEIRA			
ACIR GURGACZ	X			2. FABIANO CONTARATO			
LEILA BARROS	X			3. JORGE KAJARU			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)				SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM				1. PAULO ROCHA			
TELMÁRIO MOTA	X			2. ZENAIDE MAIA			
TITULARES - PSD				SUPLENTES - PSD			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AROLDE DE OLIVEIRA	X			1. SÉRGIO PETECÃO			
NELSONHIO TRAD				2. LUCAS BARRETO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)				SUPLENTES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCOS ROGERIO	X			1. MARIA DO CARMO ALVES			
CHICO RODRIGUES				2. VAGO			

Quórum: **TOTAL 12**

Votação: **TOTAL 11** **SIM 11** **NÃO 0** **ABSTENÇÃO 0**

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 19/09/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Paulo Paim
Presidente





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**TEXTO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 1535, DE 2019**

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que:

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para alterar regras relativas à guarda provisória no processo de adoção.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 46

.....

§ 6º O adotante poderá solicitar a inclusão do nome social do adotando no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§ 7º Para todos os fins, o nome social poderá ser utilizado para representar o adotando.

§ 8º À criança ou ao adolescente, mesmo que em situação de guarda provisória para fins de adoção, serão concedidos, a qualquer tempo, o direito e a garantia de matrícula em escola pública próxima de





9 2

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

sua residência, mesmo que provisória, ou do local de trabalho do adotante, desde que não seja exigido concurso público para seu ingresso.

§ 9º Fica resguardada às crianças e aos adolescentes a continuidade no atendimento pelo serviço público hospitalar, psicológico, educacional, esportivo, cultural, odontológico, jurídico ou social, entre outros, que estejam recebendo no período de acolhimento institucional ou em família acolhedora, sem a necessidade da efetivação de nova matrícula ou de aguardar, em cadastro ou instrumento semelhante, a disponibilidade de vaga.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2019.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1535/2019)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1 E 2-CDH.

19 de Setembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 125, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 3706, de 2019, do Senador Nelsinho Trad, que Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Romário

RELATOR ADHOC: Senador Flávio Arns

19 de Setembro de 2019





SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

PARECER Nº , DE 2019

SF/19265/01401-02



Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.706, de 2019, de autoria do Senador Nelsinho Trad, que *altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas.*

Relator: Senador **ROMÁRIO**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em caráter terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 3.706, de 2019, de autoria do Senador Nelsinho Trad, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), “para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas”.

O art. 1º da proposição adiciona um art. 72-A à Lei nº 13.146, de 2015, com o objetivo de viabilizar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas “à pessoa com deficiência”. O art. 2º determina que a vigência da norma em que se converter a matéria terá início cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Na justificação, pondera-se que, embora o Estatuto da Pessoa com Deficiência tenha proporcionado “enorme inclusão à pessoa com deficiência”, positivando, em detalhes, “o respeito ao direito à diferença, garantindo que os desiguais [sejam] tratados e incluídos na exata medida de sua desigualdade”, não previu ele “a necessidade de as campanhas sociais, preventivas e educativas serem apresentadas em formato acessível”. Afirma-se, nessa esteira, que campanhas de enorme importância, como a do outubro Rosa e a do



Dia Mundial de Combate à Aids, “que informam, trazem cidadania e permitem que nossos cidadãos se informem a respeito de temas sobre os quais vale muito a pena refletir”, precisam, para ter plena efetividade, estar ao alcance das pessoas com deficiência, impondo-se, por isso, estabelecer, em lei, tal garantia.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa competência para examinar matérias referentes à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção e inclusão social das pessoas com deficiência. Justifica-se, pois, sua competência para a apreciação do Projeto de Lei nº 3.706, de 2019.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pela proposição, tendo em vista que cabe à União, no âmbito da competência legislativa concorrente, estabelecer normas gerais sobre proteção e inclusão social das pessoas com deficiência, a teor do disposto no art. 24, inciso XIV e § 1º, da Constituição Federal, bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea ou dispositivo constitucional algum. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da Constituição), sendo, pois, livre a iniciativa de Deputados e Senadores.

No que se refere à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto *i*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii*) a disposição nele vertida inova o ordenamento jurídico; *iii*) possui o atributo da generalidade; *iv*) se mostra dotado de potencial coercitividade (na medida em que será possível ação administrativa ou judicialmente, os responsáveis por campanhas que transgridam a obrigação estatuída); e *v*) é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, um módico reparo se impõe, consistente em fazer constar da ementa da matéria, entre parênteses, o nome pelo qual é amplamente conhecida a Lei nº 13.146, de 6 de

SF/19265/01401-02



julho de 2015, “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, de modo a facilitar o conhecimento da norma.

No mérito, é louvável e bem-vinda a iniciativa em apreço, consistente em fomentar a acessibilidade das pessoas com deficiência em campanhas de caráter social, preventivo e educativo.

São, com efeito, muitas as empreitadas como a do outubro Rosa e a do Dia Mundial de Combate à Aids – de extrema importância e bem recordadas pelo autor da proposição – que deixam à margem de seu conteúdo e iniciativas grande parcela da população brasileira, à falta, por exemplo, de material ou recursos audiovisuais apropriados a pessoas com deficiência, comprometendo-lhes o sentimento de dignidade, o direito à informação e a própria cidadania.

Campanhas dessa ordem, que informam sobre direitos, deveres, prerrogativas ou benefícios, propagando conhecimentos sobre saúde, educação, cultura, trabalho, mobilidade, segurança e integridade psicoemocional, entre outros temas, constituem elemento central na conformação de uma cidadania substantiva e não podem, por definição, excluir nenhum grupo considerado vulnerável.

Para fazer o nosso país progredir em sede de promoção dos direitos humanos e, em especial, dos direitos das pessoas com deficiência, pondo-o no mesmo patamar das nações que costumamos chamar de “primeiro mundo”, será importante identificar e sanar, de modo incansável, aspectos da atuação do Estado que apresentem lacunas e demandem aperfeiçoamentos, ainda que pontuais, como este de que ora tratamos. Trata-se de um ajuste pontual, sim, mas bastante significativo e alvissareiro.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.706, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 3.706, de 2019, a seguinte redação:

SF/19265/1401-02
|||||



5
4

*“Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015
(Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar
a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e
educativas.”*

Sala da Comissão,

Paulo Paim - PT/RS
Presidente CDH

SF/19265/01401-02

Romário Faria PODEMOS/RJ
Relator





Relatório de Registro de Presença

CDH, 19/09/2019 às 09h - 101^a, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)

TITULARES		SUPLENTES	
JADER BARBALHO		1. JARBAS VASCONCELOS	
MARCELO CASTRO		2. DANIELLA RIBEIRO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE
MAILZA GOMES	PRESENTE	4. VAGO	
VAGO		5. VAGO	

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)

TITULARES		SUPLENTES	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. ROMÁRIO	
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA		4. MARA GABRILLI	

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)

TITULARES		SUPLENTES	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	3. JORGE KAJURU	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES		SUPLENTES	
PAULO PAIM	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA	

PSD

TITULARES		SUPLENTES	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

TITULARES		SUPLENTES	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	
CHICO RODRIGUES		2. VAGO	

Não Membros Presentes

MAJOR OLÍMPIO
CIRO NOGUEIRA
JAYME CAMPOS
MARCOS DO VAL



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 3706/2019, nos termos do relatório apresentado

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Senadores

		TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			SUPLENTES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			SUPLENTES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			SUPLENTES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		
		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	1. JARBAS VASCONCELOS	2. DANIELLA RIBEIRO	3. LUIS CARLOS HEINZE	4. VAGO	5. VAGO	1. SORAYA THRONICKE	2. ROMARIO	3. ROSE DE FREITAS	4. MARA GABRILLI
JADER BARBALHO													
MARCELO CASTRO													
VANDERLAN CARDOSO													
MAILZA GOMES	X												
VAGO													
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO GIRÃO	X				1. SORAYA THRONICKE					X			
STYVENSON VALENTIM	X				2. ROMARIO								
LASIER MARTINS	X				3. ROSE DE FREITAS								
JUÍZA SELMA					4. MARA GABRILLI								
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO					
FLÁVIO ARNS	X				1. ALESSANDRO VIEIRA								
ACIR GURGACZ	X				2. FABIANO CONTARATO								
LEILA BARROS	X				3. JORGE KAJURU								
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO					
PAULO PAIM					1. PAULO ROCHA								
TELMÁRIO MOTA	X				2. ZENAIDE MAIA								
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO					
AROLDE DE OLIVEIRA	X				1. SÉRGIO PETECÃO								
NELSONHIO TRAD					2. LUCAS BARRETO								
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO		SUPLENTES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO					
MARCOS ROGERIO	X				1. MARIA DO CARMO ALVES								
CHICO RODRIGUES					2. VAGO								

Quórum: **TOTAL 12**

Votação: **TOTAL 11** **SIM 11** **NÃO 0** **ABSTENÇÃO 0**

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 19/09/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Paulo Paim
Presidente



SENADO FEDERAL
 SECRETARIA-GERAL DA MESA
 SECRETARIA DE COMISSÕES
 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**TEXTO FINAL
 DO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 3706, DE 2019**

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que:

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para assegurar a acessibilidade nas campanhas sociais, preventivas e educativas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Capítulo II do Título III do Livro I da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 73-A:

“**Art. 73-A.** As campanhas sociais, preventivas e educativas devem ser acessíveis à pessoa com deficiência.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2019.

Senador Paulo Paim
 Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 3706/2019)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR FLÁVIO ARNS RELATOR "AD HOC". EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CDH.

19 de Setembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



RESOLUÇÕES



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 14, DE 2019

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer novo procedimento para a proposição “indicação”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 133.

.....
V –

.....
e) indicação, nos termos do art. 227-A, inciso II;

.....
.....
§ 2º Nas hipóteses do inciso V, alíneas “a”, “b”, “c” e “e”, o parecer é considerado justificação da proposição apresentada.

.....” (NR)

“Art. 215.

.....
II –

.....
g) de conversão de proposição em indicação, nos termos do art. 227-A, inciso I;

.....” (NR)

“Art. 224. Indicação é a proposição por meio da qual o Senador ou a comissão:



I – sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão ou o envio de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva;

II – sugere que o assunto focalizado seja objeto de providência ou estudo pelo órgão ou pela comissão competente da Casa, com a finalidade de seu esclarecimento ou de formulação de proposição legislativa.” (NR)

“Art. 225.

I –

.....
b) ato de outro Poder ou de seus órgãos e autoridades;

II – conselho a qualquer Poder.” (NR)

“Art. 226. Lida no Período do Expediente e publicada no Diário do Senado Federal, a indicação será:

I – no caso do art. 224, inciso I, encaminhada pelo Presidente à autoridade de outro Poder;

II – no caso do art. 224, inciso II, encaminhada pelo Presidente:

a) ao órgão competente da Casa;

b) à comissão ou às comissões competentes.” (NR)

“Art. 227. A indicação não será discutida nem votada pelo Senado.

§ 1º No caso do art. 226, inciso II, alínea “a”, se o órgão competente da Casa sugerir a apresentação de proposição legislativa, a indicação será encaminhada ao seu autor para, se for o caso, apresentar a proposição, a qual seguirá os trâmites regimentais das proposições congêneres.

§ 2º No caso do art. 226, inciso II, alínea “b”:

I – se o parecer da comissão competente concluir pela apresentação de proposição legislativa, esta seguirá os trâmites regimentais das proposições congêneres;

II – se a indicação for encaminhada a mais de uma comissão e os pareceres forem discordantes nas suas conclusões:

a) será votado, preferencialmente, o da comissão que tiver mais pertinência regimental para se manifestar sobre a matéria;

b) em caso de competência concorrente, será votado, preferencialmente, o último, salvo se o Plenário decidir o contrário, a requerimento de qualquer Senador ou comissão.” (NR)

“Art. 227-A. A proposição na qual for verificado vício insanável de iniciativa poderá ser convertida em indicação:

I – por requerimento de seu autor;

II – por conclusão do parecer da comissão incumbida de analisar sua constitucionalidade.”



“Art. 229. Se houver mais de um parecer, de conclusões discordantes, sobre a mesma matéria, a ser submetida ao Plenário, proceder-se-á de acordo com o disposto no art. 227, § 2º, inciso II.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de setembro de 2019.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 15, DE 2019

Denomina “Jornalista João Cláudio Netto Estrella” o espaço localizado nas dependências da Agência Senado.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Denomina-se “Jornalista João Cláudio Netto Estrella” o espaço nas dependências da Agência Senado conhecido como “Aquário”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de setembro de 2019.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
PODEMOS - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PATRIOTA / PDT-4 / CIDADANIA-3 / REDE-3

PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PODEMOS - 11

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Juíza Selma.	MT
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 11

PSDB-8 / PSL-3

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	11
PODEMOS.	11
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juíza Selma** (PODEMOS-MT)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 20 Líder Esperidião Amin - PP (25) Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (2,26,35) Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44) Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (7) Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (3) Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (12)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 11 Líder Rodrigo Cunha - PSDB (32,45) Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (20) Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,40) Rodrigo Cunha (32,45) Líder do PSL - 3 Major Olímpio (9)	Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA/PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 12 Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (19) Líder do PATRIOTA - 0 Líder do PDT - 4 Weverton (4) Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (8) Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42) Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (21) Líder do PSB - 2 Leila Barros (52)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Paulo Rocha - PT (37) Vice-Líder Zenaide Maia (17,30) Líder do PT - 6 Humberto Costa (13,18) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (36) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (22) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (17,30)	Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PL (16) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (6,14) Jorginho Mello (11,23) Zequinha Marinho (15,31) Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (6,14) Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43) Líder do PL - 2 Jorginho Mello (11,23) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (15,31)	PSD - 9 Líder Otto Alencar - PSD (1) Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel
PODEMOS - 11 Líder Alvaro Dias - PODEMOS (10) Vice-Líderes Eduardo Girão (24,47) Oriovisto Guimarães (28,46) Rose de Freitas (29,48) Minoria Líder Randolfe Rodrigues - REDE (21)	 Maioria Líder Eduardo Braga - MDB (2,26,35)	Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (34) Vice-Líderes Eduardo Gomes (38,53) Elmano Férrer (39) Izalci Lucas (33,40) Chico Rodrigues (41)

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
2. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
3. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
4. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
5. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPB).
6. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
7. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
8. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).



9. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
10. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
11. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
14. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
18. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
20. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
21. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
22. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
23. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Oriorvisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1º vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
35. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Oriorvisto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (1)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (1)	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)



4) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (7)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (8)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
8. Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
9. Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (8,28)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
PSD	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Otto Alencar (2,26)
Senador Carlos Viana (2,25)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Angelo Coronel (2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).

12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Orio Vistoso Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. VAGO (8,20)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (6)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. VAGO (2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).	



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (7,32,39,43)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	5. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (13)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,18,45)
PSD	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Ângelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioívisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Orioívisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioívisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Orioívisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. VAGO (3,21)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Irajá (1,23)	2. Senador Arolde de Oliveira (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Carlos Viana (1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (18)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (20)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permudam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (20)	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (20)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. VAGO (19,21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2,22)	1. Senador Carlos Viana (2,22)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparto foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
11. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (11)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (12)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (24)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (22)	2.

Notas:

- * A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3^a suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2^a suplente (Of.º 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (1)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzer Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (10)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (10)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (14)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,17,21)	1. VAGO (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (23)	
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val (20,26)	1. Senador Romário (20,26)

Notas:

- *. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- 8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- 9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 11.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (8)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (15)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (10)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (11)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Carlos Viana (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Styvenson Valente (19)	1. Senador Oriovisto Guimarães (19)
Senador Elmano Férrer (19)	2. Senador Lasier Martins (19)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,11)
VAGO ^(5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,18)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Elmano Férrer ⁽²⁰⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽²⁰⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
11. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
12. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão (Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1,20,21)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luís Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (10)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (20)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (21)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Oriovisto Guimarães (19)	1. Senador Styvenson Valentim (19)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
10. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
12. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).	



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

- *. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- 5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- 6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- 7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- 8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- 9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- 10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- 13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (6)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (6)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (6)	3. VAGO (6,12)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5,14)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (21)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (2)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1)	1. VAGO (1,23)
Senador Otto Alencar (1)	2. Senador Omar Aziz (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (3)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (8)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Eduardo Girão (19)	1. Senadora Rose de Freitas (19,20)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
7. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
8. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	
9. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).	
10. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).	
11. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).	



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Orio Visto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Orio Visto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

MEMBROS
DEM
Senador Rodrigo Pacheco (MG)
PSD
Senador Irajá (TO)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)



3) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(*Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013*)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



5) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(*Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018*)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

